

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA-AMAZÔNIA ORIENTAL - EMBRAPA

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ANA CLAUDEISE SILVA DO NASCIMENTO

Desenvolvimento da Produção agrícola e Intervenção Social:
estudo de caso em uma comunidade da Reserva de
Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

Belém-Pará
2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA-AMAZÔNIA ORIENTAL -
EMBRAPA

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

ANA CLAUDEISE SILVA DO NASCIMENTO

Desenvolvimento da Produção agrícola e Intervenção
Social: estudo de caso em uma comunidade da Reserva de
Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador(a): Prof^a.Dr^a. Maria José Jackson
Co-Orientador(a): Prof^a. Ms. Edila Arnoud F. Moura

Belém
2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA-AMAZÔNIA ORIENTAL -
EMBRAPA

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

ANA CLAUDEISE SILVA DO NASCIMENTO

Desenvolvimento da Produção agrícola e Intervenção
Social: estudo de caso em uma comunidade da Reserva de
Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agricultura Familiar Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Data da defesa: 30/06/2003

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^ª.Dr^ª. Maria José O. e S. Jackson Costa

Co-orientadora: Prof^ª. Ms. Edila Arnaud Ferreira Moura (Co-orientadora)

Examinador da Casa: Prof^º Dr. Samuel Maria de Amorim Sá

Examinadora Externa: Prof^ª. Dr^ª. Iraíldes Caldas Torres

Nascimento, Ana Claudeise Silva do
Desenvolvimento da produção agrícola e intervenção social: estudo de caso em
uma comunidade de Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá./Ana
Claudeíse Silva do Nascimento. – Belém: UFPA – Centro Agropecuário/Embrapa
Amazônia Oriental, 2003.

126f. il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Curso de Pós-
Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

1. Agricultura sustentável – Pará – Amazônia –Brasil. 2. Etnografia. 3. Manejo de
recursos. 4. População ribeirinha. 5. Agricultura familiar. 6. Várzea. 7. Reserva
Mamirauá. I. Título.

CDD 630.98115

“Muito do trabalho que nós temos feito juntos para proteger os recursos naturais e construir uma base para uma melhor estratégia de conservação está hoje bem enraizado na sociedade. Então, não será fácil retroceder”.
(Marcio Ayres)

*Aos meus pais, Raimundo e Nairse Nascimento.
A Edila Moura
A todos os moradores da comunidade de S. Francisco de
Aiucá.*

Agradecimentos

A realização deste trabalho só foi possível porque contei com a colaboração de muitas pessoas, que somaram esforços nesta construção. Mesmo correndo o risco de ser injusta e esquecer de incluir alguns nomes, quero manifestar meus agradecimentos àquelas/es que mais intensamente compartilharam comigo deste processo.

Um agradecimento especial para Deborah Lima, pois, foi através de sua dedicação às questões sociais da população de Mamirauá que esta sendo possível a realização dessa dissertação. Enquanto precursora dos estudos sobre economia doméstica no médio Solimões é responsável pela solidificação das ações dos diversos programas que hoje compõem a estrutura do Instituto Mamirauá. Sempre que nos referimos à história de Mamirauá referendamos você Deborah, você Marise Reis, você Beth Gama, você Edila Moura.

A Beth Gama pela revisão do texto e esclarecimentos sobre os termos peculiares da região. A Nelissa Peralta e Raimundo Moura pela tradução do texto, muito obrigada.

A Márcio Ayres (in memorian) por essa idéia que deu certo, Mamirauá.

A Maria José Jackson, por aceitar ser minha orientadora, diante das circunstâncias, além da paciência e crítica.

Aos professores do mestrado e aos professores visitantes, cujos conteúdos me ajudaram a refletir sobre a minha temática e me serviram de exemplo de dedicação à docência e compromisso com o estudo.

Ao professor Samuel Sá, eterno mestre, obrigada por compartilhar comigo, a passagem por mais esse degrau da minha vida acadêmica.

A professora Ana Rita Alves, mesmo aposentada da antropologia, deu-me aulas sobre estrutura de parentesco.

Aos meus colegas de mestrado, Nilza, Marizete, Gabriel, Fábio, Herrera, Rozilda, Aluisio, Mara, Aldrim, Terezinha e Glauco que, pela pluralidade de experiências e de maneiras de ser, contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal.

Á Marina e Marizete, secretárias do Colegiado do Mestrado, pela simpatia com que sempre me atenderam.

As minhas amigas que presenciaram minhas angústias nos últimos momentos de escrita da dissertação, Lourdes Farias, Marília Sousa, Andréa Pires e Isabel Sousa meu muito obrigada pelo incentivo e momentos de descontração. A outras duas amigas que me ajudaram muito, Carmem Antonieta e Dávila Corrêa, muitíssimo obrigada.

A família Mamirauá, que com muita dedicação conseguem manter os trabalhos com seriedade e compromisso. Deixo aqui registrada minha admiração pelo trabalho que todos desenvolvem. Um obrigada especial para o Programa de Agricultura Familiar, pelas informações e relatórios que me foram cedidas.

Aos moradores/as da Comunidade de São Francisco de Aiucá, cuja prestimosa colaboração tornou possível a materialização dessa pesquisa. Quero agradecer em especial a dona Raimunda, dona Doca, por ter me hospedado em sua casa no período da pesquisa de campo. Sua dedicação e carinho foram gratificantes.

Aos meus irmãos Claudia, Claudenes e Wagner pelo carinho e dedicação que dispensaram. A vocês, meu eterno amor e gratidão.

A Iriscélia Farias, Augusto Macedo e Pollyanna Farias eternos amigos que apesar da distância, estiveram sempre presentes.

Durante os dois anos que dediquei a esse projeto, tive ao meu lado a companhia de Josué Ricardo que, foi a pessoa que agüentou as minhas crises, angústias e alegrias. Compartilhamos os mais inusitados momentos, a ele o meu eterno carinho e agradecimento.

Ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, pelo incentivo e apoio logístico na realização da pesquisa de campo. Também, pela concessão de uma bolsa trabalho, sem esse apoio da Instituição seria impossível a realização dessa dissertação.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	8
LISTA DE TABELAS.....	10
LISTA DE SIGLAS	11
RESUMO.....	12
ABSTRACT.....	12
1. INTRODUÇÃO.....	13
2. CAPÍTULO I: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DAS POPULAÇÕES DE VÁRZEA	23
2.1 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL DA VÁRZEA.....	23
2.2 ELEMENTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO HUMANA NA REGIÃO DO MÉDIO SOLIMÕES.....	27
2.3 CABOCLO DA AMAZÔNIA.....	34
2.4 SÃO FRANCISCO DO AIUCÁ.....	39
3. CAPÍTULO II: ECONOMIA DOMÉSTICA : RELAÇÕES DE PRODUÇÃO, CONSUMO E VENDA.....	48
3.1 COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR.....	60
3.2. CONSUMO FAMILIAR.....	65
4. CAPÍTULO III– A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL E OS NOVOS MODELOS DE GESTÃO PARTICIPATIVA EM ÁREAS RURAIS.....	71
4.1. OS ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS COMO INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	81
4.2. O PRIMEIRO RETORNO.....	84
4.3. O SEGUNDO RETORNO.....	87
5. CAPÍTULO IV: CAPÍTULO IV– RECRIANDO E REPENSANDO AS RELAÇÕES E FORMAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR	92
5.1. AMBIENTES UTILIZADOS PARA ATIVIDADES AGRÍCOLAS.....	97
5.2. CRIAÇÃO DE GALINHAS.....	103
5.3. PRODUÇÃO DE MELANCIA.....	106
6. CONCLUSÃO.....	113
7. BIBLIOGRAFIA.....	118
8. ANEXOS	121

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa da Localização da Reserva Mamirauá	16
FIGURA 2: Cadernetas onde as famílias anotam o rancho, conhecida como “caderno de rancho” .	17
FIGURA 3: Desenho longitudinal da várzea entre os rios Solimões e Japurá.....	24
FIGURA 4: Gráfico variação anual em metros do nível da água de janeiro a dezembro de 2001.....	24
FIGURA 5: Gráfico da variação mensal do nível da água de fevereiro de 1992 a junho de 2002	25
FIGURA 6: Mapa da localização dos municípios de entorno da Reserva Mamirauá	34
FIGURA 7: Mapa da Reserva Mamirauá Área Focal localizando a comunidade de São Francisco do Aiucá	39
FIGURA 8: Gráfico da pirâmide etária dos moradores da comunidade de São Francisco do Aiucá.2001	41
FIGURA 9: Gráfico da distribuição do grau de instrução dos moradores da comunidade de Aiucá ...	43
FIGURA 10: Gráfico da distribuição percentual da capacidade de leitura, por grupos de idade, dos moradores da comunidade de São Francisco do Aiucá no ano de 2002.....	44
FIGURA 11: Estrutura de Parentesco da Comunidade de São Francisco de Aiucá – 2002.....	46
FIGURA 12: Foto de mulheres tirando lenha para o abastecimento da casa.....	49
FIGURA 13: Foto da família voltando para comunidade após o dia de trabalho na roça	49
FIGURA 14: Foto de mulher lavando roupa em frente a comunidade de Aiucá.....	49
FIGURA 15: Foto de mulheres carregando água	49
FIGURA 16: Foto das mulheres de Aiucá expondo a produção de melancia de 2001.....	53
FIGURA 17: Gráfico das principais atividades econômicas na composição da produção doméstica, no período de janeiro a dezembro de 2001	56
FIGURA 18: Gráfico da variação mensal do valor médio da venda da produção agrícola em relação à variação do nível da água no período de janeiro a dezembro de 2001.....	59
FIGURA 19: Gráfico da variação mensal do valor médio da venda da produção pesqueira em relação à variação do nível da água no período de janeiro a dezembro de 2001.....	60
FIGURA 20: Gráfico da distribuição das fontes de renda de janeiro a dezembro de 2001.....	61
FIGURA 21: Gráfico do ganho médio com vendas e salários e pensões no período de janeiro a dezembro de 2001	62
FIGURA 22: Gráfico da distribuição mensal da renda média domiciliar no período de janeiro a dezembro de 2001	64
FIGURA 23: Gráfico da composição das despesas domésticas de janeiro a dezembro de 2001.....	65
FIGURA 24: Gráfico da distribuição média mensal dos gastos com alimentação, energia, patrimônio doméstico no período de janeiro a dezembro de 2001.....	66

FIGURA 25: Foto dos moradores de Aiucá, discutindo em grupo sobre os dados da produção comercializada no ano de 2001.....	84
FIGURA 26: Foto da apresentação do grupo I representado pela professora Sheila e dona Luzia	88
FIGURA 27: Gráfico da Proporção (%) de famílias desmatando mata virgem nas comunidades de Vila Alencar, Jarauá e Barroso	94
FIGURA 28: Foto da praia que se forma próximo à comunidade de Aiucá, utilizada para a plantação, de feijão, jerimum, melancia	98
FIGURA 29: Foto das mulheres que formaram um grupo para a criação de galinhas.....	104
FIGURA 30: Foto da dona Luzia em frente ao viveiro de galinha, que foi construído com o financiamento do microcrédito	105
FIGURA 31: Gráfico da produção de melancia na comunidade de Aiucá no ano de 2001.....	107

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Calendário das principais atividades produtivas na comunidade de S. F. do Aiucá.....	52
TABELA 2: Atividade econômica na agricultura, no período de janeiro a dezembro de 2001.....	58
TABELA 3: Atividade econômica na pesca, no período de janeiro a dezembro de 2001.....	58
TABELA 4: Distribuição dos ganhos por atividade, número de pessoas e famílias.....	63
TABELA 5: Distribuição mensal da renda média no período de janeiro a dezembro de 2001.....	64
TABELA 6: Valor dos principais produtos consumidos mensalmente na comunidade de São Francisco do Aiucá.....	67
TABELA 7: Valor da cesta básica da comunidade do São Francisco do Aiucá no período de janeiro a dezembro de 2001.....	68
TABELA 8: Valores da madeira ilegal e manejada na região de Mamirauá.....	79
TABELA 9: Lista dos produtos mais comprados e mais vendidos na comunidade de São Francisco do Aiucá, segundo a informação espontânea dos grupos.....	86
TABELA 10: Lista dos produtos mais comprados e mais vendidos na comunidade de São Francisco do Aiucá, por ordem de frequência segundo as informações constantes nos registros domésticos.....	86
TABELA 11: Ganhos com a venda da produção de galinhas.....	106
TABELA 12: Balanço dos ganhos e despesas na produção de farinha.....	106
TABELA 13: Distribuição quantitativa da produção de melancia por local de venda	108
TABELA 14: Ganhos obtidos com a venda de melancia.....	108
TABELA 15: Mapeamento da situação da área de plantio de melancia.....	109

LISTA DE SIGLAS

RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RDSM	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IDSM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
PAF	Programa de Agricultura Familiar
NEAF	Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
MEB	Movimento de Educação de Base
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
ONG	Organização não-governamental
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
DPT	Desenvolvimento Participativo de Tecnologia
LASAT	Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins
LAET	Laboratório Agro-Ecológico da Transamazônica
PCP	Programa de Comercialização do Pescado
AMUVA	Associação de Mulheres da Vila Alencar

RESUMO

Este trabalho é resultado de um estudo etnográfico em uma comunidade ribeirinha da várzea amazônica, destacando suas especificidades em relação ao uso dos recursos naturais. Tendo como elemento de análise um projeto de desenvolvimento da pequena produção agrícola, elaborado com base em resultados de investigações científicas, direcionado ao manejo participativo dos recursos naturais, com acompanhamento do processo, através de avaliações periódicas dos resultados obtidos, em conjunto entre extensionistas do Instituto Mamirauá e as famílias camponesas.

O objetivo da dissertação é analisar uma situação de intervenção social direcionada ao manejo sustentado de produtos agrícolas, em uma área de Reserva de Desenvolvimento Sustentável na várzea amazônica.

Este estudo traz elementos que contribuem para a compreensão dos resultados dos investimentos feitos na produção agrícola das famílias da comunidade de São Francisco do Aiucá, possibilitando a interação entre o pensar-fazer a partir do entendimento dos resultados e avaliação da intervenção social.

Através de alguns indicadores, construídos com uso das metodologias participativas, foi possível avaliar as alterações nas atividades econômicas de São Francisco do Aiucá, e outras formas de uso dos recursos naturais, identificando alternativas para diversificação do plantio e formas de organização para a comercialização desses produtos.

ABSTRACT

This work is the result of an ethnographic study in a small riverside community of the Amazon flooded area, emphasizing its particularities in relation to the use of natural resources. The subject of the analysis was a smallholder agricultural project, which was developed by implementing the results of scientific research on the participatory management of natural resources. Technicians from Mamirauá Institute and the peasants met periodically to evaluate the project's processes and results. This study contributes to the understanding of the impacts of investments in agriculture, enabling an interaction between processes of reflection and action.

The main objective of this dissertation is to assess a situation of social intervention directed at the sustained management of agricultural produce in a protected area of flooded forest (Sustainable Development Reserve).

This study has indicators which contribute to the understanding of the impacts of investments in agriculture in a small community called São Francisco do Aiucá, enabling interaction between intention/implementation based on the understanding of the results and the evaluation of the social intervention.

Using some indicators, built through the use of participatory methodologies, it was possible to analyze changes in the economic activities of São Francisco do Aiucá, and other forms of natural resources use, identifying ways to both diversify the crops and undertake new alternatives for the commercialization of the produce.

1. INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios hoje, da região amazônica é aliar conservação de recursos naturais com o desenvolvimento social e melhoria das condições de vida das populações ribeirinhas. Dentre as diversas opções para o desenvolvimento com uso sustentado dos recursos naturais, pensar no desenvolvimento local direcionado à produção camponesa está sendo apontado como inovação para a manutenção dessa população em seus diferentes ambientes de trabalho. Acredita-se na construção de um espaço de atuação conjunto entre o Estado, Organizações Sociais e essas populações camponesas que tradicionalmente ocupam essa região, promovendo a participação intensa dos atores envolvidos na definição de estratégias conjuntas para o desenvolvimento local.

Diante desta perspectiva, que se identifica como alternativa aos usuais modelos implantados, reforça-se a importância de estudos que possibilitem um melhor entendimento dos procedimentos de intervenção e acompanhamento dos resultados encontrados, com registro das características sócio-econômicas de populações rurais, considerando as condições de acesso aos recursos naturais e as suas diversas formas de relação com o mercado.

Destaca-se neste conjunto de experiências inovadoras na região Amazônica, a implantação do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) localizado na cidade de Tefé, região do médio Solimões. Estruturado com a consolidação do Projeto Mamirauá, iniciado em 1990, com a proposta de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM), este Instituto tem como objetivo o desenvolvimento de atividades para a conservação da biodiversidade do ambiente das florestas alagadas na Amazônia, através do fortalecimento das formas de participação comunitária para a gestão

da reserva, com investimentos em suas melhores formas de adaptabilidade humana a este ecossistema.

A construção do objeto de estudo que resultou nesta dissertação de mestrado, foi fundamentado nas atividades desenvolvidas pelo Programa de Agricultura Familiar (PAF) desse Instituto na comunidade de São Francisco do Aiucá. A opção por esse programa foi feita por estar diretamente relacionada com a proposta do Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF) em abordar questões referentes à economia camponesa na Amazônia. O PAF iniciou seus trabalhos a partir de 1994, com objetivo de promover o uso sustentado dos recursos naturais pelo incentivo à agricultura, com a possibilidade de aumento da renda das famílias camponesas da RDSM, através da introdução de novos produtos e novas tecnologias de produção, estimulando formas de relacionamento com o mercado e formas de organização social. Seu trabalho é desenvolvido em 20 comunidades da Reserva e, conta com uma equipe de quatro agrônomos e dois assistentes de campo.

O objetivo deste estudo é apresentar uma abordagem etnográfica da comunidade de São Francisco de Aiucá, assim como a atuação do programa de agricultura familiar, identificando sua forma de organização social e econômica e, como vem se processando nesta comunidade, as intervenções direcionadas ao manejo sustentado de produtos agrícolas. Para a identificação desses resultados foram utilizados alguns indicadores, construídos com o uso das metodologias participativas, relativos à produção econômica, após a adoção de normas para o uso sustentado dos recursos naturais na Reserva Mamirauá. Consiste, portanto, na identificação dos avanços e dificuldades encontrados a partir dos investimentos técnicos e organizacionais feitos na comunidade de S. F. do Aiucá através de intervenções sociais.

Este estudo reveste-se de particular importância por ter como objeto de análise uma comunidade camponesa, localizada em uma área de várzea em uma Unidade de

Conservação¹, onde são implementadas medidas restritivas de acesso ao uso dos recursos naturais. E, por analisar um projeto de desenvolvimento da pequena produção agrícola, elaborado com base em resultados de investigações científicas, direcionado ao manejo participativo dos recursos naturais, com acompanhamento dos processos, através de avaliações periódicas dos resultados obtidos, em conjunto com as famílias camponesas. E, ainda traz uma contribuição para compreender os resultados dos investimentos realizados na agricultura, possibilitando a interação entre o pensar-fazer a partir do entendimento dos resultados e impactos do programa.

A análise da dissertação está estruturada para responder às seguintes questões: como estão ocorrendo as alterações nas atividades econômicas na comunidade de São Francisco de Aiucá, levando em consideração a diversidade dos grupos domésticos e as dificuldades de adaptabilidade dessas atividades e tecnologias ao ecossistema de várzea; e, como a população reage às novas formas de produção e de uso de determinados recursos naturais, identificando as alternativas e diversificação do plantio e as formas de organização para a comercialização desses produtos.

A comunidade de São Francisco do Aiucá, é uma das comunidades de várzea pertencentes à RDSM e localizada à margem esquerda do Rio Solimões. Devido sua localização, está sujeita a enchentes anuais. Essa movimentação de subida e descida das águas muda completamente o cenário natural da região, fazendo com que a população local se adapte e ajuste seu modo de vida às modificações da natureza, característica determinante nesta região.

¹ A categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), pertence ao grupo de Unidades de Conservação de uso sustentável, criado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que tem como objetivo preservar a natureza, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução biológica e social, ou seja, reprodução das espécies e da população local, conservando os recursos naturais e proporcionando uma melhoria na qualidade de vida e uso sustentado dos recursos naturais. Também, incentivar a pesquisa científica voltada para a conservação da natureza e a melhor relação das populações residentes com seu meio através, principalmente, da educação ambiental. Um outro objetivo de igual importância é na valorização e aperfeiçoamento do conhecimento e das técnicas de manejo do ambiente desenvolvido por estas populações.

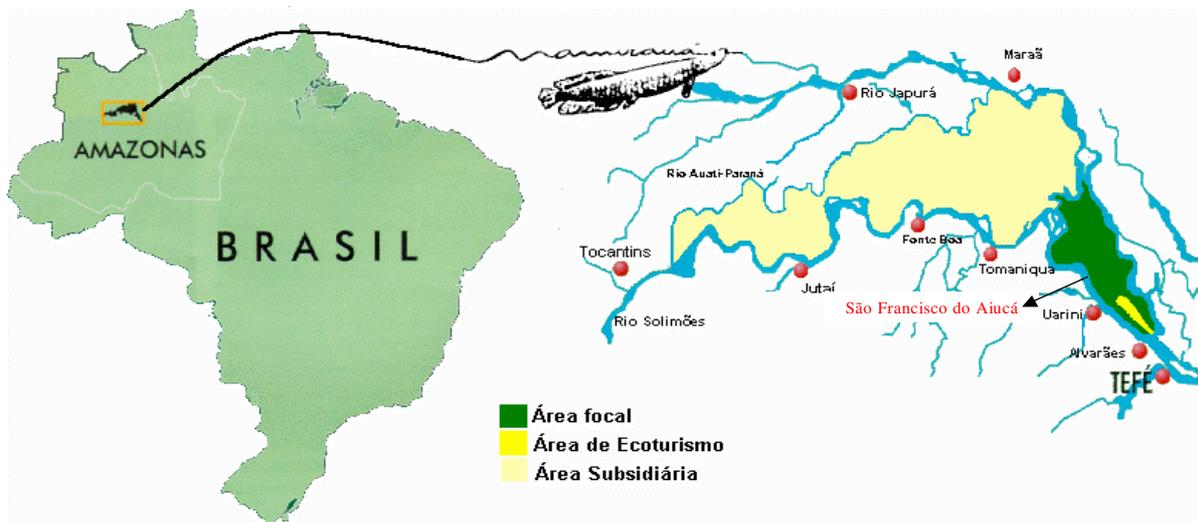


Figura 1: Mapa com a localização da Reserva Mamirauá

A escolha por São Francisco do Aiucá decorreu por dois motivos: a) ter projetos experimentais acompanhados e assessorados pelo PAF; b) fazer parte do acompanhamento mensal das alterações na economia doméstica pelo programa de pesquisas sócio-econômicas do IDSM, desde setembro de 2000; o que possibilita o acesso a um conjunto de informações necessárias à análise.

Para responder as questões anteriores e desenvolvimento da análise, foram utilizadas três fontes de informações: a) banco de dados do monitoramento sócio-econômico do IDSM; b) visitas a campo através de observação participante; c) relatórios do Programa de Agricultura Familiar do IDSM.

a) Banco de dados do monitoramento sócio-econômico:

As pesquisas sócio-econômicas desenvolvidas em sete comunidades da RDSM foram iniciadas em 1995, com o objetivo acompanhar os impactos da implantação das normas restritivas no uso dos recursos naturais, na economia domiciliar. Estes estudos viabilizam a introdução de um gerenciamento contábil da economia doméstica para melhor

identificados também os locais de compra e venda dos principais produtos comercializados, ou seja, nos centros urbanos ou diretamente aos regatões². Também foram registradas informações sobre as fontes de renda familiar, considerando os tipos das atividades econômicas, os serviços prestados, pensões e aposentadorias.

Esses registros sistematizados permitem identificar: as variações no orçamento mensalmente e anualmente, a variação da produção familiar, a produção de maior comercialização e em que período do ano isso acontece, a variação mensal dos ganhos e despesas, e, ainda, identificar quantitativamente os produtos destinados ao mercado local e, principalmente acompanhar os resultados alcançados, a partir do processo de intervenção local.

Com base nessas informações, foram realizados encontros com as famílias informantes. Esse processo foi denominado pela equipe de extensão como sendo o “retorno das informações”, ou seja, a devolução dos dados coletados através de uma linguagem predominantemente visual, devido o alto índice de analfabetismo na comunidade. A partir da identificação dos resultados são definidas as orientações para novas estratégias de atuação local.

b) Observação participante:

Nos meses de agosto de 2001 e março de 2002 foram feitas pesquisas *in loco* possibilitando, desta forma, presenciar e observar as relações sociais na comunidade. Através da convivência com essas famílias foi possível entender a organização familiar, a divisão dos trabalhos domésticos, as relações de parentesco, as condições de habitação, e as formas de utilização dos recursos naturais.

No primeiro contato com S. F. Aiucá, em agosto de 2001, foi feito o primeiro “retorno das informações” às famílias monitoradas da comunidade, correspondentes aos

² Os regatões são comerciantes itinerantes. Fazem o comércio em pequenos barcos, trocando, vendendo mercadorias simples por dinheiro ou por mercarias produzidas pelas comunidades.

primeiros seis meses da coleta de dados. De acordo com os depoimentos, através de entrevistas realizadas após este momento, foi possível observar que, o caderno de anotações passou a ter um significado prático, a fazer parte do cotidiano das famílias. Passou a ser visto como uma ferramenta de auxílio na manutenção das despesas domésticas, embora, naquele momento não tenha ficado muito claro como as famílias poderiam fazer o planejamento e controle do orçamento doméstico no futuro. Segundo Freire (1988) essa limitação somente seria superada com o exercício diário do conjunto de ações do pensar-fazer.

Esse contato inicial foi muito importante para um melhor entrosamento e entendimento do processo, como um todo. Foram feitas visitas domiciliares, sendo que essas visitas foram interpretadas pela comunidade, como um momento de privilégio da família, por estar recebendo um “macaqueiro³” em sua residência. A observação participante, nesta pesquisa, foi fundamental para o melhor entendimento da dinâmica e relações que essas famílias camponesas possuem com o ambiente, principalmente no que se refere às suas condições de trabalho.

No segundo momento da pesquisa, março de 2002, foi possível observar que o nível de entendimento das famílias sobre o uso prático do caderno de anotações aumentou significativamente, principalmente na correlação entre gastos e rendimentos familiar. Um outro uso prático do caderno de anotação, não previsto pela equipe de pesquisadores responsável, foi quando as mulheres passaram a perceber a utilização da caderneta como comprovante de produtoras rurais, na solicitação do benefício de aposentadoria rural.

Os relatos, entrevistas e a vivência com essa comunidade, permitiram a obtenção de um conjunto de informações necessárias para analisar as relações social, organizacional e ambiental das famílias, através de um acompanhamento da rotina familiar, principalmente

³ Macaqueiro é o nome dado, pelos comunitários, a todos os pesquisadores e extensionistas que trabalham no Instituto Mamirauá. Foi denominação dada ao biólogo Márcio Ayres quando iniciou suas pesquisas na região sobre o primata Uacari Branco em 1983.

dos trabalhos agrícolas, pois, esse período de início da cheia, coincide com a colheita das roças, momento em que todas as famílias estão inteiramente dedicadas a esse trabalho.

c) Relatórios do Programa de Agricultura Familiar-PAF:

Outro recurso importante para a análise foram os relatórios do PAF, relativos ao período de 1999 a 2002. A coleta de informações sobre o programa foi feita através do estudo do material produzido sobre os sistemas de produção e orientações técnicas. Também, foram feitas entrevistas com a equipe técnica do programa, objetivando identificar os resultados alcançados no processo de intervenção, incluindo as formas de diálogo e as dificuldades registradas entre técnicos e agricultores. Também foram feitos registros relativos às organização dos grupos para incorporação de novas práticas de organização da produção relativas a formas de acompanhamento e avaliação dos sistemas associativos de produção e venda. Para análise dos resultados considerou-se os seguintes itens:

- Principais formas de intervenção realizadas pelo IDSM no conjunto das atividades orientadas aos agricultores;
- Mudanças ocorridas na organização da comunidade com o trabalho de intervenção agrícola;
- Relações com os comunitários, pesquisadores e técnicos do IDSM: demandas, avaliações, perspectivas e avanços.

Esta dissertação está estruturada da seguinte forma: o primeiro capítulo apresenta uma descrição das populações tradicionais na várzea amazônica, resgatando os elementos históricos de sua ocupação no Médio Solimões, identificando as características dessa população, por vezes identificado como caboclo amazônida. Este capítulo, em sua grande parte está consolidado na importante contribuição teórica a tese de doutoramento de LIMA (1992), sobre a identidade cabocla. Outros elementos que compõem a evolução desse

capítulo são a caracterização do ambiente de várzea e as características da comunidade estudada, no que diz respeito a sua organização social como grupo, relações de parentesco, experiências de sociabilidade, ressaltando suas características no ambiente de várzea.

O segundo capítulo aborda a economia doméstica dessas famílias camponesas, levando em consideração alguns aspectos importantes, como: acesso ao mercado, rendimentos, planejamento na produção, venda e consumo. Os dados analisados foram obtidos através do monitoramento sócio-econômico feito na comunidade pela equipe do IDSM. A análise foi construída com base na teoria utilizada pelos autores: Wolf (1976), Lima (1992), Abramovay (1992).

O terceiro capítulo trata da gestão participativa do IDSM dando enfoque a três eixos: produção científica, o saber tradicional das famílias camponesas e o intermediador na pessoa do extensionista. O objetivo é, identificar características das relações entre agentes de desenvolvimento, pesquisadores e famílias camponesas, a fim de delinear o conjunto de ações voltadas para a construção coletiva do conhecimento e desenvolvimento social. Em especial, destacar o conjunto de ações que vem sendo realizadas pelo IDSM integrando resultados de pesquisas com medidas intervencionistas. Para um melhor entendimento do modelo de intervenção adotado pelo IDSM, abordei elementos marcantes na história da extensão rural no Brasil, enfatizando suas mudanças ao longo dos anos e as novas propostas de modelo de intervenção que estão sendo utilizados em outras sociedades.

No quarto capítulo é analisada a intervenção na produção agrícola na comunidade de São Francisco do Aiucá, tendo como enfoque principal o direcionamento ao uso sustentado dos recursos nos diferentes ambientes naturais, como praias e tijucos, para o plantio e práticas agrícolas, a partir de dados dos relatórios de campo feitos pelo Programa de Agricultura Familiar – PAF do IDSM. Para este estudo foram selecionadas três das principais experiências desenvolvidas na comunidade de S. F. Aiucá: a) os ambientes utilizados para atividades agrícolas; b) a criação de galinhas; c) produção de melancias. A

análise dessas experiências será feita com base nas seguintes categorias: sistemas de produção; cadeia produtiva; comercialização e estratégias utilizadas para negociações.

E, para finalizar, sem a pretensão de esgotar o assunto, apresento algumas considerações sobre o tema analisado, com a proposta de contribuir nas discussões sobre ações de desenvolvimento social em comunidades ribeirinhas pertencentes a Unidades de Conservação na Amazônia.

2. CAPÍTULO I - ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS POPULAÇÕES DE VÁRZEA

O objetivo deste capítulo é, descrever algumas das características das populações tradicionais na várzea amazônica, resgatando elementos históricos de sua ocupação no Médio Solimões; identificando características dessa população conhecida como caboclo amazônida. Outros elementos presentes neste capítulo referem-se à caracterização do ambiente de várzea e às características da comunidade estudada, no que diz respeito à organização social do grupo, relações de parentesco e suas experiências de sociabilidade.

CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL DA VÁRZEA

A várzea representa uma pequena fração da Amazônia (cerca de 3%); todavia constitui a maior porção de floresta inundável, com aproximadamente 200.000km² (AYRES, p. 16. 1993), sendo o dobro da superfície da Holanda. É uma planície aluvional sujeita parcial ou totalmente, à inundações anuais sendo seu solo constituído de sedimentos quaternários depositados anualmente pelo rio. Os solos são constantemente renovados, pois ficam submersos por quase seis meses. A largura da faixa da várzea é entre 15 e 100 Km; as maiores extensões encontram-se entre a foz do Coari e a do Rio Negro, entre o baixo curso do Rio Madeira e a foz do Nhamundá, e ao redor da baía de Marajó (FRAXE, 2000).

Segundo Fraxe (2000), a várzea está longe de ser um ecossistema homogêneo. Há geralmente, uma várzea alta junto ao rio, resultante da maior deposição de sedimentos ao longo do tempo e, uma várzea baixa, mais recuada, recortada por igarapés e lagos temporários e permanentes, onde predominam os capins e igapós.

A característica da vegetação na várzea de Mamirauá pode ser dividida em dois tipos: a restinga e o chavascal. A restinga se divide em alta e baixa. As restingas altas estão sujeitas à alagação anual por dois a quatro meses, com profundidade que varia entre 1m a 2,5m e representam cerca de 12% da área florestal da várzea. A restinga baixa é a transição

entre as áreas florestais da várzea para o chavascal e representa quase 85% da cobertura florestal da várzea. Os solos da restinga baixa, são cobertos por água durante quatro a seis meses por ano e, em alguns trechos a altura da água pode atingir cerca de 5m. À medida que a água baixa, o solo fica com muita lama, por muitas semanas antes que seque. O chavascal consiste em, áreas bastante extensas de vegetações baixas, arbustivas, pantanosas. É inundado durante cerca de seis a oito meses, a cada ano, a uma profundidade de 6-7m (AYRES, 1993).

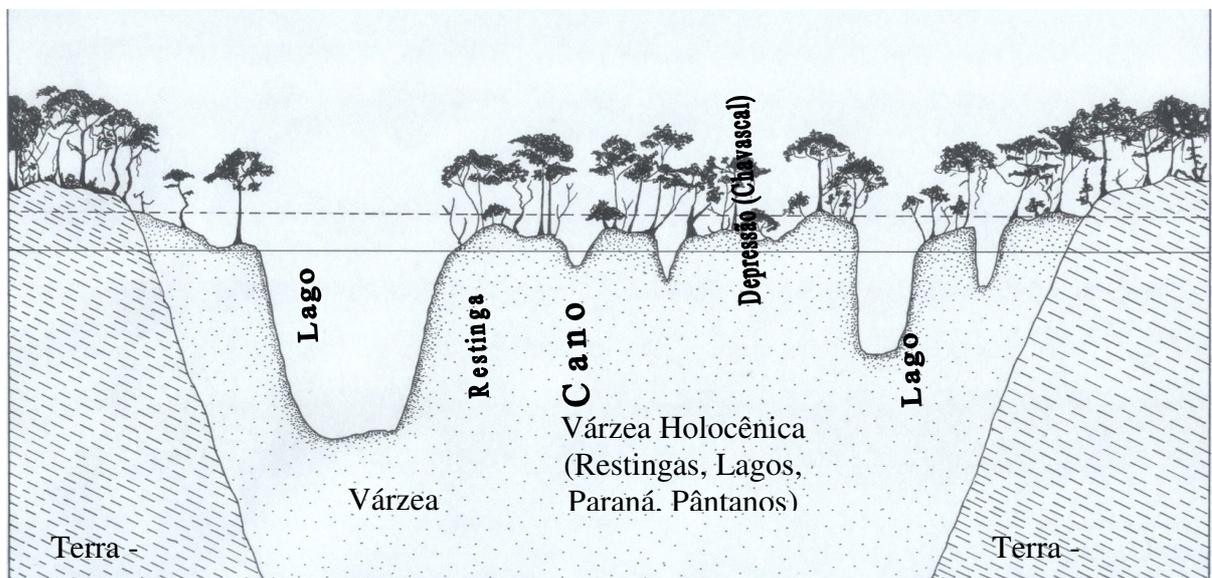


Figura 3. Desenho longitudinal da várzea entre o rio Solimões e rio Japurá .
Fonte: (AYRES, 1993).

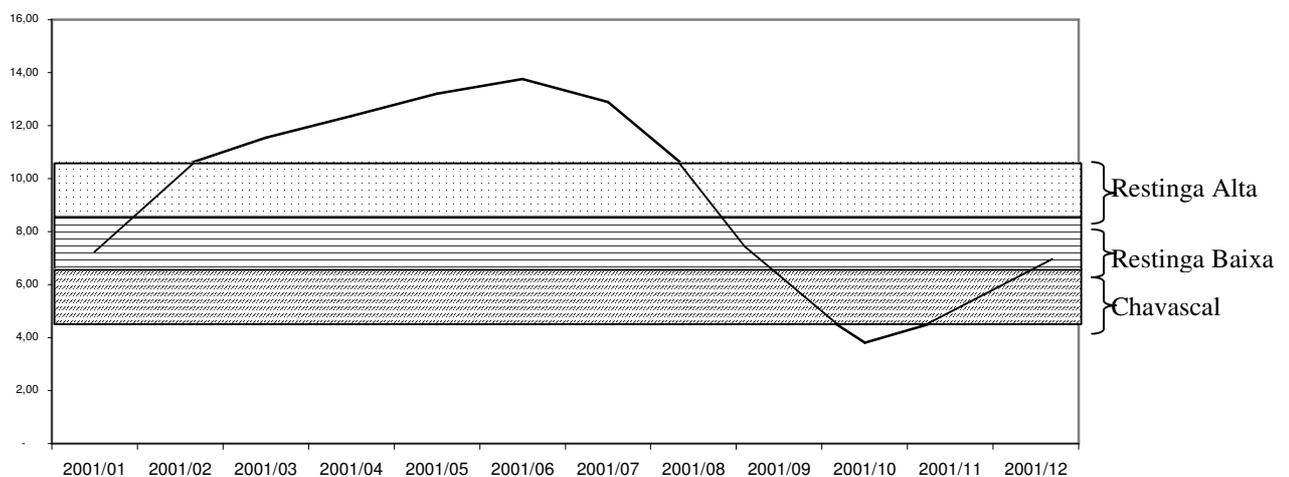


Figura 4. Variação anual em metros do nível da água de janeiro a dezembro de 2001

Essas variações das águas dificultam muito a vida das pessoas que moram em ambientes alagadiços, tornando a sobrevivência nessas áreas muito difícil. As enchentes provocam a perda dos poucos patrimônios que essas famílias conseguem acumular, como utensílios domésticos, roupas, eletrodomésticos. Na agricultura, as perdas são grandes; roças inteiras quando a “alagação” é muito alta. A produção de farinha do ano seguinte diminui, pois há uma perda das mudas de manivas que são guardadas para a plantação seguinte. Nos períodos de grandes privações a sobrevivência é garantida pelos aposentados da comunidade que ajudam os parentes com, principalmente, a compra de mantimentos básicos.

Durante a seca, a dificuldade é a distância percorrida para obtenção de água para consumo doméstico e o deslocamento para as outras comunidades e centros urbanos. A formação de extensas praias distancia as casas do curso do rio, sendo as mulheres as mais penalizadas, por serem as responsáveis pelo trabalho doméstico, preparo dos alimentos, higiene das crianças e vestuários. Em algumas comunidades, as famílias chegam a carregar latas de água na cabeça a uma distância de dois a três quilômetros, várias vezes ao dia.

Entretanto, é no período da seca que se intensifica a atividade agrícola e pesqueira, principalmente para comercialização. Por ser a várzea um ambiente abundante de espécies animais, garante a alimentação farta para a população no período de seca dos rios. Lagos que se formam ficam abundantes de peixes represados e a terra para o roçado é extremamente fértil, dizem até “*tudo que se planta na várzea dá*”. A zona da mata é formada por uma rica biodiversidade, onde encontram-se árvores produtivas que se distinguem pelo porte e o alto valor comercial. Ainda, são povoados por uma variedade de pássaros, mamíferos, roedores e, grande diversidade de animais. A riqueza natural está tanto em terra como na água. Os rios que banham a RDSM são ricos em número de espécies ameaçadas

de extinção como: pirarucu, peixe-boi, quelônios, boto e tantos outros que compõem a rica fauna da região.

Os camponeses da várzea desenvolveram um vasto conhecimento empírico sobre a variedade de recursos naturais a serem explorados; entretanto, são populações extremamente carentes quanto ao atendimento de suas necessidades de atenção à saúde e educação. O acesso aos recursos naturais na várzea é regulado pela variação sazonal determinada pelo regime das águas quem implica em um calendário específico de atividades econômicas: plantio, na vazante; pesca, na seca; colheita agrícola e extração de madeira, na enchente; exigindo assim desses moradores grande adaptação às diversas atividades econômicas desenvolvidas: pesca, agricultura, caça, extração florestal, e outras, como o artesanato.

A ocupação humana na várzea é marcada por períodos. Para entendê-la hoje, deve-se buscar elementos históricos, que narrem essa trajetória no Médio Solimões, identificando entre outros fatores as características dessa população.

ELEMENTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO HUMANA NA REGIÃO DO MÉDIO SOLIMÕES

Poucos estudos sociológicos e antropológicos têm sido feitos sobre essa região. Dentre esses estudos, destaca-se o aprofundado estudo realizado pela antropóloga Lima, (1992) como sua tese de doutorado sobre o processo de ocupação humana da várzea do Médio Solimões. É com base neste estudo que, apresento algumas considerações sobre as populações humanas da várzea.

Em resumo, Lima (1992) identifica três tipos de ocupação humana da várzea do Médio Solimões: a primeira seria a ocupação ameríndia, a segunda o período colonial e, por fim as ocupações contemporâneas, que se caracteriza por quatro momentos distintos que

marcaram a exploração econômica da várzea: a expansão do comércio rural, o declínio do comércio rural, êxodo rural e consolidação da organização comunitária.

O primeiro período foi relatado inicialmente pelo Frade Dominicano Gaspar de Carvajal em uma viagem de “descobrimento” do Rio Amazonas em 1542, na expedição de Francisco Orellana. Segundo seus relatos, a área do Médio Solimões era de domínio dos índios Omagua ou Cambeba. E, existia uma alta densidade humana, com extensas aldeias ao longo do rio e usavam os recursos naturais tanto da terra firme como da várzea, havendo o deslocamento de acordo com o movimento das águas.

No segundo período 1690-1890, identificado como período colonial houve uma modificação na forma de ocupação dessa região: os índios foram forçados a trabalharem para os missionários de diversas ordens. Esse período foi marcado pela dizimação da população ameríndia através das guerras, doenças e captura para escravidão. Os missionários eram responsáveis pela homogeneização cultural dos índios, passando a serem chamados de *tapuios*⁴. O objetivo dos missionários era converter os índios à palavra de Deus e, através da sua cristianização, fazê-los submeterem-se às ordens do Rei de Portugal.

O sistema de Missões iniciou-se com os Jesuítas que eram espanhóis e os portugueses através da ordem dos Carmelitas. A disputa entre essas duas missões era pelo direito à posse da terra. Os sistemas de missões permaneceram até o século XVIII. As cidades de Tefé e Alvarães surgiram neste período, fundadas pelos missionários Carmelitas.

Em 1757, o sistema das missões foi substituído pelo Diretório, devido aos interesses serem conflitantes, principalmente, por recursos econômicos e políticos. A Coroa Portuguesa com medo de tamanha influência que os Carmelitas adquiriram na área, resolveu acabar com esse sistema. O sistema do Diretório tinha como objetivo, a transformação do índio em camponês aos moldes do campesinato europeu, com escolas

⁴ Nome genérico dados aos índios destribalizados.

para aprender o português, uso de roupas européias e a proibição de moradias comunais. O Diretório visava a integração cultural dos ameríndios como forma de obtenção de mão de obra. A idéia da legislação era criar, através da imposição das políticas étnicas integracionistas, uma população de camponeses de forma semelhante aos indígenas americanos. Como resultado desta política, a composição étnica da população amazônica mudou.

Lima (1992) observa que a transformação cultural imposta e a intensa miscigenação com brancos resultaram no enfraquecimento das identidades tribais e levou a formação da população cabocla. Assim, o Diretório foi diretamente responsável pela mudança do índio domesticado ao caboclo. Durante esse sistema houve uma grande perda populacional indígena, devido a uma grande exploração de sua mão de obra, doenças adquiridas com o contato com homens brancos, resistências por fugas e suicídios. Comparado com a sociedade indígena o caboclo possui ligações sociais e econômicas mais fortes com a sociedade mais ampla. Entretanto, suas características culturais que descenderam de povos indígenas são postas no sentido de exclusão da sociedade dominante.

O terceiro período, conforme ainda identificado por Lima (1992), iniciou com o ciclo da borracha (1850-1920) marcado pela submissão do trabalho sob o regime do aviamento que, consolidou a posição subordinada do caboclo na sociedade amazônica, marcando a definição da categoria social do caboclo. O aviamento se constituiu como uma cadeia hierárquica de trocas comerciais e, se firma como forma de controlar a mobilidade dos trabalhadores. O aviamento, era a única opção para os caboclos terem acesso a bens e ao crédito, mas ao mesmo tempo submetia-os à vontade do patrão.

A subordinação do camponês aos agentes de comercialização⁵ foi analisada por Abromovay (1992. p.34) que afirma que essa situação é favorecida pelo “[...] isolamento das

⁵ O que caracterizo como agentes de comercialização são: marreteiros, regatões e patrões.

comunidades, a dificuldade de suas comunicações com o exterior, favorecem situações em que operam com grandes vantagens aqueles comerciantes que conseguem formar uma rede de compra e venda que rompa as barreiras que separam a comunidade e a sociedade nacional”. Desta forma, os principais agentes nessa região são os marreteiros, regatões e patrões, formando uma rede de patronagem, clientelismo, dependência e subordinação que sustentam a reprodução camponesa.

Após a queda da borracha, o aviamento continuou porque ele era necessário para manter a mediação entre as áreas rurais isoladas e os mercados urbanos. Hoje, o aviamento ainda ocorre em regiões da Amazônica, principalmente, em áreas de difícil localização. No entanto, o aviamento sofreu algumas modificações de adaptabilidade como forma de acompanhamento da modernização. Em certas comunidades de Mamirauá as famílias preferem trocar sua produção por mercadorias com os regatões, do que ir até a cidade, pois, segundo seus cálculos, fica muito mais caro ir à cidade, para comercializar. Nesse cálculo as famílias levam em consideração: a gasolina gasta, o tempo, o desgaste físico, os custos com estadia e alimentação que terão que assumir, enquanto estiverem na cidade.

Conforme destacado por Lima (1992) em sua análise, nas primeiras décadas do século houve a expansão do comércio rural e com a queda da borracha, a castanha, a madeira e o peixe aumentaram de importância. O desenvolvimento de um mercado mais competitivo, o aumento da urbanização e a mudança da orientação econômica dos patrões para o comércio urbano, combinaram para produzir um padrão novo de organização econômica e social no Médio Solimões. Novos patrões passam a residir nessa região e, a incentivar a fundação de assentamentos em áreas de sua influência. O padrão de ocupação que predominou nas décadas posteriores a 1910 se caracterizou pela ocupação das margens das principais vias de navegação – Solimões e Japurá. Os patrões se fixavam nas

margens porque forneciam lenha para os navios a vapor. Os assentamentos fundados nessa região do Solimões eram conhecidos como “*porto de lenha*”.

O crescimento da demanda por produtos como peixe e madeira e a manutenção do sistema de aviamento voltado para o comércio de novos produtos, consolidou o comércio rural. A extração de madeira era volumosa, e incrementada pela presença de empresas de outras regiões, principalmente de Manaus. A existência de um comércio intenso possibilitou uma certa estabilidade dos assentamentos.

O declínio do comércio rural e o êxodo rural (1960-1970), ocorreram devido às mudanças nas relações sociais de produção. O comércio do barracão e o sistema de feitoria entram em colapso e, o sistema de aviamento foi substituído gradualmente por relações sociais de produção baseadas no livre comércio. Os principais fatores que contribuíram para o declínio da produção que mantinha o comércio local foram: a queda nas produções de peixes, tartarugas e madeiras nobres fizeram com que os patrões migrassem para os centros urbanos; o surgimento dos barcos motorizados, substituindo os antigos navios movidos a caldeiras e rodas, tornam desnecessários os portos de lenhas. A introdução de redes de pescar de fios de nylon resistentes e a utilização do gelo para conservar o alimento aumentaram a pressão sobre os estoques pesqueiros. E também, a busca por uma melhor condição de vida, a falta de escola na área rural e a falta de atendimento médico incentivou o êxodo, esvaziando o meio rural. O aviamento passou por algumas modificações, desde as severas punições e extremas explorações no período da borracha, a um elemento necessário para a mediação entre áreas isoladas e os mercados urbanos.

O êxodo rural da década de 70 se reflete no crescimento de sedes municipais como Tefé, que passou de 7.810 para 9.472 habitantes somente neste período e assim, desde então tornou-se o maior centro comercial do Médio Solimões. E, a partir do final da década de 70, houve mudanças nas relações sociais de produção e no padrão de ocupação humana; os moradores dos assentamentos abandonados pelos patrões foram levados a um

processo de reestruturação de sua organização social. Os regatões passam a ser os principais intermediários comerciais, mas sem o caráter patriarcal e dominador dos patrões. O comércio rural foi mantido por esses comerciantes itinerantes que eram financiados por grandes comerciantes sediados na cidade.

Na década 70 houve um intenso trabalho do Movimento de Educação de Base (MEB) e Prelazia, de consolidação comunitária e de formação de lideranças e orientação aos moradores ribeirinhos na sua nova condição de independência e responsabilidade pelo seu próprio destino. As vilas e sítios são, a partir da década de 80, se organizaram e formaram “comunidades”, que tem o sentido de responsabilidade comunal pelas decisões políticas.

Lima (1992) assinala ainda que iniciou-se um movimento de preservação dos lagos apoiado pelo holandês Irmão Falco e o Bispo Dom Mário Clemente Neto. Essas iniciativas começam a se fazer presente na região como um movimento para tentar unir forças e politizar os moradores na proteção de suas áreas. Outras entidades ligadas a Prelazia de Tefé, também uniram forças para orientação política e organização das comunidades, como a Coordenação da Pastoral, CIMI, Centro Adonai. Entretanto, a igreja não conseguiu atingir seu objetivo maior de, uma concepção de comunidade como agrupamento coeso e homogêneo, um modelo harmonioso de vida. Existiu e existe uma série de interesses divergentes entre os moradores de uma mesma comunidade. Apesar dos conflitos internos, as comunidades tentam seguir, dentro do possível, as orientações dadas pela igreja católica e instituições em que confiam.

A re-organização social dos assentamentos se consolidou na década de 80, quando a estrutura de lideranças criada pelo MEB passa a ser reconhecida com autenticidade, não vinculada somente à igreja católica e, é adotada por instituições governamentais e não governamentais como exemplo as congregações de protestantes.

A igreja teve um papel fundamental na organização social dos assentamentos rurais nessa região, desenvolvendo atividades na área de educação, extensão agrícola, preservação e principalmente na organização das comunidades.

A predominância da religião na área é o catolicismo, devido a forte influência que a igreja católica teve nesta região. O catolicismo praticado é essencialmente popular com ênfase na devoção dos santos e ritos profanos com pouca preocupação com os sacramentos e rituais romanos. Muitas famílias celebram festas anuais um ou mais santos padroeiros, considerados os protetores da comunidade. O ritual tradicional é marcado pela “subida e derrubada” do mastro ou “levantamento e derrubamento”, como é mais conhecido na região, são festas de religiosidade popular, manifestando a fé do povo.

Hoje a região do Médio Solimões, que compreende a Reserva Mamirauá, é composta por cinco municípios, Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa e Marãa, sendo Tefé considerado como principal município, por concentrar em sua sede agência de bancos, correio, órgãos públicos estaduais e federais como o IBAMA, Receita Federal, Exército Brasileiro, Aeroporto e, um mercado ligado diretamente com Manaus. O meio de acesso à cidade é por via aérea ou fluvial, com duração de 50 minutos e três dias, respectivamente. À distância de Tefé para Manaus é de 525 km, em linha reta, e possui, em 2000, uma população de 64.457 habitantes⁶. O município mais próximo é Alvarães, com a distância de aproximadamente 30km, o acesso é somente fluvial com duração média de uma a duas horas, sua população é de 12.150 habitantes. Uarini fica a 80km de distância de Tefé, com população de 10.254 habitantes, sendo necessárias, em média, cinco horas de barco para chegar a Tefé.

O município de Fonte Boa fica a 400km de distância de Tefé com 24 horas em média de viagem, e uma população de 31.509 habitantes. E, finalmente, Marãa, em média, 400km de distância a Tefé, com duração de 18 horas de viagem. Sua população é 17.079

⁶ Fonte: Instituto Brasileiro Geografia e Estatística - IBGE

habitantes. São municípios pequenos que vivem basicamente da pesca e agricultura. A área da RDSM é compreendida por comunidades pertencentes aos municípios de Alvarães, Uarini, Maraã e Fonte Boa.

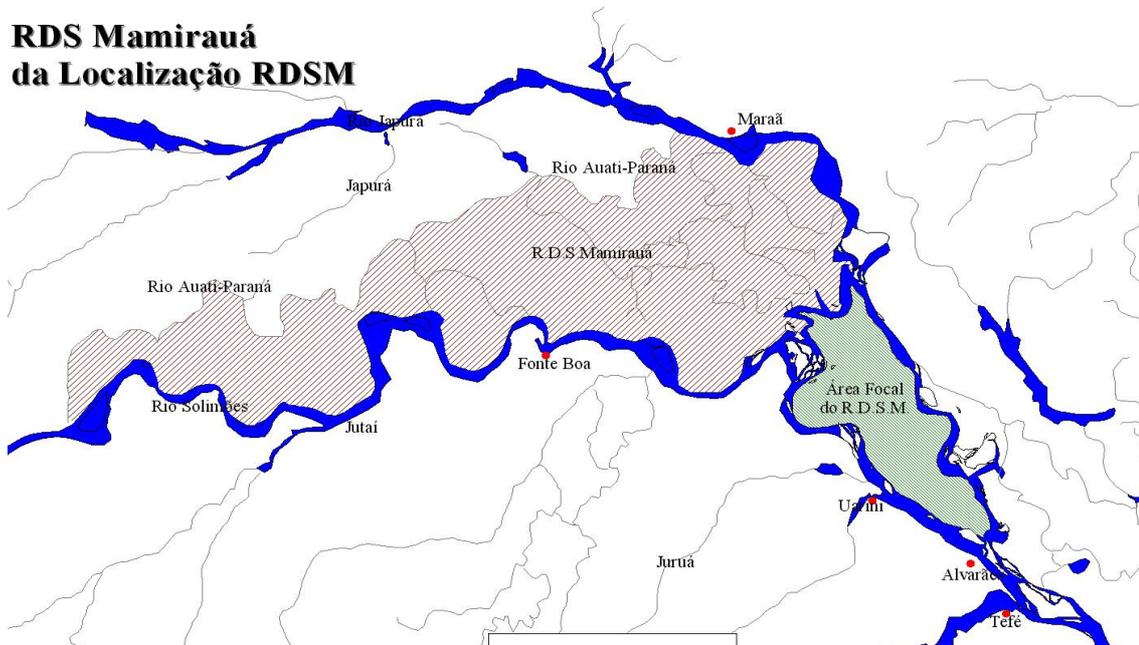


Figura 6. Mapa com a localização dos municípios na RDSM

O CABOCLO DA AMAZÔNIA

Lima (1992) analisa também os usos acadêmicos e coloquiais da terminologia “o caboclo”. Segundo a autora, caboclo, é uma complexa categoria de classificação social que inclui dimensões geográficas, raciais e de classe. No sentido geográfico, caboclo é considerado um tipo característico do povo rural da Amazônia. Em contraste com outros tipos regionais, o termo caboclo é também usado como categoria de classificação social. É, aplicado àquele que ocupa uma posição social inferior. Sua tese mostra que os caboclos, produtores rurais da Amazônia, não tem uma identidade coletiva, nem um termo alternativo para se identificarem.

A autora identifica caboclos como um tipo de camponês. O conceito de camponês usado nos estudos sociológicos e antropológicos é definido por um número de

atributos tais como: produção combinada para o mercado e consumo direto, predomínio do trabalho familiar, baixo nível de tecnologia e relações com o mercado não desenvolvido.

Em sua tese, a autora refere-se a outros autores como Charles Wagley e Eduardo Galvão que adotaram o termo caboclo para se referir ao povo rural da Amazônia, ou representantes do campesinato amazônico. A configuração de um campesinato na Amazônia requer a reconstituição histórica do caboclo, o termo “caboclo” em tupi é “aquele que vem do mato”. Dentro e fora da academia existe uma discussão sobre o uso do termo caboclo, por ele vir carregado de conceitos de valor, em sua maioria depreciativos. Entretanto, o sentido identificado pela autora é o do habitante das margens do rio, que usa a canoa como meio de transporte, utiliza a terra e a água em suas múltiplas atividades, sua singularidade nos processos sociais, produção e comercialização, seu modo de vida como um grande conhecedor do ambiente natural, o que o torna diferenciado diante de camponeses de outras regiões do Brasil.

A terminologia “caboclo” segundo Lima (1992), não corresponde a uma identidade social e o termo é geralmente rejeitado por eles ou transferidos a outras classes e categorias sociais. A categoria de identidade mais abrangente que usam para referir-se a si mesmo é a de “pobre”, seguida mais recentemente, da identidade de “ribeirinho”, introduzida ao longo do trabalho de evangelização católica a partir da década de 80 com os trabalhos que o MEB desenvolveu nesta região. A identidade de “pobres” é manifestada principalmente quando encontram-se em situação de, mercedores de auxílio. Em um sentido mais amplo, o conceito se refere ao fato de que a pobreza rural na Amazônia não tem acesso direto às instituições básicas do mundo moderno como educação, saúde e o próprio mercado.

Ainda segundo a autora, a vantagem de se usar esta terminologia é o valor do uso antropológico que consiste em fornecer um termo de referência: “campesinato indígena na Amazônia” que assinala a especificidade histórica e cultural. Empregar o termo

camponês aumenta o nível de abstração e não permitiria a diferença entre os migrantes recentes e os caboclos.

Fraxe (2000) em estudo recente, em várias regiões no estado do Amazonas, descreve características desse campesinato com as seguintes peculiaridades:

a) dependência e simbiose com a natureza, a partir dos ciclos naturais e dos recursos naturais renováveis; b) conhecimentos aprofundados da natureza e de seus ciclos, favorecendo na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; c) ocupação por várias gerações, onde o grupo se reproduz social e economicamente; d) produção de subsistência e produção de mercadorias para comercialização; e) grande importância às simbologias, crenças e religiões; f) utilização de uma tecnologia simples, com baixo impacto ambiental; g) fraco poder político [...]; h) mão-de-obra familiar, com divisão social e sexual do trabalho [...] (pág.31)

No Médio Solimões, mais precisamente nas comunidades de Mamirauá, essa dependência com a natureza é muito influenciada pelo ciclo das águas, onde toda a vida do caboclo é planejada levando em consideração esse fator limitante a ao mesmo tempo determinante. As peculiaridades listadas por Fraxe representam, de um modo geral, a realidade do modo de vida do campesinato na Amazônia, que é entremeado de especificidades típicas da região, onde a terra e a água se completam. As características tradicionais são oriundas de práticas indígenas.

Historicamente a população rural do Médio Solimões não constitui uma região de grandes conflitos sociais, se comparado com as populações do sudeste e oeste da Amazônia. Os conflitos de terra são relativamente poucos e não seguem a escala de violência e mortes que ocorrem em outros estados. A relação entre essa população camponesa e as lideranças políticas é caracterizada pelo patronato. Identificam-se através da ecologia dos assentamentos, quem mora na várzea é chamado de “vargeiro” e quem mora na terra firme é chamado de “terra firmeiro”.

Os trabalhos são planejados e executados em âmbito familiar, envolvendo especialmente o núcleo doméstico. Utilizam-se, em sua grande maioria, técnicas rudimentares de herança primitiva, como o ralador, o tipiti e o forno de barro. A farinha e o

peixe são fundamentais na alimentação da população e, dependendo da época do ano há uma variedade de frutos silvestres comestíveis como o piquiá, o uxi, a bacaba e o açai. O extrativismo de mel de abelha, completa os hábitos alimentares do grupo.

Os caboclos são principalmente agricultores, mas também podem ser pescadores, caçadores, madeireiros, ou seja, não tem uma ocupação especializada, trabalham conforme a necessidade, características cultural indígena, e isso faz com que os moradores vivam mais ou menos autônomos uns dos outros, mas não significa que não desenvolvam atividades em conjunto. A prática do *ajuri*, um mutirão geralmente usado para derrubada da mata e para plantação da roça, ainda é comum nessas comunidades.

A população de Mimirauá está distribuída ao longo dos rios Solimões e Japurá, com uma população estimada de 6.306⁷. Organizam-se em pequenas comunidades, em média com 12 a 13 domicílios, ou em grupos menores, denominados “sítios” ou “casas isoladas”. Os motivos que levam essas famílias a morarem afastadas são diversos fatores sociais, entre eles, a criação de animais, desacordo com as normas de condutas estabelecida na comunidade através de seus estatutos, “fuxico”, desavenças familiares. Entretanto, esse isolamento não ocorre de forma definitiva, pois essas famílias mantêm contatos com a comunidade mais próxima, principalmente, por causa dos filhos pequenos que vão para a escola, mas também nos festejos e campeonatos esportivos.

As habitações são construídas de frente para o rio, de forma que estejam preparadas para enfrentar os períodos de cheia, as casas são feitas suspensas por “barrotes” a um metro, em média, acima do chão. Entretanto, quando a cheia é maior que a esperada, eles são obrigados a subir o assoalho da casa, a ponto de não conseguirem permanecer mais no local e serem obrigados a migrarem para casas de parentes, na cidade ou em outra localidade na terra-firma.

⁷ Fonte: Banco de dados Censo 2001 – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mimirauá (IDSM)

A mobilidade na várzea é uma estratégia de sobrevivência, normalmente adotada por aqueles que tentam obter melhores condições de vida para si e para sua família. Os fatores da mudança são diversos, isto é, as cheias, as formações de praias, as terras caídas, que provocam a extinção de assentamentos, obrigando os moradores a deslocarem-se temporária ou definitivamente em busca de outro lugar em que possam plantar e pescar. A localização e a permanência dos assentamentos atuais podem ser compreendidas a partir da composição dos fatores sociais que influenciam hoje a ocupação da área, principalmente de natureza econômica, mas também contribuem para essa ocupação, fatores de ordem política, ideológica e a existência de alguma infra-estrutura básica de organização social moderna, como escolas, postos de saúde e energia elétrica, entre outros (LIMA-AYRES & ALENCAR, 2000).

A agricultura e a pesca são as principais atividades dessa população, seja para o consumo ou para venda. O dinheiro ganho com a venda de parte da produção, serve para comprar outros artigos que não podem ser produzidos por eles. Os 20 produtos mais comprados nas comunidades de Mamirauá por ordem de frequência são: açúcar, sabão em barra, café, leite, óleo, trigo, gasolina, sabão em pó, arroz, farinha, sal, combustol, pilha, fósforo, pasta dental, bolacha salgada, tabaco, bombril, sabonete, margarina⁸, todos de necessidades básicas de famílias rurais.

Os principais compradores dos produtos produzidos pela população rural de Mamirauá são feirantes das sedes dos municípios e os “regatões” que percorrem a região comprando, vendendo e trocando produtos. Essa relação que esses produtores mantêm com o mercado ocorre de forma constante. Entretanto, depende de alguns fatores determinantes, como o acesso a meios de transporte, variação do nível da água, o tamanho da família e tipo de produto a ser oferecido no mercado. Para melhor aprofundamento sobre o modo de vida caboclo, detalharei a seguir algumas características da comunidade

⁸ Fonte: Banco de dados Monitoramento Sócio-Econômico

estudada, no que diz respeito à organização social do grupo, relações de parentesco, experiências de sociabilidade, diversidade das atividades desenvolvidas.

SÃO FRANCISCO DO AIUCÁ:

Está localizada à margem esquerda do Rio Solimões, tendo como vizinhas as comunidades de Porto Praia e Santa Luzia do Horizonte. A população de S. F. do Aiucá é de 125 moradores, distribuída em 21 famílias e 18 casas, com a média de sete pessoas por unidade domiciliar. Segundo relatos de moradores, a comunidade existe desde 1965. Iniciou o povoamento com apenas duas famílias que viviam no lago do Japiim, onde hoje é a atual localização da comunidade.

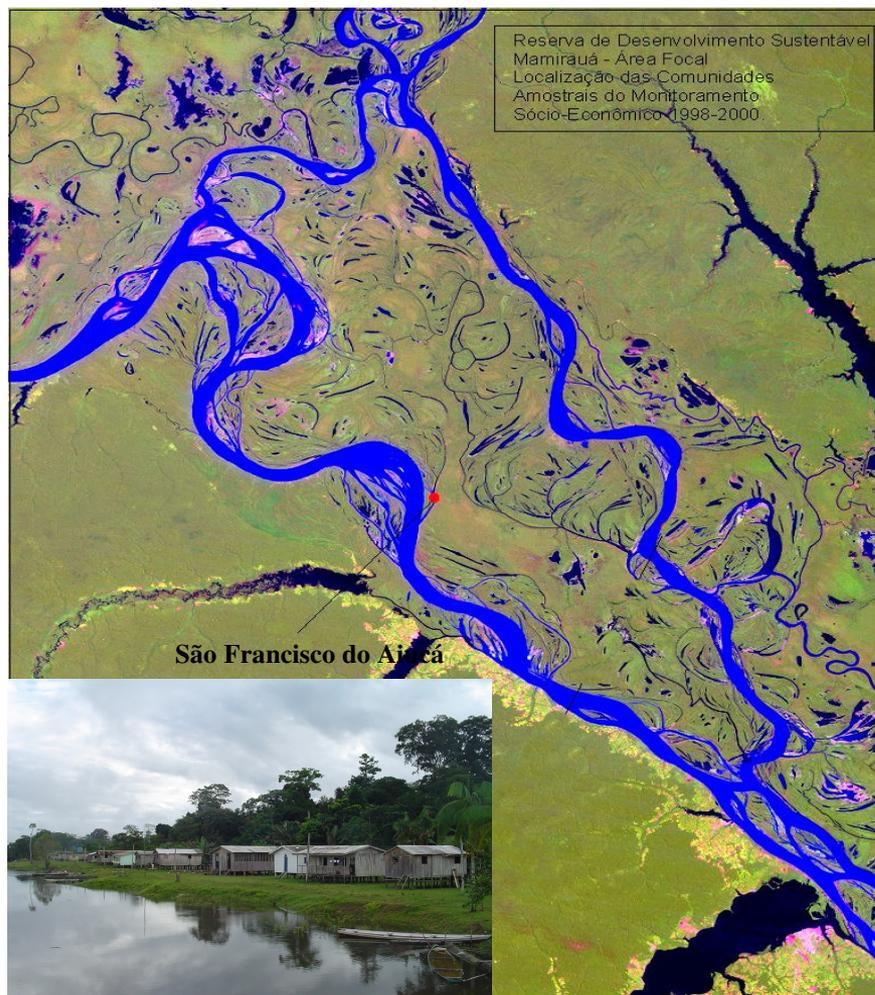


Figura 7. Mapa da Reserva Mimirauá Área Focal localizando a comunidade de São Francisco do Aiucá

A história de S. F. Aiucá foi narrada por seus moradores para a pesquisadora Alencar (1993) em sua pesquisa sobre as *Memórias de Mamirauá* que conta a história de 14 localidades pertencentes a Reserva Mamirauá, construída a partir de um relato histórico sobre a mobilidade social e geográfica dessas comunidades.

“[...] Nessa época, 1910, o local era conhecido como Japiim do Aiucá. Somente no ano de 1965, foi que outros moradores chegaram para o local, formando o atual São Francisco do Aiucá. Foram eles: Rosa de Araújo e os filhos Olendina de Araújo com o esposo Otaviano Almeida; Matilde Araújo e o esposo Maximiano Cavalcante Marinho; Ceci de Araújo com o esposo Simeão Seabra e Sebastião de Araújo [...].

O Assentamento de São Francisco do Aiucá foi formado principalmente, por diversos grupos domésticos, pertencentes a uma mesma família, cuja matriarca é dona Rosa de Araújo. À medida que os netos foram casando com pessoas de outros locais, os grupos domésticos foram aumentando. São raros os grupos domésticos cujos membros não possuam laços de parentesco com a família Araújo. Por essa razão, a comunidade de Aiucá possui uma certa estabilidade da população, pois não se verifica uma movimentação de saída ou entrada de muitas famílias.

“[...] Em 1964, chegou à família de Raimunda Gomes dos Anjos procedente do Tupé, município de Fonte Boa [...]. Foi também no ano de 1984 que ocorreu a mudança do nome do lugar de Japiim para São Francisco do Aiucá. Segundo Maria das Graças Rodrigues, os moradores escolheram o nome de São Francisco porque na comunidade havia apenas uma imagem de santo, justamente de São Francisco. O nome Aiucá, de acordo com os narradores, significa macaxeira no dialeto Tikuna. [...]. (ALENCAR, 1993. p. 43, grifo do autor)

Considerando os dados obtidos sobre a população de S. F. Aiucá, apresenta-se como principal característica demográfica ser uma população jovem, conforme pode ser observado em sua pirâmide etária (Figura 8). A população na faixa de 0-10 representa 25% da população. A população feminina representa 45,6% do total da população, sendo que 40,35% dessa população está no período reprodutivo, faixa de 15-49 anos. A população masculina representa 54,4% do total da população, sendo que destes, 50% está no período mais produtivo para o trabalho. Esses dados revelam a importância que a presença masculina tem na organização social dessas comunidades camponesas. Nas faixas de idade superiores a 49 anos, as mulheres aparecem em maior número. Isso confirma as estatísticas de que nas faixas etárias superiores a mulher predomina. O grande desgaste físico, com grandes riscos de trabalho, a que é submetida a população masculina no

trabalho camponês pode estar associado a uma mortalidade masculina superior à feminina nas faixas etárias mais avançadas. Outra possível explicação pode ser dada pela ocorrência da migração para a cidade pelos moradores mais idosos.

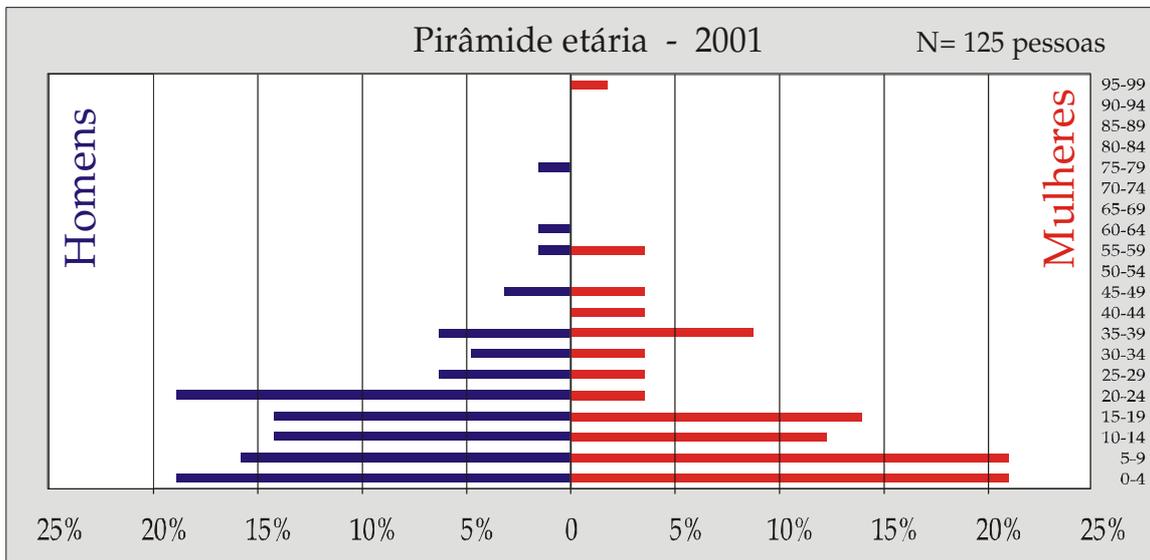


Figura 8: Pirâmide etária dos moradores da comunidade de São Francisco do Aiucá. 2001

Um outro fator de grande importância identificado na pirâmide etária é o número de mulheres nas faixas de 10-14 e 20-24 ser mais baixo que o masculino, o que indica a saída das mulheres da comunidade nessas faixas de idade. O principal motivo constatado foi o casamento, mas ocorrem também casos de migração para a cidade, supostamente para concluírem os estudos uma vez que nas comunidades só é ofertado o ensino até a quarta série do ensino fundamental. Na realidade, as mulheres têm mais facilidade de trabalharem na cidade como empregada doméstica. Ao filho homem é reservado a maior demanda pela produção econômica camponesa.

A partir da análise dos dados pode-se identificar algumas tendências da dinâmica demográfica na comunidade. Os casais ao longo do seu ciclo de vida constituem proles, em média seis filhos. Iniciam seu ciclo reprodutivo aos 20-22 anos em média, para os homens e 16-18 anos em média, para as mulheres. Segundo Fortes (1974) o sistema social não perdurará, se o tempo de vida média dos seus membros for demasiado curto, para eles

terem filhos e os criarem até que estes, por sua vez, alcancem a idade de ter filhos. Segundo o autor, demograficamente para haver a reprodução social e o equilíbrio entre nascimento e morte o índice deve ser igual ou superior a um. O autor afirma que, o grupo doméstico é responsável pela reprodução social, que precisa garantir a criação dos filhos até que os mesmos alcancem um estágio de reprodução física e social, para que a sociedade se mantenha.

É um processo cíclico. O grupo doméstico passa por um ciclo de desenvolvimento análogo ao ciclo de crescimento de um organismo vivo. O grupo, enquanto unidade, retém a mesma forma, porém seus membros e as atividades que os unem passam por uma seqüência regular de mudanças durante o ciclo que culmina com a dissolução da unidade original e com a sua substituição por uma ou mais unidades do mesmo tipo (FORTE, 1974. p. 9).

Os dados coletados sobre a composição familiar dos grupos domésticos permitem identificar os seguintes tipos:

- **Tipo 1:** grupos de união recente, composta de pai e mãe jovens, em média 20 anos para ele e 17 anos para ela, com 2 filhos pequenos, sendo um de colo. São seis famílias que possuem esse perfil na comunidade.
- **Tipo 2:** grupo formado por pai e mãe com as idades entre 30 e 40 anos, os filhos com a média de 15 anos. Na comunidade moram cinco famílias com esse perfil.
- **Tipo 3:** grupo composto por pai e mãe nas idades de 45 e 50 anos, com filhos, na sua grande maioria, adultos. Nesse perfil existem quatro famílias na comunidade.
- **Tipo 4:** esses são formados por mães viúvas ou "solteiras" com filhos adultos, o filho homem mais velho, assume o papel do pai em casa e nos serviços. Na comunidade existem seis famílias nesse perfil.

Wolf (1976) utilizou outras categorias para retratar os tipos de famílias: nuclear ou conjugal - composta do conjugue e sua prole; extensa - que agrupa várias famílias

nucleares. O autor definiu que uma família “consiste num varão com muitas mulheres e seus filhos”, sendo a família extensa, um tipo identificado como “diversos grupos nucleares que têm em comum, nesse caso, a cabeça da família (macho)”. Pode consistir também de “famílias nucleares pertencentes a diversas gerações” ou como uma unidade familiar nuclear com os filhos mais velhos que moram com suas mulheres sob o teto paterno; em outras palavras, vários grupos nucleares”. Seguindo as categorias de Wolf, foram encontrados em S. F. Aiucá 15 famílias nucleares e seis famílias extensas, que contam com um número maior de força de trabalho disponível.

Fortes (1974) enfatiza que o processo de reprodução social que “inclui todos os mecanismos institucionais, bem como atividades e normas ditadas pelo costume (costumarias), que servem para manter, suprir e transmitir o capital social de geração a geração”. Essa forma de transmissão oral que perpassa por gerações, torna-se muito importante, principalmente em populações caboclas onde o analfabetismo é alto.

Os dados sobre os níveis de escolaridade de S. F. Aiucá mostram que, o índice de analfabetismo é alto: 69,15% dos moradores da comunidade não sabem ler ou, sabem ler com dificuldade, enquanto que 30,85% sabem ler (Figura 9). Na distribuição por sexo, 70% das mulheres e 68,52% dos homens não sabem ler ou, lêem com dificuldade. Para os que sabem ler 31,48% são homens e 30% são mulheres.

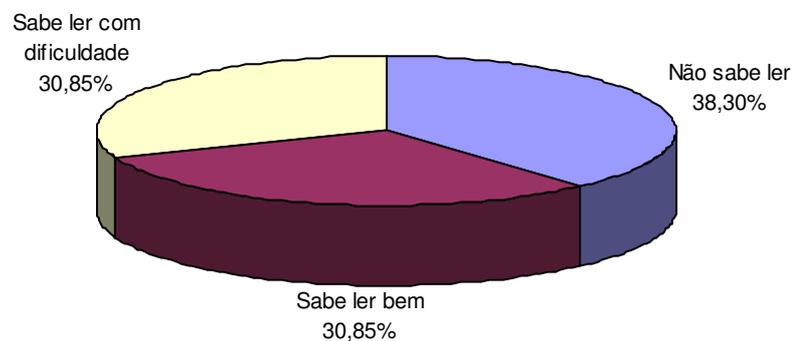


Figura 9. Distribuição do grau de instrução dos moradores da comunidade de S. F. Aiucá. 2002. N=94 pessoas

O quadro abaixo (Figura 10) mostra que o analfabetismo é mais presente nas faixas etária superiores há 50 anos; 100% dos entrevistados não sabem ler e escrever, o que revela a grande falta de acesso ao ensino para essas populações em um passado recente. Na faixa etária de 30 a 49 anos, o percentual diminui para 61,90% e entre as idades de 15 a 29 anos fica em 13,51% dos entrevistados que não sabem ler. A faixa etária que possui o maior número de pessoas alfabetizadas é a de 15 a 29 anos, 54,05%, o que revela uma tendência a mudança para as gerações mais novas. Na faixa etária de 7 a 14 anos, 47% entre crianças e adolescentes estão em processo de aprendizagem e sabem ler com dificuldade. Essa tendência diminui nas faixas etárias posteriores, entre 15 a 29 anos, 32,43% lêem com dificuldades e entre 30 a 49 anos com 14,29%.

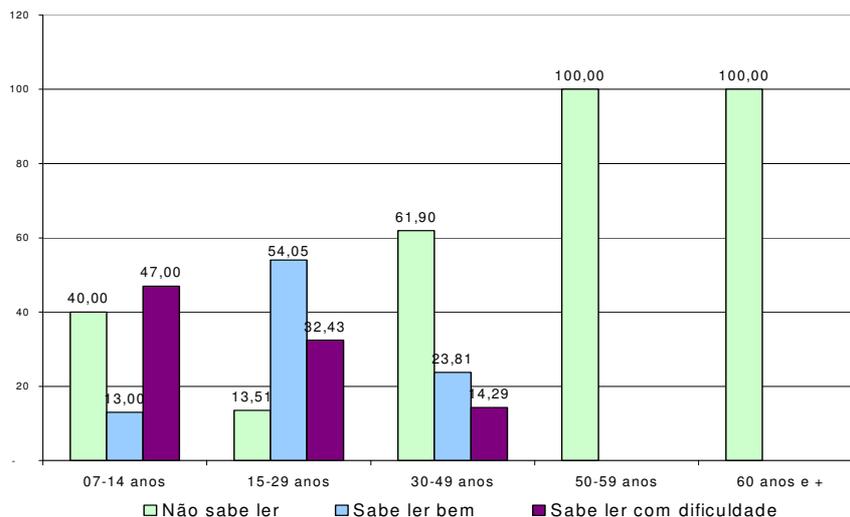


Figura 10. Gráfico da distribuição percentual da capacidade de leitura, por grupos de idade, dos moradores da comunidade de São Francisco do Aiucá no ano de 2002. N=94 informantes

A estrutura de parentesco da comunidade é permeada por uma relação de poder entre as famílias, onde alguns impõem sua autoridade através da representação social adquirida através do reconhecimento do grupo, para as tomadas de decisões, seja em questões internas da comunidade ou, diante das instituições como o Mamirauá e a prefeitura local. No entanto, essa “legitimidade” de alguns gera descontentamentos, provocados por opiniões contrárias, causando alguns conflitos entre as famílias. As

desavenças são mais presentes no campo da disputa pelo poder, tanto que em S. F. Aiucá o atual presidente não toma decisões sem o apoio de seu antecessor, que detém a legitimidade da comunidade.

A organização social é estruturada a partir das relações de laços de parentesco e os casamentos entre primos são comuns. São através dos festejos religiosos que ocorrem nas comunidades, que os jovens de outras localidades se aproximam das moças e estreitam os laços de afetividade; esses momentos também proporcionam o fortalecimento das relações políticas entre as comunidades.

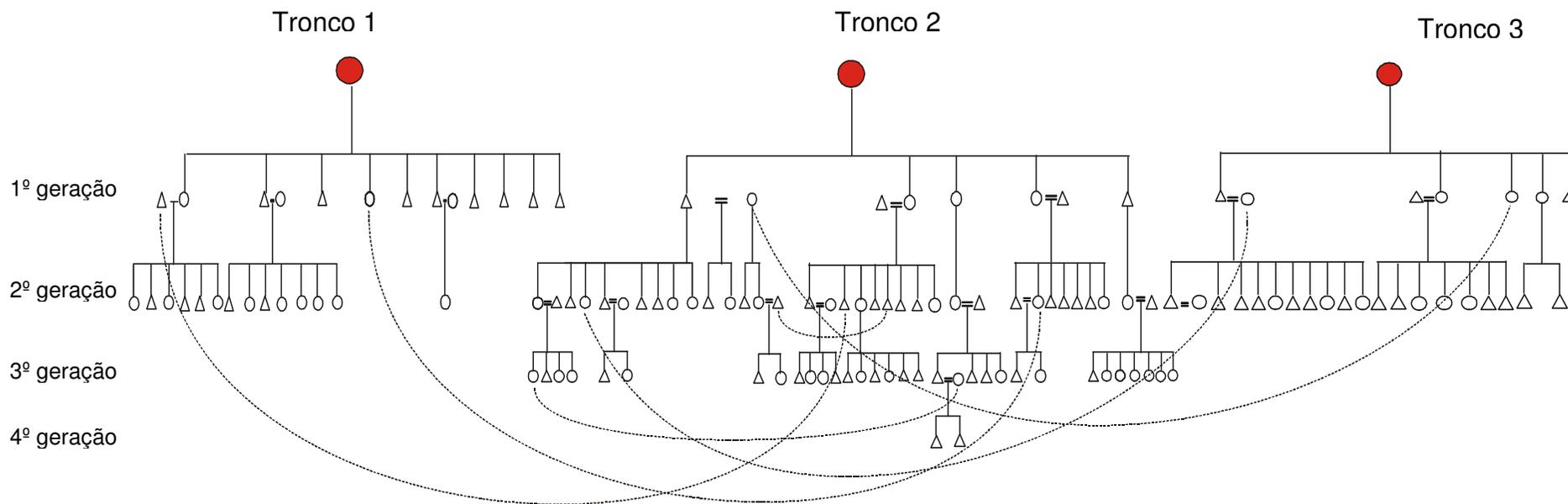
A comunidade é fortemente identificada pela referência ao grupo de parentesco, Os indivíduos entram na comunidade através do casamento. Wolf (1976) refere-se a esse fato como sendo uma corporação de parentesco “que se apresenta como mecanismo que regula o acesso à terra”. E, acrescenta que essa organização corporativa ocorre quando o grupo envolvido tem um patrimônio a defender “e onde os interesses associados a essa defesa podem ser melhor servidos pela manutenção de uma coalizão”. Desta forma, o grupo se restringe e regula os laços de afinidade, diminuindo o número de pessoas que podem ter acesso por “herança ou patrimônio adquirido”, sendo esse comportamento visto pelas famílias de S. F. Aiucá, como uma forma de continuidade do grupo e garantia de que seus filhos e netos tenham terra para plantar e lagos para pescar.

A comunidade apresenta uma densa rede de parentesco que une os grupos. São três troncos familiares na comunidade, sendo que as uniões conjugais começam a surgir a partir da 1ª geração de filhos, vindo a repetir na 2ª geração, entre parentes.

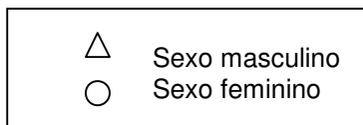
Para um melhor entendimento de como é composta a estrutura de parentesco de S. F. Aiucá, a figura 13, a seguir, demonstra os casamentos que foram formados a partir da constituição dos ciclos de desenvolvimento dos grupos domésticos:

Figura 11:

Estrutura de Parentesco da Comunidade de São Francisco de Aiucá - 2002



Os pontilhados representam o deslocamento (através do casamento) do indivíduo de seu grupo doméstico para formar uma nova unidade familiar.



Normalmente os filhos quando casam, moram os primeiros anos na casa dos pais, até que consigam estruturar-se e construir a sua própria casa, com essa nova união e a aquisição da casa passam a formar um novo núcleo familiar. O acesso aos meios de produção dessa nova família é garantido através da herança dos pais e do trabalho exercido na terra, ou seja, é o dono da terra desde que trabalhe nela e respeite as normas de uso dos recursos estabelecidas por todos os moradores da comunidade.

Fortes (1974) distingue três fases principais no ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Inicia com a *fase de expansão* que vai do casamento ao nascimento dos filhos, correspondendo ao período fértil da esposa e também corresponde ao período em que os filhos dependem dos pais, economicamente e afetivamente. Na seqüência inicia-se a segunda fase onde há dispersão dos filhos, através, principalmente do casamento. A fase final é a de substituição dos pais devido a morte, pela estrutura social dos filhos, que culmina com a dissolução da unidade original e com a sua substituição por uma ou mais unidades do mesmo tipo. As condições de reprodução dos grupos domésticos na comunidade de S. F. Aiucá correspondem a este padrão.

A proposta desse primeiro capítulo de descrever elementos que caracterizam a estrutura social de um grupo, como as relações de parentesco, a reprodução dos grupos domésticos e as experiências de sociabilidade, corroboram para o melhor entendimento do segundo capítulo onde serão abordados elementos da economia camponesa, ou seja, o planejamento da produção, a produção familiar, o acesso ao mercado, rendimentos, venda e consumo. Para Chayanov (1966) existe um ponto de equilíbrio entre, o tamanho da família e a proporção de membros trabalhadores e não trabalhadores, que está diretamente relacionado com o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Segundo o autor essa relação entre a força de trabalho da família e suas demandas de consumo se transformam ao longo do tempo. E para estudar essa dinâmica é preciso acompanhar a "história natural" da família que vai desde o casamento, ao longo da chegada dos filhos à idade produtiva, até o casamento da segunda geração.

3. CAPÍTULO II – ECONOMIA DOMÉSTICA: RELAÇÕES DE PRODUÇÃO, CONSUMO E VENDA

Os camponeses da várzea tem uma preocupação constante no que se refere à integração ao mercado e à garantia do consumo de sua família. O planejamento das atividades produtivas é feito de acordo com o calendário sazonal da região e esse fator interfere diretamente no desenvolvimento produtivo das famílias. A economia doméstica será analisada, neste capítulo, levando em consideração alguns aspectos importantes, como: planejamento da produção, consumo, acesso ao mercado, venda e rendimentos.

A economia doméstica das populações caboclas do Médio Solimões está baseada no trabalho familiar; desde seu planejamento até a venda da produção. Lima (1992) pontua três aspectos da produção doméstica: a unidade doméstica é organizada como estrutura familiar, ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico e a sua divisão sexual do trabalho, ou seja, as famílias se organizam enquanto produtores e consumidores.

As atividades econômicas também são organizadas pela divisão sexual do trabalho, sendo feita da seguinte forma: para o pai e os filhos homens, mais velhos, o tipo de trabalho é o considerado pesado, na roça ele é responsável pela limpeza do terreno, coivara⁹ e derrubada de árvores e “destocagem” de troncos; para a mulher e os filhos pequenos, fica a limpeza de galhos e o plantio. No período da colheita os homens adultos fazem o “arrancamento” da mandioca, lavagem e a torrefação; a mulher descasca, peneira, amassa a mandioca e corta lenha para o forno. A pesca é responsabilidade do pai com os filhos mais velhos. É considerado, também, um trabalho pesado, que “exige experiência e força”, principalmente no período da seca, quando o rio baixa e formam varadouros¹⁰ até chegarem aos lagos. O extrativismo de madeira é outra atividade destinada aos homens.

⁹ Derruba dos galhos mais altos.

¹⁰ São caminhos de terra que se formam pelo meio da mata quando a água baixa. Esses caminhos permitem chegar aos lagos que se formam quando o rio baixa.



Figura 12: Mulheres tirando lenha para o abastecimento da casa



Figura 13: Família voltando para comunidade após o dia de trabalho na roça

O tempo gasto da roça que se retira à lenha para a comunidade é de 15 a 20 minutos de rabela.



Figura 14: Mulher lavando roupa em frente a comunidade de São Francisco de Aiucá



Figura 15: Mulheres carregando a lenha na seca

As mulheres cuidam da casa, dos filhos pequenos, da limpeza da roça, das plantações de melancias, jerimum, banana e criações de animais pequenos. Entretanto, mesmo as mulheres sendo de fundamental importância na economia da unidade doméstica, não são reconhecidos os seus esforços e possui um *status* inferior ao do homem. Macfarlane (1980) contribui nessa discussão enfatizando que “a esposa é, em relação ao marido, mais ou menos como uma criança em relação ao pai, quase sempre sem propriedades ou direitos separados”. “Embora a mulher camponesa arcasse com um pesado

fardo de trabalho e responsabilidade, ainda assim sua posição social permanecia baixa. A autoridade sobre a família e a qualidade de seu representante cabe ao homem”. Segundo Heredia (1979, p. 84):

O lugar que os diferentes membros ocupam dentro do grupo doméstico está estreitamente ligado à sua posição com relação às atividades que desenvolvem no roçado ou na casa. Sendo assim, a inserção de cada membro em qualquer um dos dois âmbitos varia tanto pelo sexo a que pertence como pelo ciclo de vida de cada indivíduo.

O segundo aspecto da produção doméstica é a associação entre produção, propriedade e reprodução, ou seja, a posse da terra é baseada nos direitos de usufruto. Tornam-se donos a partir do momento em que *amansa* a floresta e cultiva nela. Segundo Woortemann (1997) “*amansar o mato é transformar a terra, de objeto da natureza em objeto de trabalho*”. De acordo com pesquisas de Lima, (1992) se o sítio for abandonado pelo dono da terra, não pode ser novamente reivindicado a sua propriedade. Esta propriedade não é herdada, o que assegura a posse é o exercício do trabalho no mesmo local.

O terceiro aspecto consiste na rede de trocas entre o trabalho e os produtos do trabalho nos domicílios da comunidade. Esse aspecto representa a relação entre a unidade de produção versus unidade de consumo versus rede de trocas existentes na comunidade, que ocorre principalmente na agricultura através do *ajuri*. Para Heredia (1979) é no roçado onde o grupo se materializa como unidade de produção e, na casa como unidade de consumo.

Para Wolf (1976) a unidade camponesa não é, somente uma organização produtiva formada por um determinado número de “mãos” prontas para o trabalho nos campos, ela é também uma unidade de consumo, ou seja, ela tem tanto “bocas” para alimentar quanto “mãos” para trabalhar. Acrescenta que uma unidade camponesa possui outras preocupações que não sejam unicamente com a alimentação do grupo, existem preocupações com as crianças, com os velhos e o casamento, desta forma o trabalho é feito à medida que é necessário, em uma série de contextos diferentes.

A partir dessas constatações teóricas sobre a economia doméstica camponesa usarei os dados coletados na comunidade de São Francisco do Aiucá, descrita no capítulo anterior, para ilustrar a discussão, levando em consideração o planejamento da produção, consumo e venda. Macfarlane (1980) conceitua economia camponesa como um sistema de produtores em pequena escala, com tecnologia e equipamentos simples e que são responsáveis pela produção de sua subsistência, e considera o cultivo do solo como o meio primário de sustento do camponês. Em populações de várzea na Amazônia, a pesca também é um importante meio que garante a subsistência das famílias, tão importante quanto o cultivo do solo.

O planejamento da produção na comunidade de S. F. Aiucá para a agricultura, é feito considerando culturas de ciclos curtos, como a mandioca, melancia, jerimum, milho, mamão, melão, maxixe e banana. A mandioca tem um papel de destaque nessa relação, por ser ela responsável pelo produto que é a base da alimentação do grupo. A produção da farinha é basicamente para o consumo, sendo vendido uma parte, para suprir algumas necessidades básicas, como a compra do açúcar, sal, bolacha, roupas, remédios e lazer.

A atividade de maior importância econômica é a pesca, que garante o sustento de muitas famílias. A comercialização do pescado é feita principalmente na cidade de Uarini. O tempo médio gasto para descer o rio e vender o peixe nesta cidade é de 2 a 3 horas e para voltar é de 3 a 4 horas, gastando em média 6 litros de gasolina em um motor rabeta¹¹.

O extrativismo de madeira também é um produto importante para a economia da comunidade. Entretanto, essa atividade ganhou um grande destaque e valor comercial após ser transformada em um produto manejado¹², sem estar sujeita aos contratempos com órgãos de fiscalização.

¹¹ Esse motor de 4HP é muito comum na região.

¹² É todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas; o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo o seu potencial de satisfazer às necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (SNUC).

O quadro abaixo representa de forma simples o planejamento do calendário das principais atividades produtivas da comunidade, distribuído por meses.

Tabela 1: Calendário das principais atividades produtivas na comunidade de São Francisco de Aiucá

Meses	Agricultura			Pesca (*)	Extrativismo de Madeira Manejada
	Mandioca (Roça)	Banana	Melancia		
Janeiro			Colheita	Subsistência	
Fevereiro				Subsistência	Negociação/comprador
Março	Colheita			Subsistência	Exploração
Abril	Colheita	Colheita		Subsistência	Exploração
Maio	Colheita	Colheita		Subsistência	Exploração
Junho		Colheita		Subsistência	Exploração/jangada
Julho				Comercialização	Comercialização
Agosto			Plantio	Comercialização	Comercialização
Setembro	Plantio	Plantio	Plantio	Comercialização	
Outubro	Plantio		Plantio	Subsistência	
Novembro			Colheita	Subsistência	Levantamento de estoque
Dezembro			Colheita	Subsistência	Levantamento de estoque

(*) esfera de produção predominante

Os produtos agrícolas plantados pelas famílias estão distribuídos da seguinte forma: 18 famílias plantam roça, 10 plantam melancia, nove famílias plantam jerimum, feijão, milho e quatro famílias plantam banana. Na pescaria, as 20 famílias pescam para subsistência e somente 16 pescam para comercialização.

Os produtos mais comercializados são: a farinha e o peixe, sendo que a melancia teve um alcance no ano de 2001 mais do que o esperado, sendo ela responsável pelo faturamento anual de R\$ 3.859,00. A renda média por família foi de R\$ 350,00. A venda foi praticamente, toda, nas feiras do município do Uarini, com um valor médio de \$ 1,00 a unidade, variando de acordo com o tamanho da fruta.



Figura 16: Mulheres de S. F. Aiucá expõem a produção de melancia de 2001.

Segundo depoimentos das mulheres produtoras de melancia, esse foi o primeiro ano que plantaram essa quantidade de sementes de melancias e tiveram excelentes resultados, principalmente com a venda da produção. Disseram que antes não acreditavam que seria possível geminar tanta fruta e somente após as orientações que receberam de extensionistas do IDSM, sobre técnicas de plantio, tamanho das covas, quantidades de sementes por cova e limpeza, perceberam que, com medidas simples tiveram um aumento significativo na produção e na renda familiar.

Na pesca, o faturamento anual foi de R\$ 6.425,90, o ganho médio por família foi de R\$ 401,62. A venda do pescado foi feita nas comunidades vizinhas, em Uarini ou para regatões que percorrem os rios da região. Os preços variam de R\$ 1,00 a R\$ 2,50 o quilo, quando é vendido diretamente para o consumidor na feira; se for vendido para algum patrão o preço varia de R\$ 0,70 a R\$ 2,00, dependendo da espécie de peixe e tamanho. Os peixes mais apreciados na região, seja para consumo ou venda, são o pirarucu, tambaqui, surubim, tucunaré e o peixe liso. O peixe liso é destinado principalmente à comercialização.

Os custos da produção variam de acordo com a atividade. Os maiores gastos são com a pesca, com compra de equipamentos de trabalho e com a reposição desses equipamentos. Os artigos mais comprados são: motor rabeta, gelo, caixa de isopor, nylon, anzol, cartucho, linha de pesca, arpão, chumbada, crê para calafetar barco, vela de motor, faca, pólvora, espoleta e bombilho para lanterna. Na agricultura, não há grande investimento

financeiro. Os maiores gastos são com sementes, terçados, peneiras e sacos. Para comercializar a produção na cidade, as famílias também têm um gasto com transporte.

A relação com o mercado é uma relação difícil e instável. A insegurança com o sucesso da safra agrícola, imprime grande incerteza em assumir compromissos com a venda dos produtos, comprometendo com isso, a compra de alimentos básicos para a família. Algumas famílias têm a tendência a limitar a produção apenas aos bens que podem ser diretamente utilizados pelo grupo doméstico. A farinha é o produto comum para todas as famílias na região e, se reveste de especial importância, por ser um produto com consumo e venda garantida.

Chayanov (1974) afirma que, a unidade familiar determina o equilíbrio entre a unidade de produção e a unidade de consumo. Portanto, a noção de produção é limitada pelo objetivo fundamental de satisfazer a necessidade da família, assegurando o consumo básico da família e, conseqüentemente atribuindo cada vez menos um valor a cada unidade adicional de trabalho. Neste sentido Chayanov (1974) analisa que “o volume da atividade familiar depende inteiramente de número dos consumidores e de maneira alguma de trabalhadores”. Fraxe (2000) enfatiza que, a família é a célula básica para a existência de uma “sociedade” camponesa e que ela é a responsável pela condição fundamental da produção familiar camponesa, que estimula a existência de outras relações sociais de produção, como o trabalho assalariado.

A sua relação com o meio urbano é marcada por dois aspectos mais importantes, a migração e a produção econômica. Wolf (1976) chama de mercado de rede, essa ligação que os camponeses estão presentes. O que o autor define como sendo mercado de rede é um conjunto de pontos, representados por pessoas que interagem sem limites externos e divisão delimitada. A interação pode ocorrer entre parentes, amigos, agentes de comercialização, todos unidos por um objetivo comum, a troca econômica.

Essa cadeia de troca envolve um mínimo crescente de intermediários, “através deles, os bens passam, do campo às vilas, das vilas às cidades do interior, das cidades aos portos, dos portos aos mercados da capital” (FRAXE, 2000). Essa complexa relação de produção de mercadorias e relações comerciais é identificada por Lima (1992) no Médio Solimões como sendo um setor produtivo para o caboclo e, um setor mercantil para os patrões e regatões. Entretanto essa interação que o caboclo mantêm com o mercado não ocorre de forma isolada e independente, depende da flexibilidade entre o consumo e a venda. Abramovay (1992) explica que o campesinato se define dentro de uma perspectiva econômica de interação parcial aos mercados, pois, “o camponês pode se retirar dessa relação sem grandes prejuízos à sua reprodução, por ser detentor de parte de sua subsistência com autonomia para auto-reproduzir”.

A relação que a comunidade de S. F. Aiucá mantém com o mercado é principalmente através da comercialização do pescado, sendo a principal fonte de renda das famílias, no período de janeiro a dezembro de 2001, (Figura 17) com 61,10% dos ganhos obtidos no período, seguida pelos ganhos de 33,28% na agricultura. Outras atividades, como o artesanato e criação de animais, não aparecem de forma expressiva. A comunidade não tem tradição na produção e comercialização de artesanato, como ocorre na comunidade de Vila Alencar¹³, onde os ganhos com artesanato chegam a 25% do faturamento anual. Como podemos observar, na figura 17, a pesca é a principal atividade produtiva da comunidade, seja para subsistência seja para comercialização.

¹³ Comunidade da RDSM, onde as mulheres formaram a Associação das Mulheres de Vila Alencar–AMUVA, como forma de se organizarem para a produção de artesanato, que são vendidos para turistas. Essa organização da produção em maior escala para comercialização é resultado de uma ação do programa de alternativas econômicas, feito pelo IDSM.

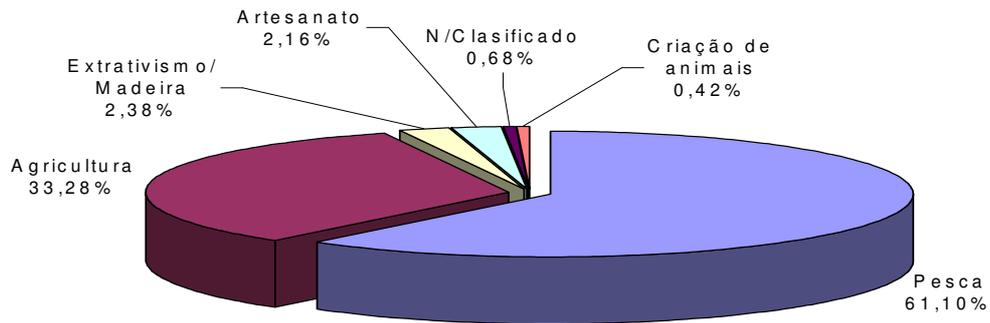


Figura 17: Principais atividades econômicas na composição da produção doméstica, no período de janeiro a dezembro de 2001. N= 19 domicílios

Uma outra atividade tradicional da comunidade é o extrativismo de madeira. Algumas das famílias, que ainda residem na comunidade, vieram para essa localidade na década de 40 devido a grande extração de madeira, intensamente explorada e economicamente rentável. Entretanto, em todo o Brasil, a partir de 15 de setembro de 1965, com a Lei 4771, essa atividade foi considerada ilegal. E somente a partir dos decretos 1282/94 e 2788/98 sua comercialização foi permitida através do Manejo Florestal e autorizada pelos órgãos competentes.

Mesmo com a proibição, a comercialização de madeira no Médio Solimões era prática comum, somente a partir de 2001 a comunidade iniciou o processo de exploração madeireira através do manejo, implantado pelo Programa de Manejo Florestal Comunitário do IDSM, podendo desta forma, comercializar madeira legalizada, sem grandes impactos ao meio ambiente, e, conseqüentemente agregando valor ao produto manejado.

A extração de madeira manejada é desenvolvida uma vez a cada ano, e, devido ao atraso na solicitação da licença em 2001 a comercialização desse ano ficou prejudicada, representando 2,38% da composição da renda domiciliar. Entretanto, a partir dessa primeira experiência da comunidade e dos extensionistas do IDSM que acompanham o programa, o grande potencial econômico previa-se de um ano para o outro.

Na divisão dos trabalhos esta atividade é predominantemente masculina, porém nem todos os homens da comunidade participam. Os que não participam dizem que não têm experiência no trabalho e que, “é muito puxado e difícil” e por isso preferem a pesca e agricultura. No entanto, a pesca e a agricultura são trabalhos que exigem também muito esforço físico. No período de plantação e colheita, as famílias ficam o dia inteiro na roça trabalhando sob um forte sol, comendo somente farinha com um “frito” e frutas regionais como o tucumã e castanha do Brasil, tradicionalmente conhecida como castanha do Pará, e tomando água do rio. Na pesca não é diferente, o homem passa a noite pescando em *igapós* e lagos, quase sempre infestados de *caparanãs*, em média 4 horas diárias.

Na agricultura, uma prática muito comum é o consorciamento de plantas, principalmente na várzea que possui características próprias e a otimização do espaço plantado no período de seca, favorece no momento da colheita. Na vazante, meses de agosto e setembro, planta-se melancia, jerimum, maxixe. Consideram o jerimum a melhor planta para fazer consorciamento, por ser *fria*¹⁴ e não morrer com facilidade, o que não ocorre com o milho, que por ser considerada “*quente*”, sua plantação é feita em roça separada.

Em setembro e outubro, quando a terra está mais *enxuta*, plantam a mandioca e macaxeira. O período de amadurecimento de uma roça é, em média, de seis a nove meses conforme cultivares, no entanto, elas são colhidas a partir do sexto mês, ainda verdes, se a cheia inundar as roças. O tamanho das roças¹⁵ dos moradores variam em torno de 0.20 ha, enquanto que na terra firme é 0.70 ha. A produção de farinha em Aiucá no ano de 2001 foi de 144 sacos equivalente a 10.080 Kg, em média (ver tabela 2).

¹⁴ Como as terras, também as plantas são classificadas pelas posições *forte/fraco* e *quente/frio* Esses princípios classificatórios são fundamentais para a organização do consorciamento. As plantas frias não interferem com outras, são consideradas neutras, enquanto as plantas quentes interferem com as que lhe estão próximas. Ver WOORTMANN, O Trabalho da Terra. 1997.

¹⁵ Fonte: Banco de dados do programa de Agricultura do IDS.M.

No período da colheita a família trabalha em benefício de um bom desempenho, com o intuito de que não lhes falte gêneros de primeira necessidade e que não seja necessário “força externa” à família, ou seja, recursos de terceiros.

A tabela abaixo demonstra as duas principais atividades econômicas da comunidade, com quantidades e valores, da produção do ano de 2001. Os peixes mais comercializados são os peixes lisos, peixes miúdos, tucunaré e pirarucu. Na agricultura a melancia e a farinha são produções que mais se destacam.

Tabela 2: Atividade econômica na pesca, no período de jan a dez de 2001. Em 19 domicílios

Produto	Qtd	R\$
Peixe liso fresco	1.041 kg	1.513,30
Peixes diversos	1.492 kg	1.326,50
Peixe miúdo	766 kg	818,00
Tucunaré	543 kg	685,80
Pirarucu	294 kg	684,00
Pacu fresco	390 kg	370,00
Aruanã	291 kg	367,60
Tambaqui	150 kg	241,80
Outros tipos de peixes	373 kg	418,09
Total	5.340 kg	6.425,90

Tabela 3: Atividade econômica na agricultura, no período de jan a dez de 2001. Em 19 domicílios

	Qtd	R\$
Melancia	1.893 unid.	3.392,50
Farinha	240 k	144,00
Jerimum	12 unid.	48,00
Feijão	8 kg	9,00
Total		3.499,85

Na pesca, o peixe liso¹⁶ é pescado principalmente para a comercialização, por ter compradores garantidos, isto é, frigoríficos que se instalaram nas margens do Rio Solimões. Eles compram toda a produção e exportam, principalmente para o Peru, Colômbia e Bolívia. Esses peixes são os chamados “peixes feras” e até bem pouco tempo não havia

¹⁶ Também conhecidos como bagres, um nome comum dado a vários peixes taquisurídeos de pele nua, ou seja, não possuem escamas, algumas dessas espécies são: Piramutaba, Dourada, Piraíba, Surubim.

um investimento por parte dos caboclos em pescar essas espécies, por não apreciarem o sabor.

Seja a pesca, agricultura ou extrativismo, o fator determinante para o desempenho dessas atividades é a variação do nível da água, sua subida ou descida influencia no resultado da produção das famílias. Nos meses de maio, junho e julho, período mais alto da cheia, a agricultura é completamente interrompida por não haver mais terras emersas na comunidade. Nesse período, as famílias se dedicam aos afazeres domésticos e pescam para subsistência. Outras famílias migram para a cidade ou, para casas de parentes em outras comunidades.

O auge da produção agrícola (ver figura 19) foram os meses de novembro e dezembro, sendo que, a comercialização da melancia foi o produto que determinou esse acréscimo no mês de dezembro.

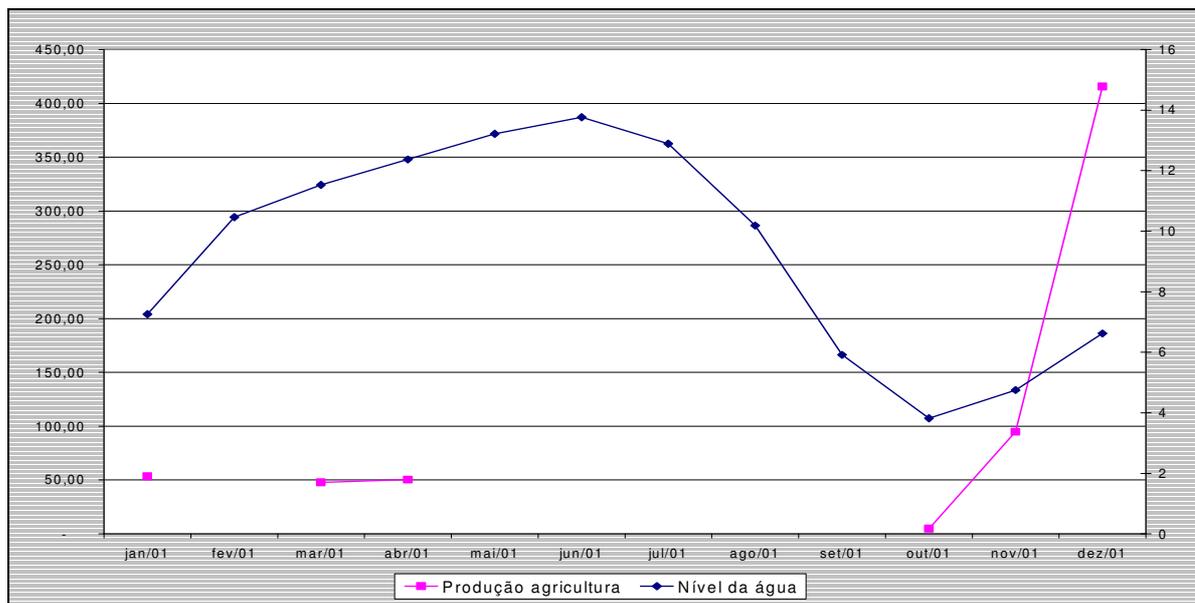


Figura 18: Gráfico da variação mensal do valor médio da venda da produção agrícola em relação à variação do nível da água no período de janeiro a dezembro de 2001. N= 19 domicílios. Fonte: Banco de dados do IDSM

A pesca torna-se intensa a partir do mês de agosto, quando o nível do rio começa a baixar proporcionando a formação de lagos, a produção tanto é para o consumo como para a venda, e há um aumento significativo na renda familiar. Nesta época, os

mercados dos municípios são abastecidos com toda qualidade de peixes. A figura 20 apresenta essa variação dos ganhos com a pesca em relação ao nível da água. O auge das vendas são os meses de agosto a novembro. Considerando a importância econômica desta atividade e a curta periodicidade da oportunidade, as famílias camponesas investem todos os esforços para garantir uma boa produção.

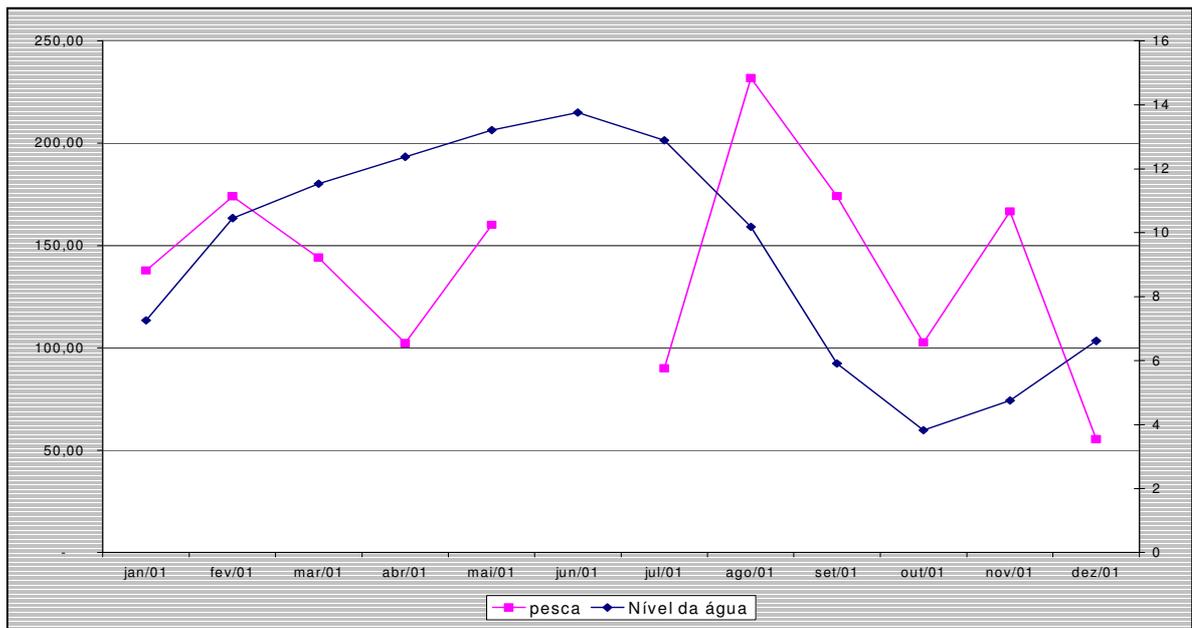


Figura 19: Variação mensal do valor médio da venda da produção pesqueira em relação à variação do nível da água no período de janeiro a dezembro de 2001. N=19 domicílios

COMPOSIÇÃO DA RENDA MÉDIA FAMILIAR

Para se obter informações sobre a renda¹⁷ dos grupos domésticos é algo sempre problemático, principalmente quando se trata das famílias camponesas que pescam e plantam para subsistência. O principal produto dessa região é sem dúvida a farinha, em uma situação de escambo o indicador de valor seria esse produto, dada a sua importância na economia doméstica dessas famílias. Segundo seu Matico, morador da comunidade São Francisco do Aiucá, quando precisa ir à cidade “*vendo uma saca de farinha e tenho o*

¹⁷ O termo renda que está sendo referido corresponde aos ganhos que as famílias obtêm através das vendas dos produtos mais os salários e pensões.

dinheirinho". Quando *"preciso de rancho, faço a troca na beira do rio por saca de farinha, e assim vou vivendo"*. O peixe e a madeira também são componentes importantes no aumento da renda desses grupos, sendo que, tais produtos, dependem do movimento do rio e não podem ser guardados para uma eventual necessidade, como fazem com a farinha. O dinheiro obtido com a venda da madeira manejada e do peixe possibilita a compra de equipamentos de trabalho, como linha para pesca e utensílios domésticos, motor rabeta, televisão, radio, melhoria do domicilio, pagamento de dívidas e principalmente a compra de alimentos.

Um outro elemento importante na composição das fontes de renda são os salários e pensões, figura 21. Dentre as 19 famílias residentes na comunidade, 12 famílias compõem a renda com pensões, aposentadorias ou salários, representando 36,11% da renda total, sendo o restante, 63,9% provenientes da venda da produção doméstica.

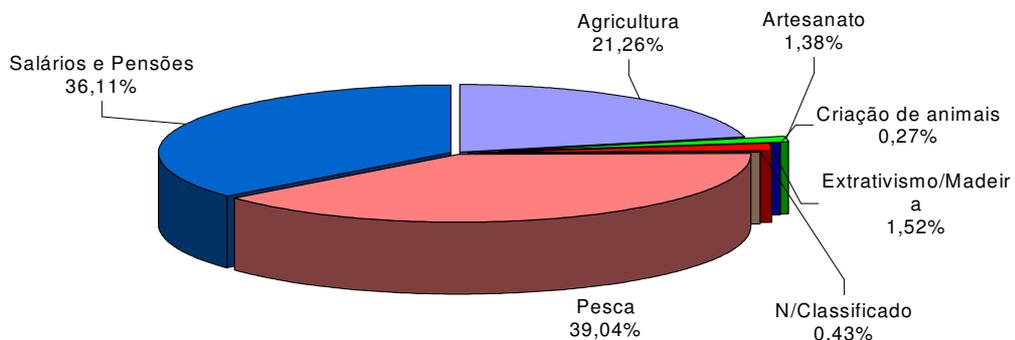


Figura 20: Distribuição das fontes de renda no período de janeiro a dezembro de 2001. N= 19 domicílios

Os salários e pensões na comunidade garantem o sustento das famílias nos períodos de maiores privações, quando é difícil a pesca e não tem trabalho na roça. São os aposentados, em sua grande maioria, que "agüentam" os outros parentes que não têm como se manter e ajudam principalmente com a compra dos alimentos básicos. A presença de um aposentado em uma família é de grande importância ou valia, pois ele(a) é garantia

de sobrevivência do grupo, devido à regularidade mensal efetiva do valor da aposentadoria que independe de fatores de ordem natural. Na figura 22, abaixo, pode-se identificar a variação mensal entre os ganhos com a venda da produção e os benefícios, nos meses de maio a julho, considerado pela comunidade o de maior dificuldade. E, é nesse período que a aposentadoria, pensão e salários garantem a renda familiar.

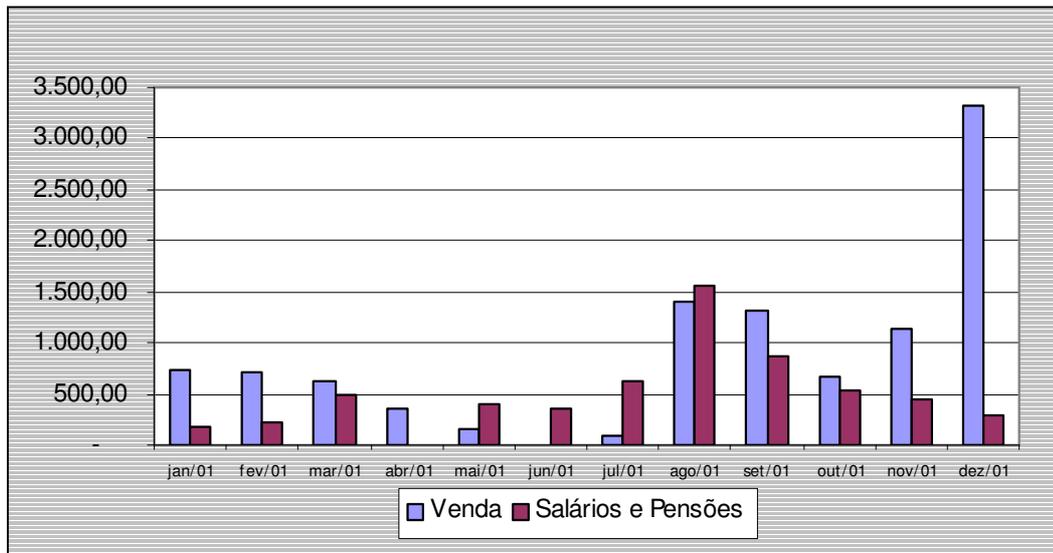


Figura 21: Ganho médio com vendas e salários e pensões no período de janeiro a dezembro de 2001. N=19 famílias

Os benefícios recebidos pelas famílias de Aiucá estão divididos da seguinte forma: uma pensão por viuvez e uma aposentadoria por invalidez; os ganhos com serviços são através de diárias como cozinheira, atividade de serralta e venda de produtos. Os professores e o agente de saúde são contratados pela prefeitura de Uarini. O Instituto Mamirauá contratou, através de projetos de pesquisas, três assistentes de campo, dois para pesquisa com a fauna e um para ações de educação. Tanto a Prefeitura como o Mamirauá empregam de forma temporária. A Prefeitura faz contratos de acordo com o mandato de cada prefeito e o IDSM de acordo com a necessidade de cada pesquisador. Mas isso não significa que, mesmo com esse salário as famílias deixam de plantar ou pescar. Os salários são resultados do trabalho acessório, como uma complementação. Esses ganhos com

salários e pensões que estão distribuídos por vários domicílios permitem uma melhor divisão desses benefícios às famílias e estão distribuídos da seguinte forma:

Tabela 4: Distribuição dos ganhos por atividade, número de pessoas e famílias

Atividade	Casos	N. de pessoas	N. de domicílios
Aposentadoria/pensão	Deficiência física Viuvez	2	2
Serviços	Cozinheira Serrador Comércio	4	4
Prefeitura	Professor (a) Agente de Saúde	3	3
Mamirauá	Assistente de campo	3	3
Total		12	12

A renda média familiar em 2001 foi de R\$ 866,38, com variações de 76,04% entre os meses de menor (R\$ 18,12) e maior renda (R\$190,05) ao longo do ano. O ganho com os salários e pensões é muito importante na comunidade, entretanto as vendas da produção têm uma importância econômica ainda maior: 63,89% da renda média é obtida através da venda dos produtos, enquanto que 36,11% são oriundos dos salários e pensões.

A tabela abaixo apresenta a distribuição dos ganhos mensais, com a venda dos produtos agrícolas, comercialização do pescado, vendas de outros produtos e também ganhos com pensões e salários. A soma da venda com os salários e pensões gera a renda média. A renda média familiar é calculada, a partir da divisão da renda pelo número de famílias, o valor mínimo foi de R\$ 18,22 no mês de junho e o maior valor corresponde a R\$ 190,05 no mês de dezembro.

Tabela 5: Distribuição mensal da renda média no período de janeiro a dezembro de 2001.

Renda (vendas + salários/pensões) média mensal				
N= 19 domicílios (janeiro a dezembro de 2001)				
R\$ 1.00				
Mês/Ano	Venda	Salários e Pensões	Renda	Média
Jan/01	729,00	180,00	909,00	47,84
fev/01	704,00	216,00	920,00	48,42
Mar/01	632,00	491,00	1.123,00	59,11
Abr/01	357,15	-	357,15	18,80
Mai/01	160,00	396,25	556,25	29,28
Jun/01	-	346,25	346,25	18,22
Jul/01	90,00	621,25	711,25	37,43
Ago/01	1.408,40	1.561,25	2.969,65	156,30
set/01	1.317,10	865,25	2.182,35	114,86
out/01	660,10	526,25	1.186,35	62,44
Nov/01	1.147,00	442,00	1.589,00	83,63
Dez/01	3.313,00	298,00	3.611,00	190,05
Total	10.517,75	5.943,50	16.461,25	866,38
X	553,57	312,82	866,38	
%	63,89	36,11	100,00	

Na distribuição mensal da renda média, os dois maiores ganhos foram os meses de agosto e setembro. Segundo o calendário das atividades produtivas, é o período da pesca para a comercialização; o outro mês de maior ganho foi o de dezembro, mês de maior colheita de melancia.

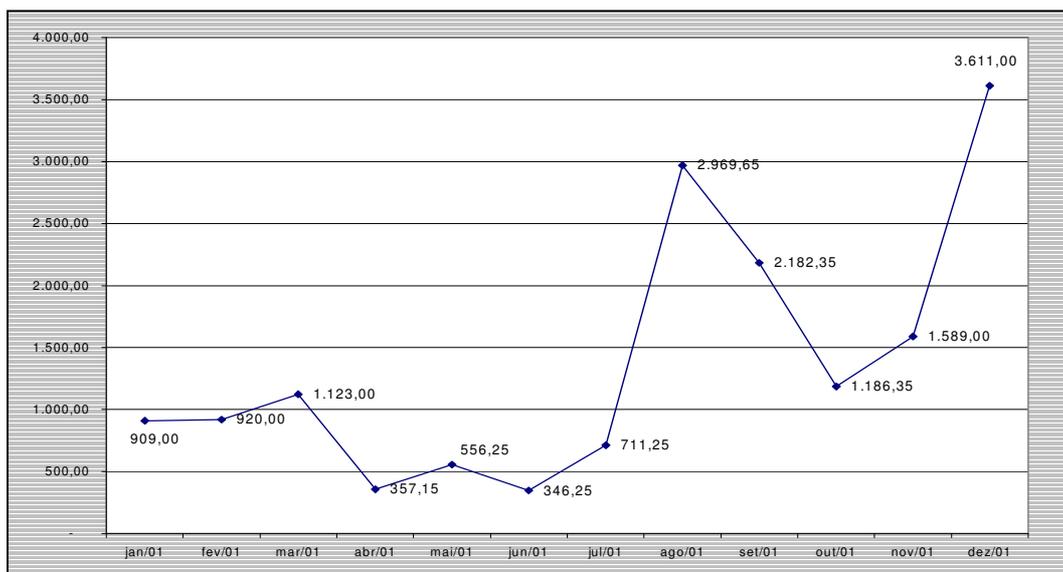


Figura 22: Distribuição mensal da renda média domiciliar no período de janeiro a dezembro de 2001. N=19 domicílios

CONSUMO FAMILIAR

O padrão de consumo, das comunidades de Mamirauá, pode ser distribuído da seguinte forma: o consumo voltado para o abastecimento alimentar da família de itens que são produzidos por eles e a compra de produtos encontrados nos mercados dos municípios e obtidos através da venda da produção doméstica. “Deste modo, a produção doméstica atende as necessidades de consumo por duas vias: a direta, produzida pelo grupo doméstico; e a indireta, que passa pelo circuito de troca do mercado” (LIMA, 2002).

Mesmo com uma produção voltada para o consumo interno da família, os principais gastos com produtos adquiridos no mercado são com, alimentação (47,42%) em seguida com energia (17,25%). Os outros gastos são em menor proporção, como material de limpeza, vestuário, equipamento de trabalho, bebidas, diversão, que representa 27,21% do total das despesas. Gastos com bens de valor, identificados como bens, representa 8,12%. A figura 24 ilustra a distribuição desses gastos.

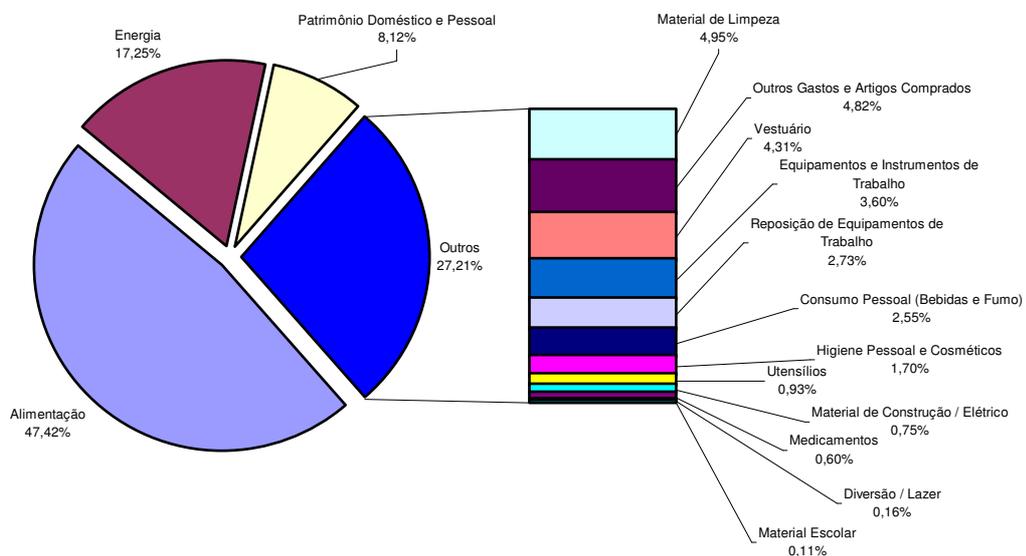


Figura 23: Composição das despesas domésticas no período de janeiro a dezembro de 2001. N=19 domicílios

As duas principais despesas na comunidade são com alimentação e energia, feitas ao longo do ano, sendo que nos meses de agosto e setembro há um investimento maior das famílias em patrimônios domésticos. As famílias aproveitam esse período de maiores ganhos, com a venda do pescado e agricultura, para comprarem artigos que consideram como investimento de longo prazo, como, por exemplo, televisão, antena parabólica, forno para torrar farinha, rádio gravador, mosqueteiro, rede de dormir. Essas compras ocorrem justamente nos meses de maior produção de peixe para comercialização. A figura 25 ilustra os dados coletados.

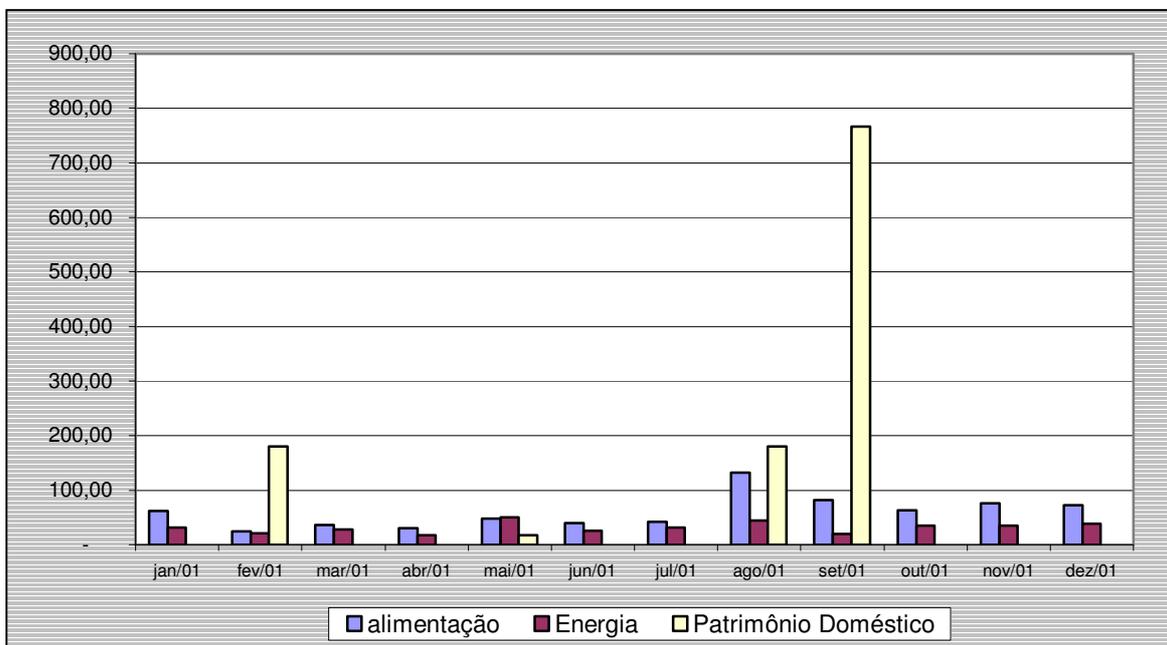


Figura 24: Gráfico da distribuição média mensal dos gastos com alimentação, energia, patrimônio doméstico no período de janeiro a dezembro de 2001. N=19 domicílios

Os gastos com instrumentos de trabalho e reposição de equipamentos são altos, correspondendo a 6,33% do total da renda e as maiores despesas são com os equipamentos para pesca, pois freqüentemente sofrem perdas, principalmente com as malhadeiras.

O padrão de consumo na RDSM é muito regular; as compras são compostas de gêneros simples de primeira necessidade. Os itens estão apresentados na tabela 6 por ordem de freqüência. A quantidade e o valor do produto foram estabelecidos a partir da

soma do consumo anual de cada produto dividido pelo número de vezes que ele aparece e desta maneira, obtém-se a quantidade e valor médio de cada produto. De acordo com dados monitorados em outras comunidades da Reserva não há grandes divergências no que se refere ao padrão médio de consumo das comunidades. Vejamos abaixo as tabelas 6 e 7 onde mostram o padrão de consumo para a comunidade de S. F. Aiucá.

Tabela 6: Valor dos principais produtos consumidos mensalmente na comunidade de S. F. Aiucá janeiro a dezembro de 2001. N=19 domicílios

Produto	Qtd por unidade doméstica	Medida	R\$
Açúcar	4,4	kg	4,36
Sabão em barra	1,2	Kg	1,88
Bolacha Salgada	848,5	grama	2,55
Leite	942,9	grama	9,43
Gasolina	3,2	litro	6,08
Óleo	1,1	litro	1,87
Café	101,2	grama	1,01
Biscoito Recheado	1,5	pacote	1,23
Arroz	0,8	kg	0,93
Trigo	0,6	kg	0,77
Farinha	10,9	kg	8,18
Sabão em pó	0,3	caixa	0,60
Combustol	0,7	litro	0,74
Sal	1,8	kg	0,86
Refrigerante	0,8	garrafa	1,42
Pilha	0,7	unidade	0,62
Tabaco	1,2	onça	1,03
Margarina	82,5	grama	0,41
Bombril	0,3	pacote	0,26
Creme dental	0,3	unidade	0,33
Total			44,55

Quando comparamos o resultado do monitoramento das compras na comunidade de S. F. Aiucá no ano de 2001 com o padrão de consumo das outras comunidades monitoradas, os principais itens estão contidos, com apenas algumas diferenças na quantidade dos produtos, pois, é levado em consideração o número de pessoas por domicílio.

Os vinte itens mais consumidos pela comunidade variam em pequena escala do modelo de cesta básica regional¹⁸ da RDSM, elaborado a partir de um padrão de consumo estabelecido para as comunidades da reserva, através de pesquisas de campo feitas por Lima (1994). Utilizando esse padrão com valores obtidos no mercado de Tefé, o valor médio mensal da cesta básica de S. F. Aiucá, no ano de 2001, foi cerca de R\$ 56,16. As diferenças básicas estão na quantidade consumida, como podemos perceber logo abaixo.

Tabela 7: Valor da cesta básica da comunidade do S. F. Aiucá no período de janeiro a dezembro de 2001. N= 19 domicílios

Produto	Qtd	Medida	R\$ ¹⁹
Açúcar	10	Kg	9,90
Café	500	Gr	5,00
Sabão pedra	1,56	Kg	2,45
Óleo de Soja	1,34	Lata	2,28
Leite	283,43	Gr	2,83
Sal	6,63	Kg	3,18
Farinha	10,17	Kg	7,63
Bolacha comum	5	Kg	15,00
Gasolina	4,15	Litro	7,89
Total			56,16

Em S. F. do Aiucá a relação entre produção e consumo está muito próxima, o valor médio despendido para o consumo das famílias, em 12 meses de monitoramento, ficou em torno de R\$ 14.091,84, enquanto que os rendimentos médios, vendas acrescida de salários e pensões, ficaram em aproximadamente 16.461,25. Esses dados representam que, as famílias produzem o necessário para a reprodução do grupo e as despesas são proporcionais ao que é produzido pela família. Segundo a teoria de Chayanov (1966) o objetivo básico desse cálculo seria garantir a satisfação de suas necessidades e não a realização do lucro. Tais características, proporcionam alguns elementos importantes para o entendimento da definição de unidade familiar, onde ela assume o trabalho no

¹⁸ Rancho - “cesta básica” das Unidades Domésticas Ribeirinhas. Indicador sócio-econômico da relação dos produtores ribeirinhos com o mercado local.

¹⁹ Valores obtidos a partir do Banco de Dados Mercado de Tefé

estabelecimento produtivo, ao mesmo tempo que é proprietária dos meios de produção. Para Wanderley (1999), esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

A lógica de reprodução social dessas famílias, em princípio, está direcionada à manutenção dos recursos para as gerações futuras, pois, as mesmas dependem diretamente da conservação do meio ambiente. As famílias são orientadas a definir estratégias que visem, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência e garantir a reprodução das gerações subseqüentes. Esses são os princípios utilizados para o manejo dos recursos naturais, sem comprometer a sobrevivência dessas famílias. Ações desordenadas refletem na escassez de determinados recursos, daí a importante presença do intermediador no processo de amadurecimento ambiental dessas famílias, abordados principalmente pela educação ambiental.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação prevê em sua concepção que uma RDS, ao qual S. Francisco do Aiucá está inserida, tem como objetivo a preservação da natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e a exploração dos recursos naturais pelas populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações. Desta forma, com base nos dados apresentados acima, o Instituto Mamirauá direcionou suas ações para uma organização comunitária, produção econômica e educação ambiental, tendo como objetivo, o fortalecimento de lideranças comunitárias; capacitação de agentes ambientais voluntários; introdução à novas práticas de organização da produção e de comercialização de produtos econômicos, pelo manejo sustentado dos recursos naturais e pela agricultura familiar.

Através dessas ações foram implementadas as associações de produtores agrícolas de Aiucá, onde a parceria entre técnicos, pesquisadores e agricultores proporcionou frutos na organização dessa comunidade. Em 2001 foi formada a Associação dos Agricultores de São Francisco do Aiucá, a partir do reconhecimento jurídico foi possível viabilizar a licença para a retirada da madeira manejada, também foi possível o financiamento para a construção de um viveiro de galinhas comunitário e um posicionamento da comunidade diante do poder público local, principalmente no que se refere ao escoamento da produção, hoje identificado como uma das principais dificuldades encontradas pela comunidade.

Tradicionalmente não é característica da população camponesa o desenvolvimento de atividades de forma coletiva, entretanto, esse camponês percebeu a necessidade de uma maior organização interna e, somente a partir de ações coletivas conseguiriam benefícios individuais. Essa nova forma de pensar, pode ser reflexo de vários fatores, entre eles, a presença de uma Instituição externa como o Mamirauá que proporcionou ações de fortalecimento das lideranças; e/ou um maior contato dessa população com os centros urbanos; e/ou acesso a informações e conscientização de sua cidadania, todos associados a um novo projeto de vida, concebido pela freqüente aproximação do urbanismo.

Para um melhor entendimento dessas mudanças que vem ocorrendo ao longo dos anos em populações que sofrem influências de agentes externos, o capítulo a seguir abordará o caminho que a extensão rural no Brasil trabalhou até chegar ao atual modelo de intervenções sociais, onde foram introduzidos novos elementos e a população local passou a ocupar o centro dos interesses, em que as ações transformaram-se em práticas de participação dos envolvidos, tendo o conhecimento como o principal produto de interação e diálogo entre os atores.

4. CAPÍTULO III– A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL E OS NOVOS MODELOS DE GESTÃO PARTICIPATIVA EM ÁREAS RURAIS

O surgimento da extensão rural decorre do entendimento de que, pesquisa e extensão são atividades diferentes, relacionadas apenas na transferência de tecnologia. A pesquisa desenvolve novos conhecimentos que serão transmitidos pelos extensionistas ao agricultor, que, na maioria dos casos foi concebido como sujeito passivo, receptor desses conhecimentos. Foi seguindo essa lógica de transmissão de conhecimentos de forma unilateral que marcou-se a trajetória da intervenção social no Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, sendo sujeitas à críticas e insucessos ao longo de anos.

Neste capítulo, são apresentadas considerações sobre a denominada extensão rural, especificamente sobre os usos de métodos participativos de inovação na agricultura, procurando identificar as diversas relações estabelecidas entre agentes de desenvolvimento, pesquisadores e as famílias camponesas, na tentativa de delinear o conjunto de ações voltadas para a construção coletiva do conhecimento e desenvolvimento social às famílias camponesas. Apresento algumas situações relativas aos métodos utilizados no passado e na atualidade e de forma destacada as ações que vem sendo realizadas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, que são desenvolvidas com a proposta de promover o uso sustentado dos recursos naturais com gestão comunitária.

A discussão sobre extensão rural e assistência técnica é antiga. O uso do termo extensão tem sido objeto de várias críticas e no Brasil já são evidenciados indicadores de esgotamento de seus modelos de atuação. Segundo Silva (1992), são seis os modelos de extensão rural existentes no Brasil ao longo de mais de 50 anos; são eles: o clássico (1948-1956) onde a extensão era o elo entre estações de pesquisas e as populações rurais. Segundo Fonseca (1985), esse modelo "foi caracterizado pelo exagerado entusiasmo fundado nas idéias de que era necessário informar e persuadir os agricultores a adotarem

melhores práticas”; o segundo modelo, conhecido como o modelo difusionista-inovador (1956-1967) é marcado por uma fase de busca de alternativas para a superação das insatisfações causadas pelo modelo anterior. Entretanto, esse modelo perdeu seu sentido, concentrando-se apenas no aumento da produção, com ações voltadas para o médio produtor em lugar do pequeno; o terceiro modelo foi conhecido como transferência de tecnologias (1968-1978)- a filosofia adotada era ligada ao aumento da produção através da introdução de pacotes tecnológicos na agricultura, sendo pensada como mercado para máquinas e insumos agrícolas.

E, finalmente, os três últimos modelos: “o repensar da extensão rural (1979-1991); o desmantelamento do serviço (1991-até hoje) e a fase de discussão e experimentação (1996-até hoje)”. Foram modelos que buscaram a redemocratização, através do fortalecimento de estruturas comunitárias, de ações com um enfoque social, planejamento participativo e valorização do saber do agricultor.

A partir do final da década de 70, as ações da extensão rural tomaram novos rumos influenciadas por uma série de acontecimentos sociais, ecológicos e, principalmente, pelos resultados insatisfatórios dos modelos implantados até essa década. O repensar da extensão rural teve uma grande influência, nessa busca por mudanças de atitudes, de Paulo Freire (1992) com seus princípios educativos priorizando: o saber do agricultor, o planejamento participativo, a relação horizontal entre educador e educando, que marcam o discurso de um grupo de profissionais comprometidos com investimentos sociais e não apenas técnicos. Nessa trajetória de construção de uma intervenção realmente voltada para o pequeno agricultor, alguns aspectos precisam ser destacados em particular, quando se trata das ações de extensão. O papel das Organizações Não Governamentais (ONGs) é de fundamental importância, pois, em toda a trajetória da extensão rural estatal no Brasil, elas foram causadoras de algumas mudanças nas ações de intervenção, introduzindo o conceito

e pesquisa-desenvolvimento e modificando posturas, principalmente de órgãos e instituições estatais.

A existência de várias interpretações para o conceito de extensão desencadeou uma série de questionamentos por estudiosos, que atribuíam ao termo um sentido impreciso e pouco operacional, cobrindo muitas atividades que possuem significados diferentes. Segundo Roling (1988, apud SCHMITZ, 2001), extensão “é uma intervenção profissional através de comunicação desenvolvida por uma instituição, mudanças no comportamento voluntário, com uma utilidade supostamente pública ou coletiva”. Também, foi interpretado como trabalho de aconselhamento para resolver problemas específicos, utilizados para enfatizar atividades educacionais através de informações, como a luz para indicar o caminho e como a simplificação das informações para que as pessoas simples possam entender. E, também, foi utilizado como a transmissão vertical do conhecimento. (SCHMITZ, 2001)

Na tentativa de superação dessas limitações, pesquisadores propuseram não limitar-se apenas à pesquisa pura, para introduzir elementos novos no processo de intervenção que coloca a população rural no centro do seu interesse, com a prática da participação dos envolvidos, sendo o conhecimento o principal produto de interação e diálogo entre os atores. Segundo Schmitz (2001), esses novos elementos passaram a ter algumas denominações, como: pesquisa-desenvolvimento, pesquisa-ação, pesquisa participante, diagnóstico rápido participativo (DRP), desenvolvimento participativo de tecnologia (DPT). As experiências surgidas a partir do final da década de 70, que levaram em consideração a experimentação e intervenção visando o desenvolvimento local, vem em resposta ao fracasso dos modelos de Transferência de Tecnologia, à Revolução Verde e à reduzida importância que era atribuída à experiência do agricultor, bem como sua participação na proposição de soluções.

A partir dessa perspectiva, a literatura registra várias experiências de organizações sociais que têm sido criadas nos últimos anos, buscando a solução dos

problemas dentro do próprio grupo, onde cada grupo envolvido constrói os métodos e conteúdos mais adequados ao seu contexto, de acordo com suas necessidades e capacidades específicas. As experiências a serem relatadas aqui, sem pretender ser exaustiva, indicam que essas intervenções não são casos isolados; são movimentos que vem acontecendo em vários países, a partir de grupos que assumem compromissos com novos modelos de desenvolvimento social.

São inúmeras as experiências de órgãos governamentais e não governamentais que se propõem a manter uma relação dialógica com o agricultor. Entretanto, são poucas as que conseguem desenvolver ações participativas entendidas como envolvimento nos processos de sistematização e reprodução do conhecimento, experimentações e intervenções, conduzidas em estreita parceria entre populações envolvidas e as instituições.

O sucesso das ações, que marca o diferencial, está na seriedade e comprometimento do grupo interventor com a base conceptual do que hoje é denominado de métodos participativos. Schmitz (2001) apresenta uma análise sobre os *métodos participativos de inovação na agricultura* chamando a atenção para os métodos utilizados no passado recente e na atualidade, identificando o que o autor denominou de problemas nas suas aplicações, assinalando o que realmente tem de novo nos métodos propostos nos anos 90, em comparação com a abordagem de 50 anos atrás.

Os resultados das novas experiências, relatadas a seguir, revelam que algumas mudanças no processo de intervenção, sejam no âmbito estatal ou não, resultam de mudanças em políticas sociais, no sentido de tentar romper com as formas tradicionais de extensão rural. Em uma zona rural do sul de Portugal, Melo (2002) fez uma análise-testemunho de um projeto de desenvolvimento local – *Associação In Loco*, de valorização cultural e de promoção de atividades produtivas. Segundo sua experiência, pode identificar o cruzamento virtuoso entre conhecimento técnico e os conhecimentos populares do qual foram decorrendo novos espaços de deliberação democrática e de valorização da cultura

local. Ressalta, no entanto, que promover o desenvolvimento local é em si, uma proposta muito complexa, pois criar, a partir dos recursos existentes, aplicações alternativas que tem que ser, pelo menos parcialmente viáveis no contexto econômico global, não é tarefa fácil, sinaliza-se um campo complexo e propenso à emergência de conflitos.

Outras experiências seguem a tendência geral de diminuição da presença do Estado na prestação de serviços. É o caso do Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins - LASAT e o Laboratório Agro-Ecológico da Transamazônica – LAET. Segundo Reynal & Martins (2001) após uma revisão bibliográfica sobre essas experiências, relata a construção das instituições, com a preocupação de orientar seus trabalhos na perspectiva de pesquisa-desenvolvimento. “O LASAT tem como função principal sistematizar e gerar conhecimento em conjunto com os agricultores visando o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, com a permanência na terra e melhoria das condições de vida da população camponesa na região polarizada pela cidade de Marabá”. “O LAET compreende dois componentes distintos, mas complementares: diagnóstico ambiental participativo e desenvolvimento de uma agricultura familiar durável, facilitando o acompanhamento e a avaliação dessas atividades”.

Uma outra experiência a ser relatada aqui, refere-se às ações do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, (IDSM) do qual apresento uma análise-testemunho da proposta de intervenção da Instituição. O IDSM atua em uma área de grande biodiversidade e endemismo de recursos naturais, sendo a primeira reserva no Brasil com uma proposta de conservação do ecossistema de várzea com propostas de uso sustentado dos recursos naturais pelas populações locais. A definição de normas²⁰ para o uso sustentado dos recursos naturais renováveis, impõe restrições ao uso de recursos de alto

²⁰ Feita a partir do Plano de Manejo dos recursos naturais da RDSM, foi elaborado em 1996 com base nos resultados das pesquisas biológicas e sócio-econômicas. Foi concebido como uma proposta dinâmica, periodicamente reavaliada e reajustada diante dos resultados do monitoramento dos impactos humanos sobre o meio ambiente. Nesse plano estão estabelecidas Zonas de Preservação Total e Zonas de Uso Sustentável.

valor comercial, como certas espécies de peixe e madeira, que ameaçam a redução da renda familiar, caso não sejam substituídos por outras atividades e/ou produtos.

A exploração dos recursos naturais, como peixes, madeira, animais selvagens e outros produtos florestais, é de grande importância para a economia e subsistência das populações rurais amazônicas. A participação comunitária é fundamental no modelo de desenvolvimento sustentável e manutenção da biodiversidade proposto. A maior parte das áreas protegidas da Amazônia, assim como em muitas outras partes do Brasil e nos países subdesenvolvidos, não estão alcançando os níveis efetivos de proteção pretendidos. Em grande parte, isto é devido à falta de atenção dada ao valor econômico dos recursos naturais e sua importância sócio-econômica para as populações tradicionais e principalmente pela restrição à participação de atores locais. Os valores econômicos e ecológicos (diretos e indiretos) são os aspectos mais importantes que justificam o trabalho de conservação da várzea de Mamirauá. Em combinação com os valores sociais, políticos, culturais e científicos da Reserva, eles ilustram a importância da Reserva para o desenvolvimento e bem estar regional. Nosso compromisso com a população amazônica, e as gerações que virão, é desenvolver esses recursos de maneira responsável hoje, assegurando as possibilidades de uso no futuro. (PIRES, 2000. p. 40).

Um dos grandes desafios do Instituto Mamirauá é, portanto, oferecer às comunidades locais, alternativas econômicas de produção, ecologicamente corretas em consonância com as normas estabelecidas pelo Plano de Manejo, possibilitando o aumento de sua renda familiar, melhoria da qualidade de vida e, assegurando a conservação do ambiente de várzea. Esta proposta é desenvolvida por uma equipe de pesquisadores e extensionistas, em permanente trabalho comunitário, monitorando seus avanços e conflitos desde 1992. A estratégia é promover ações conjuntas, envolvendo famílias camponesas como co-responsáveis na geração de propostas e co-gestoras na realização das ações.

A proposta de intervenção do Instituto Mamirauá é objetivada através do Programa de Alternativas Econômicas que sub-divide-se em outros programas com atuações específicas: Manejo Florestal Comunitário, Agricultura, Pesca, Qualidade de Vida e Organização Política e Sócio-econômica. Os principais objetivos são: o fortalecimento da participação comunitária com acesso a informação; a introdução de novas práticas de organização da produção e a comercialização dos produtos econômicos, com uso sustentado dos recursos naturais. Os projetos implantados passaram por fases de negociações e discussões com as comunidades, onde os técnicos desempenhavam papel

de intermediador nas ações, a partir das demandas e negociações feitas pelas famílias camponesas.

Para o envolvimento dessas comunidades nesse processo de solidificação de um modelo, a equipe de extensionista do IDSM desenvolveu, entre outros, trabalhos de conscientização ambiental, capacitação de professores, divulgação dos resultados das pesquisas, na zona rural e urbana, formação de jovens ambientais, formação de lideranças, assessoria técnica contábil e formação de associações de comunitários.

Segundo Moura (2000), o sucesso da implantação dos programas do IDSM está diretamente relacionado ao nível de envolvimento das comunidades de moradores e usuários da Reserva Mamirauá que devem atuar como co-gestores do processo, com efetiva participação na consolidação do uso das normas e do zoneamento das áreas de uso sustentável e de proteção total. Um dos objetivos do IDSM é implantar programas de alternativas econômicas, como medidas compensatórias às comunidades diante das medidas restritivas e proibitivas ao uso de recursos naturais que estão estabelecidas no Plano de Manejo²¹.

A partir de 1997 foram implantados quatro programas: o Programa Manejo de Pesca, beneficiando 62 pescadores de quatro comunidades, dando-lhes acesso aos melhores mercados e ao uso de novas espécies e produtos; O Programa de Ecoturismo, onde a população das comunidades tem a oportunidade da venda de bens e serviços aos ecoturistas; O Programa de Artesanato que envolve a organização de grupos de mulheres em cinco comunidades, com a participação de 46 mulheres; O Programa de Manejo Florestal Comunitário, que atua em 16 comunidades, através de um modelo próprio de Manejo Florestal Participativo²².

²¹ Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

²² Primeiro Manejo Florestal Comunitário Simplificado implantado em área de várzea.

Os trabalhos de manejo florestal, educação ambiental e de fiscalização da Reserva por agentes ambientais comunitários, contribuíram para uma redução de 25,7% na extração ilegal da madeira. O manejo florestal comunitário promove a participação das famílias camponesas na produção e comercialização da madeira, com reconhecimento do seu saber tradicional sobre matas alagadas.

A história de exploração madeireira na área é antiga, as florestas inundáveis ocupam uma área entre 2 e 5% da Amazônia (PIRES & PRANCE, 1985). Devido à facilidade de acesso, foram muito exploradas, as extrações intensas sobre algumas espécies chegando a levar ao esgotamento local de algumas espécies; a exploração nessas áreas sempre foram altamente seletiva. O município de Tefé, entre 1965 e 1988 foi o que produziu maior quantidade (15%) de madeira no Estado do Amazonas (JANSEN & ALENCAR, 1991). A comercialização era feita, principalmente, através de “patrões” e uma parte era extraída para benfeitorias privadas e públicas, como escolas, centros comunitários, canoas, barcos e outros. Os “patrões” forneciam mercadorias às comunidades durante todo o ano e compravam os produtos de época, ou seja, peixe, madeira, farinha ou banana.

Durante muitas décadas essa exploração madeireira foi uma das principais atividades econômicas da população ribeirinha da região do Médio Solimões, tendo uma prática desastrosa e prejudicial à manutenção dos principais estoques de espécies de árvores da região. A partir da criação da Reserva Mamirauá, foi implantado o Manejo Florestal Comunitário e, através de treinamentos e re-orientação das práticas de exploração tradicional de madeira, a população ribeirinha iniciou a utilização de técnicas de manejo de baixo impacto, permitindo, desta forma, a implementar um modelo que possibilite a exploração econômica dos recursos florestais com a conservação de ecossistemas florestais tropicais.

Através do treinamento florestal, os comunitários tornam-se capazes de realizar atividades técnicas, somando o conhecimento técnico ao conhecimento tradicional, possibilitando a participação de todos os interessados de acordo com suas habilidades, sendo a deficiência de alguns participantes compensada pelos dons de outros. Ao realizar os

levantamentos de estoque, a comunidade passa a ter informações precisas sobre o estoque de madeira na área, ampliando seu conhecimento e fortalecendo-se politicamente (PIRES, 2000, p.25).

Desde a implantação do manejo comunitário nessas comunidades de várzea, foram identificados como pontos positivos: a criação de Associações Comunitárias; fortalecimento das organizações comunitárias e lideranças; mapeamento participativo, realizado com base no conhecimento que a comunidade tem sobre suas florestas; incorporação de conhecimentos técnicos ao conhecimento tradicional; informações precisas sobre o estoque de madeira na área através do levantamento de estoque, ampliando seu conhecimento e fortalecendo-se politicamente e; a legalização da atividade, permitindo agregação de valor à madeira manejada, conforme demonstram os dados apresentados na tabela 8.

Tabela 8 Valores da madeira ilegal e manejada na região de Mamirauá

Madeira	madeira branca	Madeira pesada
Ilegal	U\$4,00/m ³	U\$7,50/m ³
Manejada	U\$10,00/m ³	U\$17,50/m ³

Fonte: Banco de dados Manejo Florestal Comunitário/2000

O quadro acima representa os valores de comercialização da madeira ilegal e a madeira manejada, permitindo desta forma perceber o aumento significativo do metro cúbico da madeira e conseqüentemente, proporcionando o aumento da renda da comunidade com a comercialização dessa madeira legalizada, sem contratempos com órgão de fiscalização.

Na agricultura, o investimento está sendo feito com a introdução de novos produtos destinados à melhoria alimentar e ao mercado, com uma assistência técnica mais integrada às condições da produção camponesa local. Este programa será objeto de análise mais detalhada no próximo capítulo.

Para a implantação dos programas de alternativas econômicas foram levados em considerações alguns critérios, tais como: o desenvolvimento de atividades econômicas que estão sendo afetadas pelas restrições das normas do plano de manejo, o nível de

organização das comunidades e o grau de aceitação das atividades de pesquisa e extensão, pelos comunitários.

De acordo com pesquisas sócio-econômicas realizadas em 1994, para orientar as ações de um programa de desenvolvimento sustentável que foram assinaladas na preparação do Plano de Manejo (1996), constatou-se que 75% da renda das comunidades da RDSM provêm das atividades pesqueiras, sendo este um dos motivos que levou a priorização das atividades ligadas à pesca, com a proposta de uso de maior variedade de espécies de peixe e de formas de processamentos de pescado, orientados tanto para comercialização, como para o consumo, ambas identificadas como alternativas econômicas para o aumento da renda familiar.

Entretanto, essas famílias se deparam com algumas dificuldades no processo de organização da produção, como no uso de tecnologias adequadas, nos tipos de produtos utilizados, no gerenciamento dos processos e nas relações com o mercado. Foram necessários investimentos adicionais em tecnologias apropriadas e em qualificação dos comunitários para as atividades produtivas e gerenciais. Os investimentos foram, portanto, de diversas ordens e requerem tempo para as necessárias mudanças. Assim sendo, a intervenção deve ser pensada de forma cuidadosa, através de uso de metodologias participativas com ampla discussão sobre os compromissos, desafios, riscos e ganhos sociais e conservacionistas.

A produção econômica dessas famílias camponesas da várzea, principalmente dos moradores da várzea, tem sido realizada em sua grande parte como atividades familiares, como foi detalhado no capítulo I, assumindo riscos individualmente e com poucas ações de planejamento da produção e de avaliação participativa sobre as diversas possibilidades de sucessos e riscos que se diferenciam, na cheia e na seca. Até 1998 não havia nas comunidades da Reserva, experiência de produção e comercialização dos produtos em ações associativas. Não existia tampouco nenhuma forma de produção

econômica envolvendo grupos de mulheres. As famílias foram então incentivadas a se organizarem em associações. Assim foi constituído o Programa de Comercialização do Pescado-PCP e a pioneira Associação de mulheres de Vila Alencar – AMUVA.

Através de apoio à organização de grupos de trabalho comunitários (associações, cooperativas e/ou grupos de trabalho) e capacitação para desempenho de novas formas de produção, comercialização e gerenciamento comunitário, foi possível desenvolver mecanismos de maior racionalização na produção econômica com o uso sustentável dos recursos naturais da Reserva.

Para acompanhamento desses investimentos foram construídos instrumentos de avaliação e monitoramento, sendo um deles específico para a sócioeconomia de sete comunidades da RDSM, onde foram implementados projetos de incremento à renda e alternativas econômicas. As identificações dos resultados foram feitas através de alguns indicadores e analisados com recursos de metodologias participativas, o que permite acompanhar os resultados da adoção de normas para a sustentabilidade dos recursos naturais e seus efeitos sobre a produção econômica. Espera-se que ao empoderamento de lideranças locais possa-se alcançar, de forma sustentável, o apoio à regulamentação das normas do Plano de Manejo do IDSM.

OS ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS COMO INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Os estudos de socioeconomia tiveram início em 1994, quando foram realizados os estudos iniciais para identificação da renda familiar. Sua metodologia foi concebida pela antropóloga Deborah de Magalhães Lima e consiste no registro mensal das fontes de renda, identificando as atividades econômicas e despesas domiciliares, ou seja, o registro prioriza a relação das famílias camponesas com a economia de mercado, sendo a participação voluntária dessas famílias nesse processo. A partir daí a família é orientada a fazer o registro e ficar de posse da caderneta de anotações, com o objetivo de viabilizar a

racionalidade camponesa em seus investimentos produtivos. Essa metodologia foi utilizada em comunidades amostrais, selecionadas de forma a cobrir os diversos investimentos dos programas das alternativas econômicas. O acompanhamento foi feito nos anos de 1994, 1995, 1999, 2000 e 2001. Em algumas comunidades, como é o caso de São Francisco do Aiucá, este acompanhamento ocorreu apenas nos anos de 1999, 2000 e 2001, pois foi a partir deste período que se intensificaram os programas de alternativas econômicas nesta comunidade, como o manejo florestal e a agricultura familiar.

O monitoramento da economia doméstica permite acompanhar os impactos da implantação das normas restritivas no uso dos recursos naturais na economia domiciliar das comunidades rurais, assim como, dos efeitos na renda familiar, a partir da introdução de alternativas econômicas. A metodologia tem se mostrado útil na introdução de um gerenciamento contábil da economia doméstica, contribuindo para melhor organização de sua produção e distribuição das despesas domésticas.

São registradas mensalmente informações sobre as compras, vendas e os ganhos com salários, pensões e diárias, tomando por base as unidades domiciliares. Com base nessas informações, são realizadas as discussões em grupo e orientações para novas estratégias de desenvolvimento.

Através dessas informações, pode-se identificar a renda mensal e a distribuição das despesas mensais feitas pelas famílias, que variam bastante durante os períodos de cheia e seca. As despesas são classificadas quanto aos gastos feitos com: alimentação, vestuário, patrimônio doméstico, utensílios, higiene pessoal, equipamentos de trabalho, material escolar. São identificados também os locais de compra dos principais produtos, mercado urbano ou diretamente dos regatões. Há registro de informações sobre os ganhos, por tipo de atividades econômicas, dos serviços prestados e pensões. Os dados podem ser analisados, considerando diversas possibilidades de relação entre as variáveis, como pode ser observado no capítulo anterior.

Essas variáveis permitem identificar as variações no orçamento como ganhos e despesas mensalmente e anualmente, qual o produto mais vendido e em que período do ano; análise da variação mensal dos ganhos e despesas e ainda, identificar quantitativamente a intensidade na relação com o mercado. A série histórica permite avaliar o alcance dos impactos ocasionados com o processo de intervenção feito pelo IDSM na área. Através do monitoramento mensal, as famílias prestam informações sócio-econômicas de cada domicílio, esse trabalho proporciona às famílias condições de racionalizar sua contabilidade, ou seja, possuírem um entendimento melhor de quanto e onde eles estão obtendo renda monetária e quanto eles estão despendendo na manutenção doméstica e nos investimentos de reposição necessários para que possam produzir e comercializar seus produtos.

Metodologicamente, a concepção desse registro foi feita de forma a tornar possível o acesso a um conjunto de informações que, do ponto de vista científico, são fundamentais para a identificação das condições de produção e a relação com o mercado. No entanto, como sabemos que esta relação entre pesquisador e pesquisado é uma relação política, onde o que é informado e como é informado depende da relação de confiança estabelecida com o pesquisador, outros cuidados foram tomados quanto ao uso e análise dessas informações. Um desses cuidados foi relativo à identificação das vantagens e dificuldades encontradas por pesquisadores e chefes de família no registro e manuseio das informações. E através dos registros, feitos pelos comunitários, saber como é usada essa metodologia e como são utilizados os resultados, ou seja, como estes resultados podem ser utilizados como instrumentos de mudança.

Essa metodologia é utilizada fundamentalmente, como um instrumento que viabilize uma melhor interação entre os pesquisadores e as famílias produtoras, de forma que as informações tornem-se a base para a definição de estratégias de investimentos e de avaliação. Para isto, foi estabelecido que, após doze meses de coleta dos registros, os

dados coletados seriam apresentados à comunidade, para discussões dos resultados. Este procedimento se convencionou chamar, institucionalmente de “retorno” das informações aos comunitários. Para a realização do “retorno” os dados são analisados e transformados em uma linguagem didática para serem apresentados e discutidos nas comunidades. Desde 1999 estão sendo feitos esses “retornos” nas sete comunidades amostrais com a utilização de métodos participativos de abordagem e dinâmicas de grupo. As técnicas de abordagem variam e são selecionadas como instrumento que ajude o grupo a resolver ou desenvolver seus trabalhos e refletir sobre as ações realizadas ou a realizar.

Para efeito de análise deste procedimento apresento aqui as atividades de “retorno” feitas na comunidade de São Francisco de Aiucá. O monitoramento nessa comunidade foi feito de setembro de 1999 a dezembro de 2001. Os “retornos” foram feitos em agosto de 2001 e março de 2002.

Primeiro “retorno”:

O primeiro “retorno” em Aiucá aconteceu em setembro de 2001 e teve como objetivo fazer a avaliação conjunta com as famílias monitoradas. Essa atividade contou com a participação de 20 pessoas. Os trabalhos iniciaram com a divisão de quatro grupos de cinco pessoas. Foram apresentadas, inicialmente, as seguintes questões ao grupo: Para que serve a caderneta de registros do orçamento doméstico? Quais eram os aspectos positivos e negativos desse registro?. Os grupos discutiram internamente para exporem suas respostas em tarjetas e juntos fazerem discussões sobre as respostas apresentadas.



Figura 25: Trabalho em grupo discutindo os dados da produção comercializada no ano de 2001.

As principais respostas identificadas como positivas para o uso da caderneta de registro dos orçamentos domésticos foram:

- *“ serve para estudos”;*
- *“um balanço para a gente ver se está produzindo ou gastando mais do que produz, nesse caso tem que conversar com a família para ver o que está gastando mais, para poder ter um controle”;*
- *“é uma forma de descobrir onde vende e onde compra mais. E descobrir a quantia de quanto a gente consome e produz. É uma garantia de quanto a gente pagou de imposto para depois receber em forma de aposentadoria”;*
- *“agente fica sabendo que compra e o que vende porque não esquece o que produziu e o que consumiu”;*

Os principais pontos negativos identificados pelas famílias foram:

- *“eu acho ruim porque eu não sei ler e nem escrever mas meu filho é quem anota”;*
- *“eu acho ruim é porque meus filhos sabem escrever e não querem anotar pra mim”;*
- *“eu acho ruim quando eu não tenho o que por no caderno, porque sei que não consumimos nada”;*
- *“não anotamos os preços dos produtos quando compramos e quando vamos anotar no caderno esquecemos”;*

Nos depoimentos, a principal dificuldade identificada foi o analfabetismo, principalmente na faixa etária superior a 30 anos, dado apresentado no capítulo I, a dependência dos pais em relação aos filhos alfabetizados, para fazerem as anotações, prejudicou bastante esse acompanhamento. Uma estratégia utilizada pelos pais para obter as informações, foi fazer com que os filhos aprendam a ler e escrever e assim possam se envolver nessa atividade de acompanhamento das despesas domésticas.

A tabela 9 e 10 apresenta o resultado de um exercício de comparação entre a lembrança dos entrevistados sobre os produtos mais comprados e os produtos mais vendidos em relação aos que foram anotados na caderneta. Com esse exercício pode-se identificar a percepção dos entrevistados sobre essa relação com o mercado local,

permitindo desta forma, a análise de alguns indicadores sócio-econômicos, importantes para o melhor entendimento dessa forma de organização camponesa.

Tabela 9 Lista dos produtos mais comprados e mais vendidos na comunidade, segundo as informações espontâneas dos grupos.

Compras	Vendas
Açúcar e sabão	Peixe (várias espécies)
Café	Melancia
Sal	Jerimum, farinha e banana
Leite e óleo de cozinha	Melão/tipiti
Combustol	
Farinha e gasolina	
Trigo	
Fósforo	
Arroz	
Bolacha	
Nescau	

Tabela 10. Lista dos produtos mais comprados e mais vendidos na comunidade por ordem de freqüência, segundo as informações constantes nos registros domésticos.

Compras	Vendas
Farinha	Peixe (várias espécies)
Açúcar	Melancia
Bolacha Salgada	Artesanato
Leite	Farinha
Óleo	Madeira
Sal	Criação de pequenos animais
Café	
Trigo	
Arroz	
Biscoito recheado	
Conserva	

O resultado da comparação proporcionou alguns indicadores de avaliação do uso da caderneta, pois, foi possível observar que houve uma pequena diferença na relação dos produtos mais comprados, a partir da lembrança dos informantes com os dados apresentados retirados das anotações nas cadernetas. Segundo os entrevistados, são três

os motivos que causaram essa diferença, pois, acreditam que houve um aumento no consumo da farinha neste ano. O primeiro está relacionado aquelas famílias que possuem filhos pequenos e não conseguem fazer um roçado grande, que garanta a produção de farinha para o período de cheia; o segundo motivo são as famílias que consomem mais do que produzem, provocando um desequilíbrio entre o que é produzido e o que é consumido pela família; e o terceiro foi falta de interesse de alguns em fazerem as anotações corretamente. Informaram que, no ano 2001 o produto que mais compraram foi a farinha, devido terem grandes perdas de mudas de maniva, no ano anterior.

Nesse primeiro encontro, os informantes solicitaram um maior esclarecimento sobre essa caderneta, segundo eles, esse trabalho “veio muito calado para a comunidade”, ou seja, não foi suficientemente discutido e divulgado na comunidade. Porém, reconheciam que esse momento do “retorno” era uma oportunidade de tirarem as dúvidas sobre a importância desse registro. Pois, observaram que o rendimento da comunidade e os gastos não haviam sido registrados completamente. Sobre a continuidade das anotações, disseram que “a dificuldade de não saber ler, irá ser superada porque isso não é motivo para deixar de anotar. O que falta é mais interesse das pessoas. Agora que sabemos para que serve o caderninho e gente se compromete em anotar com mais cuidado”.

Segundo “retorno”:

A segunda atividade de “retorno” na comunidade ocorreu em março de 2002, com 19 pessoas, sendo quatro homens e quinze mulheres. Esse número de mulheres representa bem a condição da mulher enquanto principal responsável pelo orçamento doméstico, mesmo que não seja ela quem faça as compras da família ou quem comercialize os produtos.

Nesse segundo “retorno”, foi utilizada outra metodologia para apresentar os dados. Os participantes foram divididos em grupos e cada grupo recebeu um cartaz para

interpretar e analisar o que os dados representavam. Uma segunda etapa foi a discussão conjunta dos resultados apresentados, comparando com os dados do retorno anterior. Também foram escolhidos dois secretários, da própria comunidade, para registrar a reunião, (ver anexos 3 e 4), com o objetivo de deixar registrado a percepção de alguém que faz parte desse grupo social, na representação e entendimento dessa atividade.

O grupo I apresentou o gráfico sobre as vendas no período de janeiro a dezembro de 2001, com as informações sobre pesca, agricultura, artesanato e outros produtos como galinha, pato, e madeira serrada. Para os participantes, o valor apresentado como resultado das vendas dos produtos foi muito inferior ao imaginado por eles. Acreditam que, isso ocorreu devido às pessoas não anotarem o que vendem. Informaram que o peixe é mais rentável na seca do que na cheia; a melancia é colhida na enchente e é de fácil produção; o tipiti é produzido no período de cheia, quando não tem produção agrícola e pesqueira.



Figura 26: Apresentação do grupo I representado pela professora Sheila e dona Luzia.

Observaram que a espécie de peixe mais vendida é aruanã; o peixe mais fácil de pegar é o peixe miúdo como pacu, sardinha, mandii e aracu; o mais difícil é a pirapitinga; os peixes de melhor preço comercial e maior aceitação são: tambaqui, pirarucu e o peixe liso; no “inverno”²³ as mulheres pescam pacu e sardinha para vender e comer, entretanto,

²³ É como se referem à época das chuvas e da cheia.

poucas famílias anotam no caderno. Com relação aos itens apresentados referentes à produção agrícola, acreditam que venderam muito mais do que foi apresentado, sabem que realmente não era assim, o que falta *“é todo mundo anotar tudo, para nós ficar sabendo que não era só isso, tinha bem mais que isso. Antes não tinham noção de quanto vendiam e nem o quanto comiam durante o ano”*.

O grupo II apresentou o cartaz das despesas mensais, foi feita a pergunta, por um representante da equipe, se alguém poderia informar o por que nos meses de agosto e setembro as despesas são maiores? Disseram que *“nesses meses não estão colhendo e acabam tendo que comprar farinha e também açúcar e sal; gastam mais com gasolina, pois tudo fica mais distante com a seca. No mês de abril eles gastam menos porque eles fazem beiju, farinha, tapioca, colhem jerimum, macaxeira e deixam de comprar bolacha e farinha”*.

Foi concluída a apresentação observando que, plantar pouco não é o suficiente para alimentar toda a família no período de cheia e também não é possível plantar mais do que eles plantam, porque *“se exagerar na plantação perde a metade da roça, porque quando a água vem não avisa, se a pessoa for maçante vai perder tudo, família pequena também não pode plantar muito, pois, não tem pessoas para colher tudo que plantar quando chegar a enchente”*.

O terceiro grupo, apresentou os dados referentes ao total das vendas realizadas por cada família, através de gráficos em formas de barras, dessa maneira facilitou a visualização e o entendimento. O quarto grupo apresentou o gráfico que representava as despesas por família. Desta forma, foi possível fazer o exercício de comparação dos dois gráficos com os grupos e a percepção das famílias sobre os gráficos foi *“que existia famílias que estavam comprando muito e que estavam vendendo pouco”*. Os grupos chegaram a conclusão *“que existem famílias que compram muito porque possuem aposentadoria, pensão ou salários, não dependendo completamente da produção”*.

No segundo momento do “retorno” foi realizada uma avaliação do monitoramento sócio-econômico e também uma avaliação desse encontro. O exercício possibilitou que, muitas famílias refletissem em relação aos preços que pagam pelos produtos no período da cheia e no período da seca.

“As pessoas que foram apresentar o grupo tiveram a possibilidade de apresentar bem, acredito que é um trabalho importante que nós possamos pensar, que a gente não tem que ficar só esperando pelas pessoas, que a gente aqui da comunidade tem capacidade de fazer algum trabalho. Acredito que ninguém teve muitas dificuldades em apresentar seu grupo” (José Américo, 27 anos).

“No meu ponto de vista esse encontro foi muito bom para nós sabermos o quanto nos gastamos o que nós vendemos, o que, nós produzimos e saber a quantidade também. É muito importante nos continuarmos fazendo anotações é uma forma da gente controlar os gastos e saber também uma maneira que nos podemos fazer para adquirir outras coisas, porque muitas das vezes nós gastamos dinheiro com coisas que nem tem utilidade. E encontrar uma forma de produzir mais para não gastarmos com coisas que podemos plantar e colher. Esse encontro foi muito animado e espero que as pessoas que estejam aqui contribuam mais e procurem anotar, muitas das vezes a gente gasta e não sabe em que gastou, anotando dá para saber, pra mim foi muito bom”. (Sheila, 25 anos)

Este conjunto de informações permite apresentar algumas considerações sobre o uso dessa metodologia, e principalmente sobre a relação entre o pesquisador e o pesquisado. Os registros feitos de forma convencional, onde o informante é apenas o relator de dados é certamente bastante limitado, embora esta seja a forma que orienta grande parte dos trabalhos científicos sobre a produção sócio-econômica.

A experiência aqui relatada revela que, as informações devem ser resultado de uma aproximação maior entre pesquisador e pesquisado, que os objetivos do estudo ou da investigação devem ser deixados bem claros aos informantes, e que o acesso ao resultado das informações é o elemento motivador do comprometimento com os dados apresentados. Certamente jamais teremos uma receita sobre técnicas de pesquisa que nos assegurem a completa veracidade das informações, pois, estaremos sempre trabalhando com grupos sociais em constantes modificações.

Entretanto, poderemos afirmar que a melhor compreensão dos processos sociais, resulta da construção conjunta entre esses atores, de indicadores para que estes efetivamente contribuam para o acompanhamento dos investimentos realizados, levando em consideração principalmente aspectos sócio-cultural dessas comunidades. Essa relação de confiança estabelecida requer um amadurecimento de ambas as partes, para que as ações construídas nesse processo de intervenção seja garantida e continuadas, mesmo com a saída do agente externo. Alguns dos fatores mais importantes que contribuem para o fracasso de projetos unilaterais, são: falta de planejamento; falta de continuidade, comprometimento e seriedade; falta de cuidados com os aspectos sócio-culturais; falta de perspectivas de reprodução em longo prazo, ou seja, a sustentabilidade da ação; falta da disponibilidade de força de trabalho devido a sobreposição de tarefas; e finalmente, a variação ambiental causada pela subida e descida dos rios, efeitos da sazonalidade, características desta região, melhor descrita no capítulo I.

Para um gestor de uma RDS é fundamental considerar os aspectos mencionados acima, pois, precisamos compreender de forma mais abrangente esta dimensão das economias e sociedades camponesas, e dedicar-lhe o esforço e investimento merecidos, pois todas as intervenções que não forem social e estruturalmente reproduzíveis nos sistemas socioambientais das populações tradicionais, estará fadada ao fracasso, e terá mais um caráter alegórico e simbólico do que sustentável. Pensando nessa perspectiva, o capítulo a seguir abordará questões sobre novas formas de pensar as relações estabelecidas para produção agrícola familiar em S. Francisco de Aiucá.

5. CAPÍTULO IV– RECRIANDO E REPENSANDO AS RELAÇÕES E FORMAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR

Neste capítulo são analisadas algumas das atividades agrícolas em áreas de várzea da Reserva Mamirauá, em especial, na comunidade de São Francisco de Aiucá, identificando-se os diferentes ambientes de plantio, as atividades produtivas e os principais produtos dessas atividades. A análise, consiste na identificação das práticas agrícolas das famílias camponesas de várzea nos diferentes tipos de ambientes. Conseqüentemente, a identificação dos problemas, dificuldades e as soluções encontradas para a comercialização dos produtos, a partir de dados dos relatórios de campo feitos pelo Programa de Agricultura Familiar – PAF do IDSM.

Na várzea, as terras são devolutas e o direito de posse é garantido pelo usufruto do trabalho familiar. As famílias camponesas que ocupam essas áreas, garantem a posse do território através do trabalho agrícola, delimitam e mantêm seus espaços através do uso da terra. É um ambiente extremamente dinâmico, que proporciona aos seus moradores, terras agricultáveis de muita fertilidade, a cada enchente do rio de águas barrentas, o solo é repostado, ficando altamente rico em nutrientes.

Os principais ambientes usados pelas populações de várzea para o plantio, são as praias, tijucos²⁴ e as restingas, conforme já referenciados no capítulo I. Na restinga plantam sempre nos mesmos lugares, havendo uma troca quando completa um ciclo de uso, o que corresponde a mais ou menos 4 anos, ou *“4 plantações e quando a área começa a diminuir a produção, aí é hora de mudar de lugar”* como costumam dizer. Deixam essas áreas descansarem por um período equivalente ao plantado e trabalham em outras, até retornarem, novamente à área de plantio inicial, configurando o que convencionam chamar de agricultura itinerante ou rodízio do solo. Mas o primeiro que chegar é o que conseguir

²⁴ Trata-se da lama semi-endurecida.

desmatar a capoeira torna-se o “dono” do lugar. Há acordos consensuais entre os moradores da localidade sobre as áreas ocupadas. Essa prática da posse da terra, baseada nos direitos ao usufruto origina-se da cultura indígena e a noção de propriedade baseada no investimento em trabalho está fundamentada na idéia de uma associação intrínseca entre indivíduos e sua produção na terra (LIMA, 1992). A divisão entre as roças é feita através de “fileiras” de alguma plantação. Nas praias, cada família escolhe uma área para o cultivo, tornando-se usuários dessa área naquele ano (WOORTMANN, 1997).

Em cada um desses ambientes, as famílias camponesas de várzea vêm desenvolvendo e aprimorando algumas técnicas de cultivo, com orientação da equipe de técnicos do IDSM. O resultado pode ser observado nos dados da pesquisa realizada pelo Programa de Agricultura Familiar – PAF, na comunidade de Vila Alencar. Nesta comunidade estão sendo desenvolvidos vários trabalhos de experimentação, em uma área chamada “Bosque de várzea”, destacando-se os sistemas agroflorestais, plantios de culturas de rápida produção em tijucos e praias, armazenamento de grãos e adaptação em viveiros de muitas essências madeireiras e frutíferas nativas da várzea. Estes experimentos foram introduzidos com o objetivo de replicar os resultados positivos nas demais comunidades da Reserva, garantir o aprendizado das gerações presentes e futuras e, a conservação das propriedades genética homozigóticas (pura) e heterozigóticas (híbrida) das sementes ou mudas.

Segundo relatórios do Programa de Agricultura Familiar, foi a partir de 1994 que houve retorno na prática de fazer plantação em áreas de praias e tijucos, nas comunidades da Reserva Mamirauá, ocorrendo assim nesse período um resgate de práticas, até então esquecidas ou desprezadas pelas famílias locais. Segundo relatos feitos pelos moradores mais antigos, no passado plantavam-se nestas áreas culturas de ciclo curto como, arroz, feijão, amendoim e melancia. Entretanto, esse costume foi sendo perdido ao longo dos anos, em virtude das grandes dificuldades de comercialização, como também pela

diminuição da população das comunidades que migraram para Tefé, principal centro urbano, em busca de melhores oportunidades de trabalho e de educação para os filhos. Em virtude do abandono dessa atividade, não houve um repasse desses conhecimentos para a geração presente. O programa se propôs a incentivar esta forma de cultivo juntamente com as famílias interessadas, recuperando esses conhecimentos “perdidos/esquecidos” e repassá-los às outras famílias mais jovens mediante avaliação da proposta.

O principal resultado dessa atividade foi a diminuição da taxa de desmatamento nas áreas primárias das restingas e o aumento do plantio em áreas de tijucos e praias. Este resultado representa uma mudança de comportamento das famílias e a incorporação de forma positiva da intervenção dos técnicos na utilização de outras áreas, para fazerem o plantio. A figura 29, representa o resultado do monitoramento das intervenções feitas pela equipe do PAF, como forma de avaliação dos métodos utilizados.

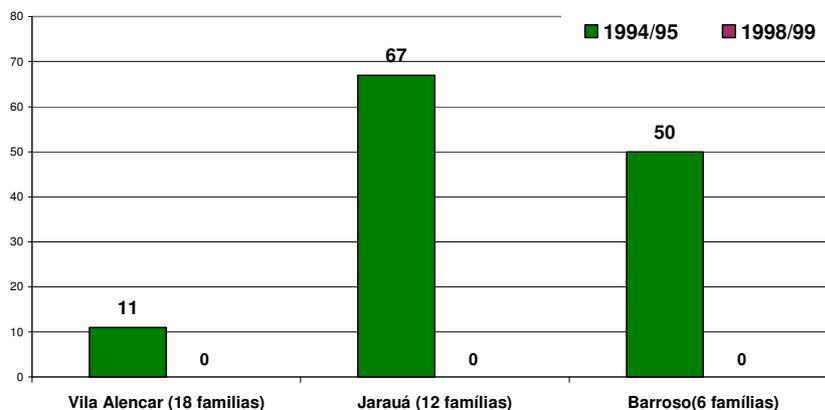


Figura 27: Proporção (%) de famílias desmatando mata virgem nas comunidades de Vila Alencar, Jarauá e Barroso 1994/95- 1998/99. Fonte: Jomber INUMA (Relatórios do PAF, 2001)

As atividades do PAF foram marcadas por duas fases: a primeira teve início em 1994, atuando em três setores, onde seus resultados serviram de base para a implantação do Plano de Manejo da RDSM; e, a segunda a partir de 1998, quando se expandiu para cinco setores da área da Reserva. Nessa segunda fase a equipe do programa elaborou uma

matriz lógica para o desenvolvimento das atividades, orientada pelo entendimento da integração entre a pesquisa, extensão e monitoramento.

As atividades de pesquisa foram planejadas para dar suporte às ações de intervenção da equipe, tendo como principais objetivos: “experimentar culturas de rápida produção em tijucos, praias e restingas, conhecimento dos fatores bióticos e abióticos que limitam a produção, documentação dos métodos, técnicas e estratégias que as famílias usam para reduzir os riscos da perda da produção em relação às inundações, pragas e doenças; coleta de dados sobre métodos locais de controle das pragas e doenças; documentação do tamanho e a agro-diversidade das áreas agrícolas e agroflorestais”. (INUMA, Jomber. 2001- Relatório Programa Agricultura Familiar, p. 15).

Com base nos resultados das pesquisas foram definidas as estratégias de intervenção através das atividades dos extensionistas com o envolvimento direto dos assistentes de campo e produtores agrícolas selecionados na comunidade. Os assistentes de campo também são pessoas da comunidade, que são selecionadas a partir de sua experiência no cultivo na várzea.

A metodologia usada foi a seleção de famílias que tivessem uma vasta experiência com plantios em áreas de várzea e a caracterização dos sistemas agrícolas usados por essas famílias. Os principais resultados foram: a identificação da combinação das atividades agrícolas, agroflorestais e extrativismo florestal; a construção de um diagnóstico que possibilitou a identificação de algumas demandas de recuperação das culturas/variedades ou cultivares adaptadas e, seleção genética das espécies tanto madeireiras como frutíferas mais resistentes à enchente e a seca.

E, para completar, o monitoramento²⁵ das roças, capoeiras e matas, feito com as famílias “experientes” (amostrais) em seus diversos ambientes, correspondendo ao

²⁵ Monitoramento refere-se aqui a metodologia de acompanhamento utilizada pela equipe dos extensionistas e pesquisadores, que compreende visitas mensais às comunidades amostrais para registro e acompanhamento dos resultados do trabalho.

levantamento das áreas de uso agrícola nas restingas, tijucos e praias, além do registro da produção agrícola. Esse monitoramento foi planejado para ser realizado de forma sistemática antes e depois das enchentes, podendo assim registrar as variações sazonais na produção.

Ainda nesta segunda fase do PAF, foram implementados outros projetos como: projeto de agriculturas alternativas para várzea, que tem como propósito a introdução de novas técnicas de cultivo e manejo dos recursos. Também, um aumento na produção e uma melhoria na qualidade dos produtos, com o propósito de agregar valor aos produtos, visando melhores preços para comercialização. Estes investimentos foram acompanhados por estudos de viabilidade econômica, para esses “novos” produtos, considerando a sua introdução e aceitação nos mercados locais.

Essas práticas de intervenção na agricultura têm resultado em mudanças na busca de implementação de formas diferenciadas de intervenção para cada comunidade. Entretanto, essa filosofia da instituição de promover uma melhor organização das famílias camponesas, na definição do seu planejamento de atividades produtivas e na organização interna das comunidades é, por acreditar no acúmulo de experiências vivenciadas ao longo das trajetórias das comunidades que sinalizavam, como uma possibilidade de dividir com estas famílias camponesas uma parcela de responsabilidade dos resultados alcançados. O fortalecimento do diálogo entre camponeses e técnicos permitirá a construção de novas formas de relações sociais.

O desafio maior é, formar uma equipe com um perfil multidisciplinar, que possa assim perceber a necessidade e a importância das demandas por intervenções sociais nessa região e que, estas intervenções sejam de fato formuladas enquanto resultados das negociações, dos debates, dos confrontos entre as várias propostas e procurando assegurar a sustentabilidade dos processos econômicos e sociais.

O relato das situações encontradas na comunidade de Aiucá permite o estudo de três experiências desenvolvidas nesta comunidade, no que diz respeito à intervenção do saber técnico: a) os ambientes utilizados para atividades agrícolas; b) a criação de galinhas; c) produção de melancias. A análise dessas experiências será feita com base nas seguintes categorias: sistemas de produção; cadeia produtiva; comercialização; metodologias utilizadas para negociações.

a) AMBIENTES UTILIZADOS PARA ATIVIDADES AGRÍCOLAS:

O sistema de produção agrícola na comunidade envolve diversos ambientes. O conhecimento tradicional das famílias camponesas da várzea faz com que dividam as áreas para fazerem os plantios, adequando cada cultura a um determinado ambiente.

A prática de plantar em tijucos e praias voltou a ser conhecida e praticada pelas famílias. A exemplo do que aconteceu em Vila Alencar, esse conhecimento não estava sendo reproduzido pelas famílias mais jovens. A partir de encontros, promovidos pelos extensionistas, com outras comunidades para trocas de experiências, essa prática foi restabelecida e aprendida pelos mais jovens.

Um outro fator importante para a escolha destas áreas para plantio, é a localização de Aiucá²⁶. Quando o rio baixa, forma-se uma extensa área em frente à comunidade; saindo do paraná (15 a 30 minutos de motor rabeta) encontram-se enormes extensões de praias. Nestes ambientes costuma-se plantar jerimum, melão, milho, cana-de-açucar, melancia e feijão. Essas culturas exigem visitas constantes, para evitar ataques de pragas, pássaros, ervas daninhas. E, quando a água sobe, geralmente a partir do mês de março, são as primeiras culturas a serem colhidas.

²⁶ Está localizada em um braço do Rio Solimões



Figura 28: Praia que se forma próximo à comunidade de Aiucá, utilizada para a plantação, de feijão, jerimum, melancia.

Nas restingas altas e baixas planta-se mandioca, macaxeira, banana, mamão. Essas áreas são mais distantes da comunidade e demoram mais tempo para serem alagadas por estarem em ambientes mais altos. À medida que a água sobe, as famílias vão “desmanchando” a roça, ou seja, as famílias fazem a colheita da mandioca para a fabricação de farinha.

A proximidade desse ambiente com a comunidade facilita o trabalho agrícola. O processo do trabalho pode ser dividido em etapas, e cada etapa é desenvolvida a partir de determinados conhecimentos e de estratégias. Primeiramente, é feita a preparação da terra: roçado, derruba e a limpeza. Em seguida o plantio ou sementeira: nessa fase são tomados cuidados quanto às ferramentas utilizadas para se abrir a cova como terço, enxada e vara e, o número de sementes colocadas por cova e a distância entre as covas e a capina. A seleção de sementes é feita dos melhores frutos e guardadas para a próxima plantação no ano seguinte. Entretanto, às vezes, necessitam comprar sementes, por vários motivos: enchente muito grande, pragas e doenças nos plantios. E, para finalizar, o armazenamento e a comercialização. Separa-se o que será consumido e o que será comercializado quando a produção é boa, caso contrário, a produção é destinada somente para a alimentação.

O processo de trabalho dessas etapas envolve grande habilidade física e também exige das famílias um conhecimento profundo do ambiente. Woortemann (1997) em seus estudos, com camponeses nordestinos, enfatiza a importância do saber tradicional. Segundo a autora, é preciso que o trabalho braçal seja precedido pela aplicação de um saber acumulado e em constante processo de atualização. As etapas de preparação do solo levam em consideração a qualidade do solo, a disponibilidade de força de trabalho, as necessidades de consumo do grupo doméstico, as perspectivas de comercialização.

Woortemann (1997) chama a atenção, no que se refere à preparação do solo, para o diferencial entre a agricultura moderna capitalizada, voltada exclusivamente para o mercado e a agricultura camponesa. Seja no nordeste do país ou na Amazônia, esta agricultura de subsistência é fortemente marcada por uma lógica simbólica. Os sitiantes, como são identificados por ela, “adequam as plantas (vale dizer, aquilo que irão depois comer) ao solo, e não, como na agricultura ‘moderna’, o solo às plantas, isto é, ao mercado”. (WOORTEMANN, 1997. p. 29). Ou seja, para a autora, os sitiantes plantam o que o solo pode produzir, sem a necessidade de insumos industriais, como ocorre nas grandes monoculturas do país. Os sitiantes estabelecem uma “relação de troca entre o homem e a terra, onde a natureza deve ser respeitada, não deve ser agredida com corretivos químicos. O modelo camponês procura realizar as potencialidades da natureza diante das demandas do homem. Não impondo ao solo as exigências do mercado, estabelecem uma relação entre as necessidades da família e a potencialidade da terra” (WOORTEMANN, 1997. p. 30). Ainda segundo a autora, o sucesso do modelo camponês está na sabedoria do diálogo entre o homem e a terra.

Seguindo a lógica do modelo camponês, a equipe do PAF buscou construir um espaço social onde as relações de diálogo entre extensionista, pesquisadores e camponeses da várzea proporcionasse a existência de mudanças significativas nas relações entre estes atores, levando em consideração o acúmulo das experiências, seja das

reflexões teóricas advindas das avaliações sobre as várias intervenções feitas, ou por um conhecimento empírico construído entre a relação econômica e os recursos naturais.

Neste sentido, foram pensadas conjuntamente as intervenções. No ano de 2001 foram estabelecidas algumas estratégias para a comercialização da produção agrícola, quando representantes de seis comunidades do Setor Horizonte²⁷ e extensionistas do PAF, decidiram fazer o “I encontro de agricultores e agricultores familiares do setor”. Neste encontro foi realizado um diagnóstico sobre as condições de trabalho na agricultura, enfocando, necessidades e propostas. Foi possível construir uma agenda de compromissos destinada ao plantio agrícola para o setor. Foram traçadas estratégias de atuação: criação de hortas comunitárias, diversificação no plantio e, elaborado um plano de comercialização da produção.

As principais conclusões a que o grupo chegou foi, a necessidade de se organizarem para negociarem com o poder público ações concretas, quanto à comercialização da produção agrícola. O planejamento da produção, tem como objetivo garantir que as atividades produtivas, sejam realizadas articuladas com o setor, onde as demais comunidades do setor possam trabalhar, do ponto de vista da produção esperada, orientados pelo calendário agrícola e como um cronograma de atividades unificadas com as outras famílias da comunidade e outras famílias do setor.

O resultado dessa primeira experiência foi a criação de um mapa agrícola do setor, onde todas as famílias puderam planejar sua plantação, além de contarem com o apoio técnico da equipe do PAF. Essas ações representaram o amadurecimento da organização das famílias, a percepção de que somente em grupos organizados terão comprometimento no planejamento das ações.

²⁷ As intervenções feitas através dos programas de Alternativas Econômicas são desenvolvidas em nível de setores comunitários (oito comunidades em média), no sentido de fortalecer a organização dos grupos de forma mais coletiva e com representatividade.

Neste contexto, a parceria entre o PAF e as comunidades ganhou força porque abriu a possibilidade de se pensar conjuntamente e, discutir e avaliar possíveis intervenções, tomando-se como referência a construção de novas formas de organização; portanto, um espaço para o diálogo, que torna possível o rompimento de formas de intervenção verticalizadas e excludentes.

Apresento a seguir alguns dos depoimentos das comunidades envolvidas, na identificação das principais dificuldades e aprendizados encontrados nesse processo de planejamento das atividades agrícolas em um âmbito mais amplo de envolvimento do setor.

Comunidade de Marirana

“Não aconteceu o esperado, esperavam uma produção maior. Não foi problema de inseto, plantamos baseado na experiência de cada um, faltou mais organização entre as famílias”.

Comunidade de Porto Braga

“A produção não foi como se esperava. A dificuldade foi que as sementes não germinaram e os poucos pés que nasceram não deu frutos. A comunidade espera que em 2002 seja melhor”.

Comunidade de Porto Praia

“Com relação ao plantio de melancia não foi possível realizar o que se esperava. O motivo principal foi pragas que atacaram as plantas quando ainda estavam pequenas”.

Comunidade de São João

“Tivemos problemas no plantio, mais deu uma boa produção. A dificuldade foi no de transporte para chegar até Tefé”.

Comunidade de S. Francisco do Aiucá

“A dificuldade foi o transporte para levar até o mercado, a comunidade produziu muito mais não conseguiu ter um ganho alto por causa das dificuldades para transportar, fazer por conta própria ficava muito caro e umas famílias acharam que não compensava levar até o município para vender, preferiram vender no beiradão e em outras comunidades próximas que não tiveram produção”.

Os depoimentos retratam as dificuldades que as comunidades enfrentam pela falta de assistência técnica e, principalmente de meios para a comercialização de seus produtos. Segundo os pequenos produtores, na safra da melancia acabam tendo que vender por um preço muito baixo que não compensa os gastos da viagem para a venda do produto na cidade.

Um outro elemento importante identificados pelo grupo é a falta de organização da comunidade para trabalhar em parceria, tanto na produção quanto na comercialização do

produto. Esse elemento novo, que não é tão novo assim para as famílias, mas de difícil prática, está sendo um desafio para a equipe de extensionistas, pois, está associado diretamente à necessidade de mudança de comportamento do grupo.

As principais reivindicações apresentadas foram:

- que a prefeitura organize uma feira livre aos agricultores com toda estrutura;
- um transporte (barco) para o setor fazer o deslocamento da produção;
- que seja garantida aos agricultores sementes de boa qualidade;
- assistência técnica;

As principais produções agrícolas citadas pelo grupo foram: farinha, milho, jerimum, feijão, banana. Sobre criação, se destacaram a pecuária e aves, tudo em pequena escala. O gado é considerado pelo criador como uma poupança que ele tem para casos de emergência. Em Aiucá são quatro os criadores de bovinos, com um total de 24 cabeças de gado na área, fazendo com que os moradores não possam plantar perto de suas casas. Mesmo sendo a minoria que possui criação de gado, é uma atividade que dá status e as famílias acabam por aceitar a presença do animal na área. Os quatro criadores de gado são lideranças na comunidade.

No entanto, a criação de gado não é incentivada pelos extensionistas do Instituto Mamirauá por ser prejudicial ao ambiente de várzea, pelo fato de contribuir para a destruição da mata ciliar provocando desbarrancamento, entre outros danos.

O resultado da produção agrícola na comunidade de Aiucá em 2001 foi o seguinte: a produção de farinha é basicamente para o consumo - 88,4% da produção é destinada ao alimento familiar; na produção de jerimum - 91,17% foi destinado para o consumo e 8,83% para guardar sementes para a próxima plantação. Quanto ao milho 90% é destinado ao consumo das famílias ou dos animais domésticos. A produção da banana foi destinada 52% à venda e 48% ao consumo.

Na agricultura foram implementadas duas ações voltadas para comercialização, a criação de galinhas e a plantação de melancia. Foi também criada a associação comunitária como forma de melhor organizar a produção para a comercialização.

b) CRIAÇÃO DE GALINHAS

Em 2001, através da associação a comunidade obteve financiamento do microcrédito para a construção de um viveiro de galinhas. Houve uma necessidade identificada pelas famílias camponesas de uma maior organização entre eles, vontade essa que pode ter sido resultado das intervenções ocorridas ao longo dos anos feita pelos extensionistas do Instituto Mamirauá, ou pelo maior contato com os centros urbanos, através de parentes.

O grupo de mulheres construiu um viveiro, com recursos do financiamento do microcrédito. Compraram pintos, ração, remédios e dividiram as tarefas entre as integrantes do grupo. Cerca de quinze mulheres participaram desta experiência. No relato abaixo elas se referem à formação do grupo e como surgiu a possibilidade de se criar galinha para a comercialização.

“Foi uma idéia nossa de criar galinhas com a idéia de sobreviver especialmente no tempo das enchentes. Tivemos apoio do Mamirauá, através do Jomber, Elison e Oscarina. Teve duas mulheres da comunidade que foram a Manaus fazer um curso para aprender como cuidar de galinhas” (Sheila, 25 anos)

“Sobre o curso que fomos em Manaus na Escola Agrotécnica de Manaus, fomos com o Elizon com o apoio do Mamirauá. Chegamos de volta em setembro e em fevereiro construímos o galpão e chegaram os pintinhos. Na VIII AG vendemos a 1ª criação. Foi apoio do microcrédito de R\$ 750,00. Já pagamos a primeira parcela e se Deus quiser vamos ao final do mês pagar tudo do encontro ao projeto. Nós não tivemos lucro pois estamos pagando nossa dívida”. (Iracema 44 anos)

“Fomos incentivadas pelo Jomber. Fizemos várias reuniões e através de acordo entre as mulheres convidamos o Jomber e o Elizon pra apoiar. Agora na nossa venda vamos ganhar pois já sabemos fazer ração, através de uma aula dada pelo senhor Zé Maria (PCP). O grupo pretende continuar a criação. O Mamirauá tem nos orientado. Este ano vamos reunir a mulherada e fazer duas ou três quadras de milho. Se Deus quiser vamos botar pra frente essas criações.” (Luzia, 45 anos)



Figura 29: Foto das mulheres que formaram um grupo para a criação de galinhas.

Entretanto, a experiência dessas mulheres pode ser avaliada como uma atividade que não atingiu as expectativas esperadas. Os motivos identificados por elas foram: diferenças pessoais e falta de credibilidade no investimento, que fizeram com que houvesse a separação do grupo. Após desavenças, algumas mulheres resolveram sair e aos poucos o grupo foi se desfazendo. No entanto, a experiência individual foi absorvida, pois, a idéia de criação de galinha permaneceu, tendo sido assumida por quatro famílias como uma produção familiar. A experiência despertou um interesse, por parte das mulheres, na diversificação das atividades produtivas. A venda dessas galinhas possibilitou uma fonte de recursos além da roça e da pesca. Abaixo segue o depoimento de dona Luzia, a principal articuladora do grupo.

“penso agora em criar galinhas de forma individual, não formar mais um grupo grande de mulheres. Acho que as mulheres não tiveram lucros, mas que pagaram todas as dívidas que fizemos, que o grupo não está devendo ninguém. O grupo decidiu que cada uma pode tomar sua iniciativa própria para criar de forma individual. Quero comprar os pintos para que eles fiquem alguns dias no galpão depois solto eles no quintal. Observei que criar as galinhas soltas eles tem um desenvolvimento melhor que presas. Além disso, as galinhas criadas presas elas gastam muito com ração e soltas elas comem as mesmas coisas que as galinhas comuns comem. Vou continuar, pois não tive dificuldade pra vender as galinhas, e muita gente encomendou”. (Luzia, 55 anos)



Figura 30: Dona Luzia em frente ao viveiro de galinha, que foi construído com o financiamento do microcrédito.

Uma outra característica que marcou essa experiência de trabalho em grupo, foi quanto ao pagamento do financiamento feito para a construção do viveiro e dos pintos. As mulheres decidiram efetuar o pagamento em menos vezes do que foi estabelecido no contrato para o financiamento. O contrato possibilitava o pagamento em até seis vezes e elas resolveram quitar a dívida na segunda prestação, com medo de ficarem devendo e não conseguir efetuar o pagamento depois. Há alguns registros informais de que os maridos estavam pressionando o grupo para agirem dessa forma.

Essa opção interna do grupo de mulheres, em efetuar todos os pagamentos em apenas duas vezes, retardou os ganhos de cada uma, gerando desânimo, pois, algumas mulheres tinham a esperança de terem um bom lucro, logo na primeira venda. Houve um certo desconforto com essa decisão, fazendo com que algumas mulheres se afastassem do restante do grupo.

A tabela 11 e 12 mostram a quantidade de galinhas que o grupo possuía: iniciaram com 100, morreram quatro, foram vendidas a R\$ 5,00 cada, obtendo um valor de R\$ 480,00, somando-se mais as mensalidades pagas pelas mulheres e debitando as despesas restou um saldo líquido de R\$ 322,00, sendo dividido para as 14 sócias, rendeu para cada uma R\$ 23,00; valor que frustrou as expectativas de algumas mulheres que não

acreditaram que o lucro só viria a partir de algum tempo de investimento e decidiram desligarem-se, tendo como conseqüência o fim do grupo.

Tabela 11: Ganhos com a venda da produção de galinhas

Movimento financeiro	Qtd vendas	Valor Unitário	Total
Venda de Aves	96	R\$ 5,00	R\$ 480,00
Mensalidade das Sócias			R\$ 243,00
Total			R\$ 723,00

Fonte: Associação de Produtores da Comunidade de Aiucá

Tabela 12: Balanço dos ganhos e despesas na produção de farinha

Balanço	Total
Vendas das Aves	R\$ 480,00
Mensalidade das Sócias	R\$ 243,00
Despesas	R\$ 401,00
SALDO	R\$ 322,00
Sócias	14
Divisão <i>per capita</i>	R\$ 23,00

Fonte: Associação de Produtores da Comunidade de Aiucá

c) PRODUÇÃO DE MELANCIA

No plano de trabalho desenvolvido pelos extensionistas, a cultura de destaque para a produção visando o mercado foi a melancia. O Instituto Mamirauá financiou através do microcrédito a compra das sementes. Para o planejamento da plantação foi realizado o *Encontro de planejamento do plantio*. Esse encontro teve por finalidade discutir os riscos, o mercado, as possibilidades e os desafios.

Na busca de um diferenciador para os produtos produzidos na Reserva, seria uma tentativa de agregar valor à mercadoria, por ser um produto ecologicamente correto, identificado como um produto orgânico. Um outro objetivo do plantio experimental é a tentativa de difundir formas de cultivos, através do emprego de algumas técnicas consolidadas,

possibilitando produtos de melhor qualidade e com expectativas de melhores preços no mercado.

Mas o importante com a experiência das melancias, foi o fato de alguns produtores identificarem que estavam produzindo muita melancia no mesmo período então resolveram diversificar a data de início do plantio: alguns plantaram no final de julho, outros no final de agosto e início de setembro. Essa decisão era uma tentativa para que o produto não enfrentasse um período de alta safra, pois sabem que assim os preços ficam mais baixos, obedecendo assim a lei da oferta e da procura.

A produção de melancia correspondeu a todas expectativas em relação à produção e à comercialização. Mesmo com a desvalorização do mercado pela grande oferta do fruto, as famílias conseguiram ter um bom rendimento com as vendas. Como pode ser observado na figura 33, 65,95% da produção foi destinada para a venda, 25,45% para o consumo e 8,90% foram perdas.

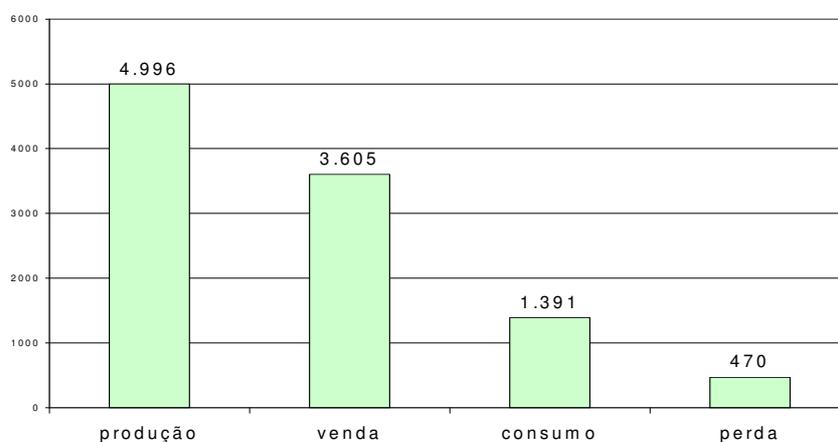


Figura 31: Gráfico da produção de melancia na comunidade de Aiucá no ano de 2001 N= 11 famílias. Fonte: Associação de Produtores da Comunidade de Aiucá

A comercialização de melancia foi variada. O principal centro de comercialização foi a cidade de Uarini, centro urbano mais próximo da comunidade; venderam também para regatões que paravam na comunidade atrás de produtos, como também, para outras comunidades próximas que não tiveram uma produção tão boa. Poucas vendas foram feitas nas cidades de Alvarães e Tefé por ficarem distantes da comunidade. A avaliação que as

famílias fazem é que, na rota da comercialização o custo fica muito alto para essas cidades e preferem deixar estragar o fruto, à arriscar vender em Tefé. Algumas famílias ainda levaram alguns frutos para serem vendidos em Alvarães, aproveitando a oportunidade de algum compromisso a ser feito na cidade.

Tabela 13: Distribuição quantitativa da produção de melancia por local de venda.

Na comunidade	Outras comunidades	Uarini	Tefé	Alvarães
70	490	2.772	0	273

Fonte: Associação de Produtores da Comunidade do Aiucá

Tabela 14: Ganhos obtidos com a venda de melancia

N. de famílias	Ganho Bruto	Custos*	Ganho Líquido	Renda média (safra)
11	4.728,00	869,00	3.859,00	350,00

Fonte: Associação de Produtores da Comunidade de Aiucá

A tabela 15 apresenta um mapeamento agrícola da plantação de melancia, feito pela equipe do PAF juntamente com as famílias produtoras, que prestaram as seguintes informações: o tamanho da área a ser plantada em média 1 ha por família. É considerada uma área pequena, mas deve-se levar em conta que foi a primeira experiência que essas famílias camponesas estavam fazendo com produção através de orientação técnica, planejada, especialmente para a comercialização. As áreas mais procuradas para o cultivo foram o tijuco e restinga. A escolha pelo tijuco foi devido ser em área baixa, possuir solo fértil, úmido e argiloso, onde a cultura se desenvolve mais rapidamente e a restinga por ser terra mais alta, de solo argiloso ou misturado com areia, também considerada muito fértil.

Tabela 15: Mapeamento da situação da área de plantio de melancia

Comunidade	n° de agricultores	Área (hectare)				local do melancia				Preparo da área				o que tinha		tipo plantio	ataque de	ficou	o que vai fazer						
		0,1 a 0,5	0,6 a 1,0	>1,0 a 2,0	> 2,0	restinga	praia	Tijuco	Capoeira	derruba	Queima	roço e limpeza	deixou secar	mata	capoeira	Imbaúba/murinzal	Mudas	Sementes	Bichos	Pragas	Satisfeito	vai plantar	mesma área	aumentar área	Experiência
Aiucã	11	1	1			3		8		4	2	7			11	3	9	10	9	11	11	1	6	1	7

Fonte: Programa de Agricultura Familiar do IDSM

O preparo da terra consiste basicamente, na derruba e limpeza e, esporadicamente, na queima principalmente da imbaúba e do murinzal. O tipo de capina é feito com a retirada dos galhos, o roçado do terreno para a plantação e a limpeza do terreno com mais frequência, evitando desta forma que outras vegetações rasteiras impeçam o crescimento da melancia. Todas as famílias ficaram satisfeitas com o resultado das plantações e estavam com planos de repetir a experiência para o ano de 2002 e principalmente, em aumentar a área plantada. O que era experiência e motivo de desconfiança no início das intervenções agora virou modelo a ser utilizado para as outras famílias, que não participaram do grupo que se propôs ser monitorado.

Para a plantação das melancias, nove famílias adquiriram sementes, principalmente por acreditarem que, usar sementes da plantação anterior não dá bons frutos. Segundo as famílias, o que mais prejudica a plantação de melancias é a frequência de pragas que atacam as mudas, levando à grande perda da produção.

Entretanto, constataram-se resultados positivos no processo de intervenção na agricultura, em especial quanto ao aumento da produção de melancia, uma atividade que antes era praticada quase que exclusivamente para alimentação, pois alegavam que o fruto era muito pequeno para venda e não compensava o preço que vendiam com as despesas

que tinham com transporte para levá-lo até a cidade. No ano de 2001 após as orientações técnicas, o resultado foi uma surpresa para os moradores, houve um aumento no tamanho, qualidade e quantidade da fruta. Com isso, possibilitou a venda do produto e um aumento nos ganhos de cada família que apostou nas orientações do técnico.

O conjunto das situações relatadas possibilita uma análise, a partir dos resultados alcançados e das experiências desenvolvidas na comunidade. A produção de melancia superou as expectativas das famílias camponesas que não estava esperando uma boa produção em qualidade e em quantidade. Desta forma a intervenção do técnico pode-se dizer que foi bem sucedida, principalmente, por ter conseguido através do trabalho incorporar grande parte das famílias da comunidade nessa atividade, gerando nas famílias que produziram e as que não produziram um entusiasmo e credibilidade nas ações do técnico. O efeito positivo gerou expectativa para repetir a experiência no ano seguinte e desta forma, solidificando as ações da intervenção.

A experiência de uso dos vários ambientes nas atividades agrícolas também foi considerada bem sucedida, no que se refere ao resgate de um saber local, que estava sendo perdido pelas gerações mais novas da comunidade. As orientações dos técnicos foram de fundamental importância. Entretanto, o melhor resultado identificado nessa análise foi a organização das comunidades, com o objetivo de melhorar a comercialização dos produtos. Mesmo que as famílias camponesas ainda não tenham conseguido uma articulação da produção em nível de setor, as famílias identificaram a necessidade de trabalhar através da associação, na busca de um melhor resultado.

Essas atitudes representam mudanças na organização social das famílias camponesas, em que as atividades são planejadas e executadas dentro das unidades domiciliares. As mudanças, na forma como estas famílias camponesas estão organizadas, ocorrem lentamente e sem grandes expectativas, alguns momentos podem ocorrer e em

outras situações tornam-se completamente inviáveis mediante a avaliação da unidade doméstica de produção.

A experiência com a criação de galinhas através de um grupo de mulheres não atingiu as expectativas esperadas principalmente pelos técnicos do programa. Os motivos foram identificados por elas, como questões pessoais. Entretanto, o que destaco nessa análise é, a não aceitação dessas mudanças na organização social do trabalho familiar. A produção em associações são práticas que não fazem parte da organização produtiva da unidade camponesa. A unidade camponesa não é apenas, unidade de produção. É também, unidade de consumo e a sua organização deve considerar os cuidados com as crianças e velhos, com o domicílio e outras demandas pela reprodução do grupo familiar. Desta forma o trabalho é feito à medida que é necessário, tornando-se incompatível trabalhar em grupos com prioridades e interesses diferenciados.

Neste sentido o papel do técnico é proporcionar uma participação não impositiva, considerando que as negociações são fundamentais para a solidificação das ações. A negociação significa, acima de tudo, estar aberto para rever as posições adotadas, a visão de mundo assumida e as decisões tomadas. E considerando-se a produção camponesa, deve ser reconhecida a importância da unidade doméstica como, unidade de produção e consumo.

As ações dos extensionistas do PAF ocorrem de forma planejada e participativa, entretanto, existem algumas dificuldades enfrentadas: lidar com as variações naturais do meio ambiente e a resistência, em mudanças das famílias camponesas em aceitar “novas” idéias. Parte dessa resistência é agravada pelas promessas não cumpridas de políticos da região, ao longo de vários anos. O discurso freqüente das famílias camponesas é que “*estão sem esperança nas pessoas que chegam na comunidade dizendo que desejam ajudar*”.

Os extensionistas acabam sendo responsabilizados em cobrar do poder público os direitos básicos do cidadão, assumindo o papel de representante legal da comunidade.

No processo de intervenção o interventor acaba tendo que assumir para si atitudes que no futuro comprometem a autonomia do grupo.

A intervenção na agricultura tem resultado em mudanças, na busca da implementação de formas diferenciadas de intervenção, possibilitando desta forma a abertura de um espaço com a institucionalização de um processo de diálogo com as famílias camponesas e com suas organizações representativas.

Em relação aos extensionistas e camponeses, haveria, por certo, que se considerar o acúmulo das experiências, desenvolver mecanismos permanentes de avaliação sobre as várias intervenções feitas seja, criação de galinhas, diversificação do plantio, produção de melancia, ou outras propostas futuras.

A avaliação deverá ser sempre o instrumento que subsidiará a reflexão e a tomada de decisões para a re-definição dos pressupostos metodológicos, políticos e filosóficos da proposta do programa de agricultura familiar do IDSM.

6. CONCLUSÃO

Essa dissertação procurou analisar, a partir de uma abordagem etnográfica sobre a organização social e econômica de uma pequena comunidade de várzea do Médio Solimões, os procedimentos de intervenção social direcionados ao manejo sustentado da produção agrícola em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Através de alguns indicadores, construídos com uso de metodologias participativas, foi possível avaliar as alterações nas atividades econômicas de São Francisco do Aiucá, como também o recurso a outras formas de uso dos recursos naturais, identificando alternativas para diversificação do plantio e formas de organização para a comercialização desses produtos.

No capítulo I aborda a descrição de algumas características da população tradicional da várzea amazônica, resguardando alguns elementos históricos de sua ocupação no Médio Solimões. Foi identificado que, a ecologia da região está diretamente relacionada a alguns elementos importantes como: identidade local, condições de vida, atividades econômicas. As duas principais paisagens, várzea e terra firme, impõem às famílias camponesas uma condição de vida contrastante. Dadas essas diferenças, os moradores locais se distinguem entre si como “vargeiros” ou pessoas que moram na várzea e, “terra firmeiro” ou pessoas da terra firme. Os ciclos sazonais permitem que essas populações camponesas desempenhem um conjunto de atividades econômicas diversas. Os camponeses da várzea desenvolveram um vasto conhecimento sobre a variedade de recursos naturais a serem explorados. O acesso aos recursos naturais na várzea é regulado pela variação sazonal do nível da água com períodos chuvosos e de estiagem e, implica em um calendário de atividades econômicas específico: plantio na vazante, pesca na seca, colheita agrícola e extração de madeira na enchente, exigindo desses moradores grande adaptação às diversas atividades econômicas: pesca, agricultura, caça, extrativismo

florestal. A agricultura e a pesca são as principais atividades dos camponeses na várzea, que produzem, principalmente, para subsistência e comercialização de parte da produção, para comprar artigos que não são produzidos por eles. Para obter os bens, definidos como de consumo socialmente necessários, a venda do que é produzido permite também o consumo do mesmo produto em outros momentos que não estão sendo produzidos por eles, como é o caso da farinha que no período de cheia é normalmente comprada.

No capítulo II a economia doméstica camponesa foi analisada levando em consideração o planejamento da produção, o consumo, o acesso ao mercado, a venda e renda doméstica. Confirmaram-se as observações já feitas pelos autores Wolf (1976), Lima (2002), Heredia (1979), Chayanov (1974), de que a economia camponesa se organiza como a unidade de produção e unidade de consumo. No caso de Aiucá, como em outras comunidades da várzea, essa organização é muito influenciada pela sazonalidade do acesso aos recursos naturais, o que faz com que a renda média mensal familiar varie em torno de 76,04% ao longo dos doze meses.

O III capítulo analisou os resultados relativos aos investimentos feitos no sentido de ter as comunidades camponesas da Reserva Mamirauá como co-responsáveis na geração de propostas e co-gestoras na realização das ações de manejo sustentado dos recursos naturais. Os dados analisados revelaram que, a construção coletiva do conhecimento como estratégia da promoção de ações conjuntas, envolvendo as famílias camponesas devem ser, anteriormente, resultados de uma aproximação e relação de confiança pré-estabelecida entre pesquisadores e pesquisados. Desta forma, os dados indicam que os usos das metodologias participativas são de fundamental importância nas estratégias de intervenção, pois, somente com os objetivos dos estudos devidamente esclarecidos foi possível às famílias camponesas internalizarem as propostas apresentadas pelos extensionistas. Foi também identificado que o acesso ao resultado das informações

pelas famílias camponesas é o elemento motivador do comprometimento com os dados apresentados.

O capítulo IV analisa as experiências de intervenção na agricultura, feitas pelo programa de agricultura familiar do IDSM. As estratégias de intervenção tiveram como base, resultados de pesquisas. Essas práticas de intervenção na agricultura têm resultado em mudanças de formas diferenciadas para cada comunidade. As ações desse programa na comunidade de S.Francisco de Aiucá ocorreram principalmente na organização social da produção para a comercialização, através de experiências com novos produtos, incorporação de novas áreas de plantio e formação de grupos de mulheres. O que foi percebido como resultado dessas experiências é que, para as ações serem bem sucedidas, deve haver um investimento longo por parte do interventor. A relação de confiança, estabelecida entre os extensionistas e as famílias camponesas pesquisadas é fundamental, como também é fundamental o tempo que é gasto para alcançar os primeiros resultados. Esse ponto, hoje, é considerado um dos principais problemas identificados pela IDSM, extensionistas e famílias camponesas. O tempo de permanência dos técnicos do PAF na Instituição é limitado. Há uma grande rotatividade, por diversos motivos, principalmente, em função da dificuldade em se fixarem na região e baixos salários²⁸, e este fato dificulta o estabelecimento de uma relação de confiança entre os extensionistas e as famílias camponesas. A equipe de agricultura é uma dentre as equipes que sempre contou com menor número de técnicos. Na comunidade de Aiucá o tempo de permanência do técnico foi de apenas 12 meses; os resultados satisfatórios obtidos nesse período foram insuficientes para manter os produtores orientados para os acertos necessários para dar continuidade aos investimentos feitos e várias das ações propostas ficaram pendentes para o próximo ano.

²⁸ O IDSM por fazer parte do Ministério das Ciências e Tecnologias, possui um sistema de bolsas trabalho. Os valores estão defasados desde 1994.

Em entrevistas feitas em março de 2002, foi possível retratar a insatisfação das famílias camponesas com a ausência do técnico. Em depoimentos as famílias questionavam: “agora que nós estávamos acostumados com o Wilson²⁹, ele foi embora”, “quem vai ficar no lugar dele?”, “como vão ficar os trabalhos que ele iniciou?”.

Essas questões devem ser avaliadas pelo IDSM, pois, as intervenções geram expectativas, causam desgastes, frustrações quando não são solidificadas. Algumas pesquisas comprovam que o tempo médio para os primeiros resultados de uma ação, resultado de um processo de intervenção, é em média cinco anos. Desta forma é muito importante que sejam reelaboradas políticas, estratégias, através das coordenações dos programas do IDSM que assegurem a sustentabilidade dos investimentos e a autonomia e domínio técnico da comunidade com ou sem a orientação dos técnicos da Instituição.

Os resultados das experiências relatadas aqui indicam ainda a grande necessidade de maior comprometimento das políticas públicas regionais com as comunidades camponesas da várzea amazônica. As ações que vem sendo desenvolvidas pelos programas do Instituto Mamirauá demonstram alternativas que são possíveis de serem implementadas, demonstrando que é possível a harmonia entre o binômio presença humana e conservação, assegurando desta forma a permanência das populações locais e promovendo a conservação ambiental.

No entanto, juntamente com esses investimentos promovidos pelo desenvolvimento do conhecimento científico associado ao saber tradicional local, é fundamental que sejam asseguradas políticas públicas especialmente comprometidas com os camponeses da Amazônia, dando a eles acesso à educação, saúde, transporte, incentivos e subsídios agrícolas, estratégias de comercialização, ações essas que fogem à competência de uma organização social como o IDSM. Este Instituto de desenvolvimento social tem possibilitado novos caminhos em respeito à competência das organizações

²⁹ José Wilson da Silva, Engenheiro Agrônomo.

sociais camponesas, com a implementação de modelos que buscam a redemocratização, através do fortalecimento de estruturas comunitárias, de ações com um enfoque social, com amplos processos participativos, destacando a valorização do saber do agricultor e das sociedades camponesas. Outras ações políticas regionais necessitam ser somadas a esse processo.

7. REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Estudos Rurais. Editora HUCITEC. ANPOCS. UNICAMP. São Paulo - Rio de Janeiro. 1992.

ALENCAR, Edna F. *Memórias de Mamirauá: histórico da formação de 14 localidades da Estação Ecológica Mamirauá*. Belém: 1993.

ALTIERI, Miguel A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Tradução de Patrícia Vaz. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

AYRES, José Márcio. *As Matas de Várzea do Mamirauá*. Brasília: CNPq: Sociedade Civil Mamirauá, 1993. (Estudos do Mamirauá). il.

AMARAL, P; AMARAL NETO, M. A. *Manejo Florestal Comunitário na Amazônia Brasileira: situação atual, desafios e perspectivas*. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil – IIEB, 2000.

ARCHER, D.; COTTINGHAM, S. *Manual Matriz REFLECT. A Alfabetização Freiriana Regenerada através de técnicas de potencialização comunitária*. Tradução de Ken Hansen e Olívia Mariqule. 1997.

BARROS, V. de E. *Qualidade de Vida no Meio Rural Brasileiro: O caso do Sertão de Alagoas*. Revista de Economia Rural, Brasília, v.18, n. 2, p.181-204, abr/jun.1980.

BORRINI-FEYERABEND, G. *Manejo Participativo de Áreas Protegidas: Adaptando o Método ao contexto*. Temas de Política Social, UICN-SUR Quito (Equador), 1997.

BUARQUE, C. *Qualidade de Vida: A Modernidade da Utopia*. Lua Nova – Revista de Cultura e Política, n. 31, p. 157-165. 1993.

CHAYANOV, Alexander V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión. 1974.

CATELLANET, Christian; SALGADO, Iliana. Potencial e limites da pesquisa participativa para o planejamento da gestão e do uso dos recursos naturais: o caso do município de Uruará na região da Transamazônica. In: ALBALADEJO, C.; VEIGA, I. (Org.). *Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento*. Belém: UFPA/CA/NEAF, 2000. v. 1, n. 2.

COSTA, F. de A. *O Investimento na Economia Camponesa: considerações teóricas*. Revista de Economia Política, 15, Belém: NAEA/UFPA, jan./mar. 1995.

DIEGUES, Antônio C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000.

FORTES, Meyer. O Ciclo de Desenvolvimento do Grupo Doméstico. Trad. Alcida Rita Ramos. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1974. 20p.

FRAXE, Therezinha J. P. Homens Anfíbios: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume, Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará. 2000. 192p.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

LIMA, Deborah de M. Equidade, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Org.). *Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup, 1997. p. 285-314.

LIMA, Deborah de M.; ALENCAR, Edna F. Histórico da Ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do médio Solimões-AM. In: TORRES, Haroldo; COSTA, Heloisa (Org.). *População e Meio Ambiente: debates e desafios*. São Paulo: SENAC, 2000. p. 133-161.

LIMA AYRES, Deborah de Magalhães. *The Social Category Caboclo: the History, Social Organization, Identity and Outsider's Social Classification of the Rural Population of an Amazonian Region (the Middle Solimões)*. Tese de Doutorado. Universidade de Cambridge, Cambridge, 1992.

LIMA, Deborah de M. A economia doméstica na várzea de Mamirauá. In: Contribuição para o WORKSHOP SOCIEDADES CABOCLAS AMAZÔNICAS: MODERNIDADE E INVISIBILIDADE. 2002, São Paulo. *Manuscrito*. São Paulo: USP, Instituto de Biociências, Curso de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. 19 a 24 de maio, 2002.

MENDRAS, Henri. Sociedade Camponesas. Trad. Maria José Silveira Lindoso. Zahar Editores. Rio de Janeiro,

NASCIMENTO, Ana Claudeise S. *Um estudo sobre o uso da Metodologia Participativa nas Comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá*. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Pará.

PIRES, A.;MOURA, E.; DISCONZI, G.; BENCHIMOL, A. da Silva. O Desafio de Conservar as Florestas inundáveis Amazônicas no Brasil. In: CARBONELL, Montserrat; NATHALGYAN, Nadra; FINLAYSON, C. Max (eds). *Science and Local Communities/Ciencia y Comunidades Locales*. USA: Ducks Unlimited, 2000. p. 14-18.

SCM/CNPq/MCT. *Mamirauá: Plano de Manejo*. Brasília: SCM; CNPq; MCT/ Manaus: IPAAM. 1996.

SCHMITZ, Heribert. Reflexões sobre métodos participativos de inovação na agricultura. In: SIMÕES, Aquiles et al. (Org.). *Agricultura Familiar: métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento*. Belém: NEAF/CAP/UFPA: GRET, 2001.

THIOLLENT, Michel J. M. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo: Polis, 1980. (Coleção Teoria e História, 6).

_____. *Metodologia da Pesquisa-ação*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

WANDERLEY, M. de Nazaré. Raízes históricas do camponato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. (Org.). *Agricultura familiar: realidade e perspectivas*. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPE, 1999. p. 21-55.

WOLF, Eric R. *Sociedade Camponesas*. Trad. Oswaldo Caldeira C. da Silva. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores; 1976.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec; Brasília: UnB, 1995.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTEMANN, Klaas. *O Trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UnB, 1997.

8. ANEXOS

INSTITUTO MAMIRAUÁ
PROGRAMA DE EXTENSÃO
NÚCLEO DE APOIO À PRODUÇÃO ECONÔMICA

=====

Marília Souza e Nizete Campelo

RELATÓRIO DE VIAGEM

06 e 08 de setembro/00

Monitoramento Sócio-Econômico no Aiucá

Nos dias 06/09, reuni com a comunidade de Aiucá, para expor sobre monitoramento sócio-econômico e assim saber das famílias a possibilidade de iniciar o monitoramento lá. Das 19 famílias moradoras da comunidade, 12 estavam presentes na reunião e todas foram favoráveis em fazer as anotações nos cadernos.

No dia 08/09 fiz a distribuição dos cadernos para as 12 famílias, onde elas irão fazer as anotações dos ganhos e das despesas que forem realizadas mensalmente.

Algumas famílias não estavam na comunidade, por isso não foi possível cadastrar todas neste dia.

Tefé-Am., 28 de setembro de 00

Nizete Campelo

Relato do retorno do monitoramento sócio-econômico

São Francisco do Aiucá, 08 de março de 2002

Registro: dona Graça

Reunião da Associação com Marília, Nizete, Claudeise, Edilson, Joana, Iracema, Nezinho, Matilde, Valda, Américo, Guilherme, Francisca B., Dalva, Elenir, Luzia, Sheila, Rosa, Delma, Maria Raimunda, Preta, Leca.

A abertura pela Nizete sobre os cadernos e o objetivo é o que foi pegado do caderno, situando como foi passado o que foi notado em 2001. Depois a Claudeise se apresentou que ela veio passar alguns dias na comunidade, caso queira, poder acompanhar o trabalho de alguns.

Depois formamos um grupo de 4 pessoas, foram formados 4 grupos. Foi distribuído umas pastas para cada família. Os grupos ficaram formados assim:

1. Nezinho, Idalece, Joana, Delma
2. José, Elenir, Dalva, Rosa
3. Sheila, Luzia, Valda, Matilde, Doca, Guilherme
4. Edilson, Leca, Nega, Iracema, Chica

Depois teve uma dinâmica, depois continuamos o trabalho para Nizete. E Marília, Claudeise pegaram cartolina para escrever e que é bom e ruim. Agora vamos para as perguntas e finalmente Nizete agradeceu a todos os associados que estavam presentes.

Relato do retorno do monitoramento sócio-econômico

Registro: José Américo

08/03/2002

Segunda reunião de monitoramento sócio-econômico. Trabalho em grupo, fotografia e gravar os trabalhos dos grupos (Marília). Entrega do trabalho do monitoramento sócio-econômico (Claudeise). Produção não é só o que a gente planta mais produção da comunidade, peixe R\$ 12.000,00.

Avaliação

Bom

- aumentar as coisas que faz
- saber o que gasta e vende
- procurar uma forma de diminuir as despesas
- agora já sabe o que fazer
- o caderninho que não entendia

Como deverá ser feito?

- acho que deveria melhorar as anotações

Roteiro de perguntas

São Francisco do Aiucá, agosto de 2001

Identificação do entrevistado:

Nome, sexo, idade, ocupação, grau de instrução, histórico familiar

1. A situação econômica da família melhorou com a intervenção do Mamirauá?
Exemplifique
2. Os benefícios do projeto foram distribuídos igualmente entre as pessoas da comunidade?
3. Quais foram as mudanças de suas condições de vida ao longo desses dez últimos anos? Causas de tais mudanças?
4. Houve um aumento ou uma diminuição da sua renda nos últimos cinco anos?
5. Quais foram as novas fontes de renda da família?
6. Nos últimos cinco anos o que a família passou a consumir que antes não consumia, ou o que deixou de consumir porque a situação não permite mais?
7. Quais as melhorias que você percebeu na sua residência?
8. A família possui criação de animais, e quais são?
9. Quais foram os bens que a família comprou nos últimos cinco anos?
10. Quais as melhorias na comunidade nos últimos dez anos?
11. Como é a participação das mulheres nas tomadas de decisões nas reuniões da comunidade?

Roteiro de perguntas

São Francisco do Aiucá, março de 2002

Roteiro de perguntas:

1. Tipologia das Famílias (composição, nº de pessoas ativas ou inativas, sexo, idade)
2. Ciclo de vida produtivo das mulheres, atividade que mais ocupam o seu tempo
3. Organização familiar, divisão do trabalho (por sexo)
4. Tempo de residência
5. Condições de habitação
6. Índice de escolaridade
7. Migração
8. Formas de exploração dos recursos naturais
9. Atividades produtivas e de subsistência (extrativismo)
10. Renda familiar
11. Qual o produto cultivado que não é para o mercado
12. O que é produzido para o mercado e o que é produzido para o consumo
13. Para quem é vendido os produtos?
14. Quanto tempo gastam da comunidade para a cidade do Uarini e quanto gastam com gasolina?
15. O que é trabalho de mulher e o que é trabalho de homem?
16. Como é planejado as plantações, considerando o período de cheia?
17. Como é feita a divisão de uma roça para outra?
18. Como é feita a escolha do lugar para ser plantado?

RETORNO

1. O que achou da reunião?
2. O que mais gostou e o que não gostou?
3. O que precisa ser mudado?
4. Vai continuar anotando?
5. Para que servem essas anotações?
6. Concordou com o resultado?